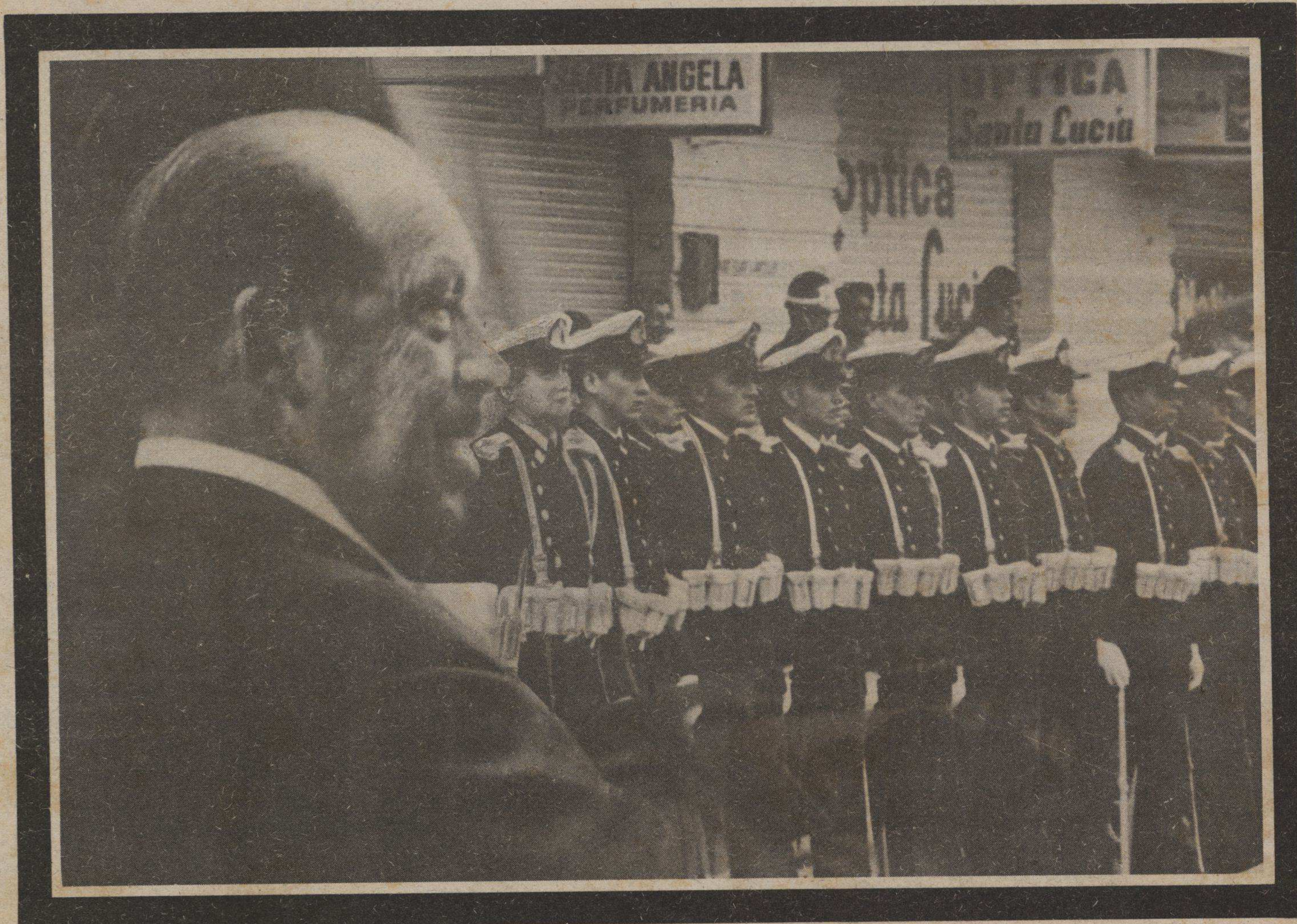


COOJORNAL

ÓRGÃO DA COOPERATIVA DOS JORNALISTAS DE PORTO ALEGRE

PARAGUAI



ARBÍTRIO E CORRUPÇÃO

Capítulos inéditos de "um livro para o João (Figueiredo) ler antes de visitar o Stroessner" conforme disse Júlio José Chiavenato, o autor

DOM ADRIANO: UM PROFETA NA TERRA DA VIOLÊNCIA
URUGUAI ENSAIA A DEMOCRACIA RELATIVA
TCU NÃO ACHOU 800 MILHÕES NAS CONTAS DA UNIÃO

Este jornal, criado em 15 de novembro de 1975, pertence à primeira Cooperativa, de jornalistas do Brasil, a Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre Ltda., fundada em 24 de agosto de 1974. A COOJORNAL tem 310 sócios. É uma organização administrada pelos próprios jornalistas, com uma diretoria eleita em assembleia geral. Cada associado, independente de sua participação em capital, tem os mesmos direitos nas decisões de assembleia. Além da diretoria, a COOJORNAL tem um Conselho Editorial para orientar a linha e a qualidade de suas publicações próprias e de 15 outras publicações que faz para terceiros.

Editor
Osmar Trindade

Secretário
Luiz Carlos Merten

Redação
Baru Derquin, Jorge Meditsch, Jorge Gallina, Elaine Lerner, José Vieira da Cunha, Lenora Vargas, Lillian Bem David, Rafael Guimarães, Tomás Pereira, Mauro Toralles, Edgar Vasques, Juvenal da Luz, Rosvita Saueressig, Luiz Carlos Ferré, Ariosto Teixeira (Brasília), Marcelo Pontes (Rio), Geraldo Hasse (São Paulo), Paolo Marconi (Salvador), Sílvia Costa e Zélia Leal (França), Eva Dürr (Alemanha), Lício Azevedo (Moçambique), Caco Barcelos (Nova Iorque), Jacó Filho (Londres), José Reis e Miriam Costa Corrêa (arquivo e pesquisa), Mozart dos Santos (laboratório)

Gerência Administrativa
Jorge Crippa

Gerência Industrial
Francisco Alba

Comercial
Francisco Kleber Bressane e Herminio Pereira

Circulação e Assinatura
Egídio Dalmina

Industrial
Ivan Carlos Ferreira Franco, Hélio Pinho, Júlio César Romano, Paulo Ricardo Nobre, Carlos Neves Diniz (composição), Sílvia de Ávila Berni, Edson Ubratran Trindade, Maria de Lourdes Lima, Osvaldo Lucas, Fernando S. Zemor, Henrique Bittencourt (revisão), Atil Vinetton Medeiros, Júlio César Ferrari, José Luiz dos Santos (fotolito), Luiz Gustavo Machado, Luiz Augusto de Oliveira, João Carlos Meirelles, Ari Roberto da Silva (montagem), Paulo Roberto de Azeredo Sá (chefe), Carlos Milton de Goz Rios (subchefe).

À venda somente a partir da edição nº 13.
Custo de cada exemplar: preço da última edição na banca. Os pedidos devem ser acompanhados do respectivo valor em cheque ou vale postal em nome de COOJORNAL.

Endereço
Rua Comendador Coruja, 372
CEP 90000 — Porto Alegre — RS
Fone 33-5099 (PABX) Telex (051) 1605

Distribuição exclusiva em todo o território nacional:
FERNANDO CHINAGLIA DISTRIBUIDORA S.A. Rua Teodoro da Silva, 907 — PBX 268-9112 — CEP 20563, Rio de Janeiro.

COOPERATIVA DOS JORNALISTAS DE PORTO ALEGRE LTDA.
ASSOCIADOS: José Antônio Vieira da Cunha (Presidente), Tomas Pereira (Vice-Presidente), Rosvita Saueressig (Secretária), Afonso Ritter, João Borges de Souza, Jorge Polydoro, Osmar Trindade, Pedro Maciel, Amari Melo, Milton Vieira, Ana Maria Barros, Ana Maria Pacheco de Almeida, Ana Maria Smidt, André Jockyman, Ângela Riccardi, Anibal Bendati, Antonio Brito Filho, Antonio Canabarro, Antonio Carlos Esteves, Antonio Gonzales, Antonio Dreon, Antonio Vargas, Antonio Manoel de Oliveira, Armando Ranzolin, Artur Monteiro, Artur Xavier, Ayrton Centeno, Ayrton Kanitz, Beatriz Polydoro, Bernadete Viana, Cândido Cruz, Carla Irigaray, Carlos Alberto Koleczka, Carlos Alexandre Castro, Carlos Simch da Silva, Carlos Athanasio, Carlos Karnas, Carlos Frederico Menz, Carlos Fehlberg, Carlos Mossmann, Carlos Dornelles, Carlos Roberto Silveira, Carlos Salzano, Carmem Silveira, Carmem Cagno, Celso Rosa, Celso Schroder, Cintia Leal, Clárcia Aquistapace, Gláudio Barcelos, Cláudio Levitan, Clayton Seliste, Clóvis Malta, Cristina Pereira, Delmar Marques, Edgar Lisboa, Edgar Vasques, Edna Nina, Edson Chaves Filho, Edson Kozminski, Eduardo Tavares, Eduardo Bueno, Eduardo San Martin, Eduardo Guimarães, Elaine Lerner, Eloisa Enck, Enio Nugent da Rocha, Erni Quaresma, Euclides Torres, Eugênio Bortolon, Eugênio Neves, Eva Caparelli, Evaldo Gonçalves, Fernando Bueno, Fernando Lindote, Fernando Guedes, Fernando Saes, Flávio Porcello, Flávio Dutra, Florianio Correa, Francisco Daniel, Francisco Dias Lopes, Francisco Juska, Gabriel Mattias, Geraldo Hasse, Gerson Schirmer, Gilberto Pauletti, Comercindo Coutinho, Hélcio Ferreira, Hélio Gama, Helton Barreto, Hermelindo Macedo, Higino Barros, Humberto Andreatta, Iara Bendati, Iara Schilling, Iraporan Muller, Ilsa Girardi, Ima Stallbaum, Ivan Pinheiro Machado, Ivo Stigger, Jandira César, Jayme Copstein, Jayme Klintonowitz, João B. Scalco, João C. Ferreira da Silva, João Mota Lacerda, Jorge Meditsch, Jorge Escosteguy, Jorge Freitas, José Antonio Ribeiro, José Antonio P. Machado, José Antonio Severo, José Antonio Simch, José Eneid, José Erasmo Nascetes, J. Felix Valente, José Guaraci Fraga, José Lauro Dieckman, José Luiz Chiarelli, José Luiz Previdi, José Onofre, José Reduzino de Araújo, José Ribeiro Fontes, José Roberto Garcez, José Abu Jamra, Juarez Fonseca, Judith Martins Costa, Julieta Pereira, Júlio Sortica, Jurandir Silveira, Jussara Coelho, Juvenal Netto, Laerte Martins, Laila Pinheiro, Lauro Quadros, Lenora Vargas, Leo Tavejanski, Leonardo Dourado, Leonid Streliaev, Lício Azevedo, Lillian Bem David, Lotário Neuberger, Lucila Camargo, Luiz Afonso Franz, Luiz Artech, Luiz Kozminski, Luiz Carlos Mello, Luiz Carlos Ferreira, Luiz Carlos Felizardo, Luiz Fernando Lima, Luiz Fernando Veríssimo, Luiz Francisco Terra, Luiz Fonseca, Luiz Humberto, Luiz Oscar Matzenbacher, Luiz Vitello, Luiz Recena Grassi, Luiz Lanzetta, Manoel Joaquim Lourenço, Marcelo Lopes, Marco Schuster, Marco Túlio de Rose, Marcos Baggio, Maria Angélica de Moraes, Maria Elaine Borges, Maria Eloir, Maria da Graça Seligman, Maria da Graça Silva, Maria Helena Bracher, Maria Luiza Teixeira, Marina Wodke, Marinória Osório, Mário Alberto Nascimento, Mário Rocha, Mário Madureira, Mário Marcos de Souza, Marise Fetter, Maristela Bairos, Maroni da Silva, Marques Leonam, Maurecy Santos, Mauro Cesar Silveira, Mauro Toralles, Milton Wells, Milton Silva, Milton Saldanha Machado, Miriam Correa, Miriam Tereza Timponi, Mirta Coelho, Najar Tubino, Neltar Abreu, Nestor Fedrizzi, Neuza Ribeiro, Nilson Figueiredo, Nirce Levin, Otacilio Grivot, Odilon Abreu, Olides Canton, Olivio Lamas, Olyr Zavaschi, Omar Barros P., Otília Goulart, Paolo Marconi, Patrício Renato Bentes, Paulo Fogaça, Paulo Pereira, Paulo Macedo, Paulo Gerson de Oliveira, Paulo Renato Cancian, Paulo de Tarso Riccardi, Pedro Macedo, Pedro Flores, Pedro Sosa Pereira, Raul Rubenich, Raul Quevedo, Regina Vasquez, Rejane Baeta, Renan Oliveira, Renato Kern, Renato Canini, Ricardo Bolsoni, Ricardo Schmitt, Riomar Trindade, Roberto Azevedo, Roberto Azevedo, Roberto Appel, Roberto Thomé, Roberto Manera, Rogério Ruschel, Romulo Krafta, Ronaldo Westermann, Sérgio Caparelli, Sérgio Becker, Sérgio Moita, Sérgio Tonello, Severino Goes, Silmar Muller, Sílvia Costa, Sílvia Ferreira, Sílvia Correa, Tânia Barros, Tânia Faillace, Telmo Zanini, Terezinha Figueiredo, Ubirajara Prates, Valdir da Silva, Valmório Oliveira, Vera Daisy, Vera Maria Bosak, Vera Monteiro, Vera Kern, Vera Costa, Verlaine Silveira, Victor Hugo Sperb, Virson Holderbaun, Waldemar Teixeira, Walter Firmo, Wilmar Marques, Wladimir Ungaretti e Zélia Leal.

Associado à
AJOCOOP
Associação dos Jornais e Revistas de Cooperativas

Caro leitor,

Aos quatro anos e meio de existência, o Coojornal continua cuidando de um aspecto que é componente da sua linha de ação: a seriedade com que costuma tratar dos assuntos que seleciona para publicar, o que lhe deu, até hoje, um dos mais cobiçados troféus que a imprensa deve perseguir. Até esta data, não publicamos nenhum fato que fosse passível de desmentido. Certamente, há quem julgue que já nos enganamos na análise de alguns fatos, principalmente se vistos pela ótica de interesses contrariados.

Da reportagem Os relatórios do Exército sobre a Guerrilha, que o Ministério do Exército ocupou-se em duas notas oficiais, no final do mês de fevereiro, também ficou a certeza da informação correta. Na primeira nota, o Exército alinhava acusações — uso dos documentos com intenção sensacionalista e distorcida — que não nos cabem. Até um leitor menos atento poderá concluir facilmente que a reportagem, salvo a abertura e os títulos, transcreveu documentos, na íntegra ou parcialmente, sem alterar o conteúdo e a forma.

Mas o Exército ocupou-se fundamentalmente de um tema que historicamente tem alimentado divergências entre a Imprensa e o Poder: o conceito de informação. A ideia que fazemos da informação de caráter público não se ajusta às normas que o Poder estabeleceu, principalmente àquelas que foram estabelecidas neste período em que as Forças Armadas se confundiram com governo absoluto.

O conceito de informação é um tema que nos interessa debater e, se for o caso, levá-lo até os tribunais do país. No combate à guerrilha, as Forças Armadas agiram como instituição e, sendo assim, não vemos por qual motivo os relatórios e as análises das operações devam ficar longe do conhecimento do público. Esta é a questão — o que pode ou não ser revelado à opinião pública. "O interesse dos documentos é restrito a esta Força Armada, sendo lamentável a sua utilização por pessoas ou organizações..." sustentava um trecho da primeira nota do Exército. Felizmente esta nação já consegue reagir e entender algumas coisas. Especificamente sobre o trecho acima citado, Alberto Dines escreveu na Folha de S. Paulo:

"Isso é puro arbítrio. A História não tem dono. A memória nacional não pode ficar delimitada por manchas negras, grandes vazios de informação. O que passou pertence a todos. Nossa crônica não pode ficar sujeita aos caprichos de donatários. Os anos de censura e autocensura deixaram um vácuo que já devia ser preenchido, sem afoiteza e com responsabilidade em homenagem aos caídos. O julgamento do capitão insurgente Carlos Lamarca não pode ser feito em silêncio. Sob pena de comprometer seu veredito. Até numa corte marcial os acusados têm o direito à defesa. Se o Exército deseja extrair ensinamentos e lições destes 16 anos de operações, é legítimo. Mas a nação, à qual deve servir, tem todo o direito de apurar, avaliar e aferir os resultados desta ação. Se as Forças Armadas são o povo, inconcebível um sistema em que só uma das partes deste binômio tem acesso à verdade. Especialmente se o objetivo final é a construção de uma democracia". Não é à-toa que nos sentimos de peito aberto e consciência absolutamente tranqüila. Os documentos que chegaram até nós, de uma forma clássica e eticamente válida, foram publicados — não só por seu valor histórico mas, também por um dever profissional. Acreditamos que boa parte da função do jornalista foi cumprida e a História enriquecida.

O livro — Stroessner: Retrato de uma Ditadura — vai sair no fim deste mês ou começo de abril. Nesta edição antecipamos vários capítulos. É uma reportagem impressionante sobre o regime de Alfredo Stroessner, que sustenta a mais antiga ditadura da América Latina.

De outro vizinho: os ensaios do Uruguai a caminho de uma democracia relativa. É isto mesmo. Após sete anos de poder absoluto, os militares uruguaios oferecem os primeiros indícios de um encaminhamento à abertura, lenta, segura e gradual. E já se cogita de um outro civil para a presidência, que não seja tão dócil quanto o atual, mas tampouco não muito afoito que possa comprometer a estabilidade sonhada pelos militares.

Na banca, o Coojornal custa mais Cr\$ 5,00 a partir deste número. Uma providência inevitável. Aos novos assinantes, entretanto, continuará custando o mesmo por mais algum tempo. Aproveitem!

O EDITOR

Tiragem desta edição: 34 500 exemplares



Cooperativismo

A AGROINDÚSTRIA PELA COOPERATIVA

Por EMILIANO LIMBERGER

Segundo dados devidamente fundamentados na realidade, verificou-se que o setor primário de produção — agricultura e pecuária —, representa em termos de rendimentos a menor fatia do bolo final. Enquanto isto o setor industrial, seja o que vem após a fase da produção agropecuária, seja a que antecede — insumos: sementes, adubos, defensivos, máquinas etc. — constitui a parte maior dos resultados. Antigamente a situação era invertida, isto até o início deste século. Então a produção primária auferia mais da metade do que o consumidor pagava ao adquirir estes produtos.

Em outras palavras: a maior parte do pagamento final de um determinado produto pelo consumidor, como pão, iogurte, vinho, cerveja, azeite, conservas, etc., não beneficia em parcela maior o produtor do trigo, do leite, da uva, da soja, da cevada e dos respectivos legumes e verduras, mas as indústrias, que processam estes produtos e as que fornecem os correspondentes insumos.

INSUMOS	PRODUÇÃO RURAL	INDUSTRIALIZAÇÃO
Sementes, adubos, defensivos, máquinas	plântio, cultivo, colheita	armazenagens, processamento, distribuição
+ 20%	+ 10%	+ 70%

Como se verifica facilmente pelo quadro acima, a produção rural — sem a qual não existiriam os demais produtos (pão, vinho, queijo, conservas, etc.) — auferia a menor parte do valor final dos seus produtos primários (trigo, leite, uva, soja, etc.). O preço cobrado pelo supermercado, pelo armazém, pela bodega, etc., não volta para ele, mas vai para outros.

Por isto se torna sumamente importante que se organizem cooperativas não apenas para dar assistência técnica, cuidar da comercialização inicial, fornecer insumos adquiridos no mercado etc., mas também — aqui está o segredo do negócio! — para cuidar da industrialização e da fabricação dos insumos. Assim se aumentará grandemente o rendimento do associado sobre seu produto inicial, pois os valores agregados (acrescentados pela industrialização), reverterão igualmente para ele.

Pode-se tirar uma comparação — para melhor entender este processo — do leite guardado fora de geladeira. Ele se transforma em três produtos diferentes: coalhada, soro e nata. Em termos de quantidade a parte menor é formada pela nata, enquanto as maiores são representadas pelas outras duas. Porém em termos de qualidade — e consequentemente de preço — o maior valor pertence justamente à nata. Pode-se assim fazer a seguinte comparação (em relação ao quadro supra): nata — industrialização; coalhada — insumos; soro — produção da terra.

Em vez de o associado de uma cooperativa entregar o leite — ou algum outro produto — à mesma, para que esta apenas a comercialize, ele pode participar de maior resultado, se esta sua empresa processar a transformação deste produto em iogurte, queijo ou manteiga, que valem mais no mercado. Assim, em termos de participação no resultado final, ele não fica apenas com o soro, mas também com a coalhada e com a nata...

Este tipo de cooperativa é a agroindustrial, ou seja, a agro-indústria pela cooperativa, de que o associado seja o dono. Algumas cooperativas já estão atuando desta forma. No entanto, falta muito ainda! Todas poderiam fazê-lo, seja diretamente, seja integrando-se às pequenas e médias para tal fim.

Além da vantagem de assim poder obter uma melhor participação nos resultados em termos de pagamento, outros benefícios podem advir da industrialização via cooperativa. Assim: geração de novos empregos no próprio interior, ocupando, inclusive, familiares dos associados, numa autêntica descentralização fabril e contribuindo expressivamente para reter o êxodo rural.

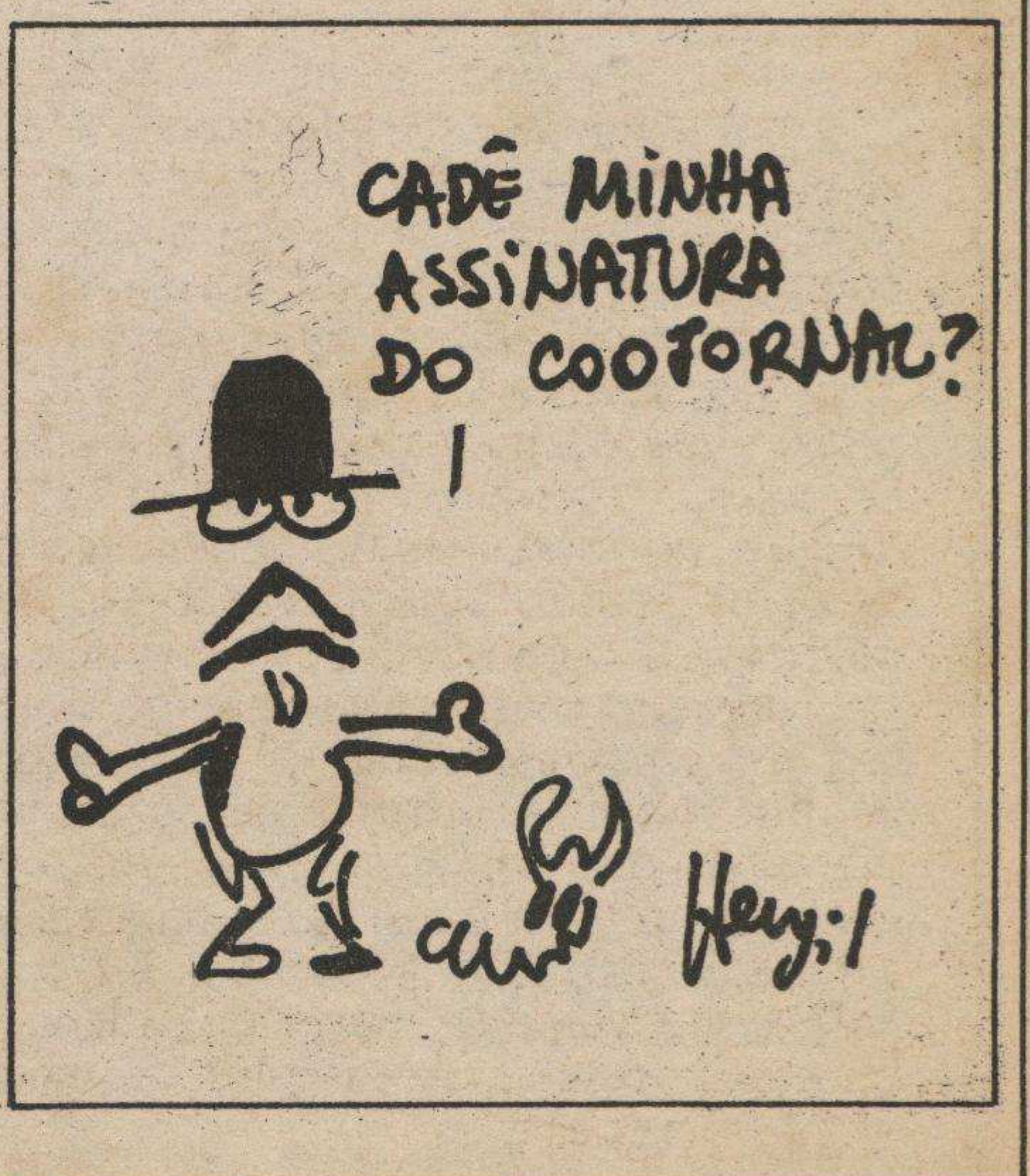
Isto sem esquecer que a participação nas decisões constitui outro aspecto muito importante, o que poderá por exemplo vir a beneficiar inclusive os consumidores finais destes produtos, que desta forma os poderão adquirir a preços mais acessíveis, eis que chegarão sem tanta intermediação e sem a mera ânsia de lucro, já que a verdadeira cooperativa se preocupa com a justiça social.

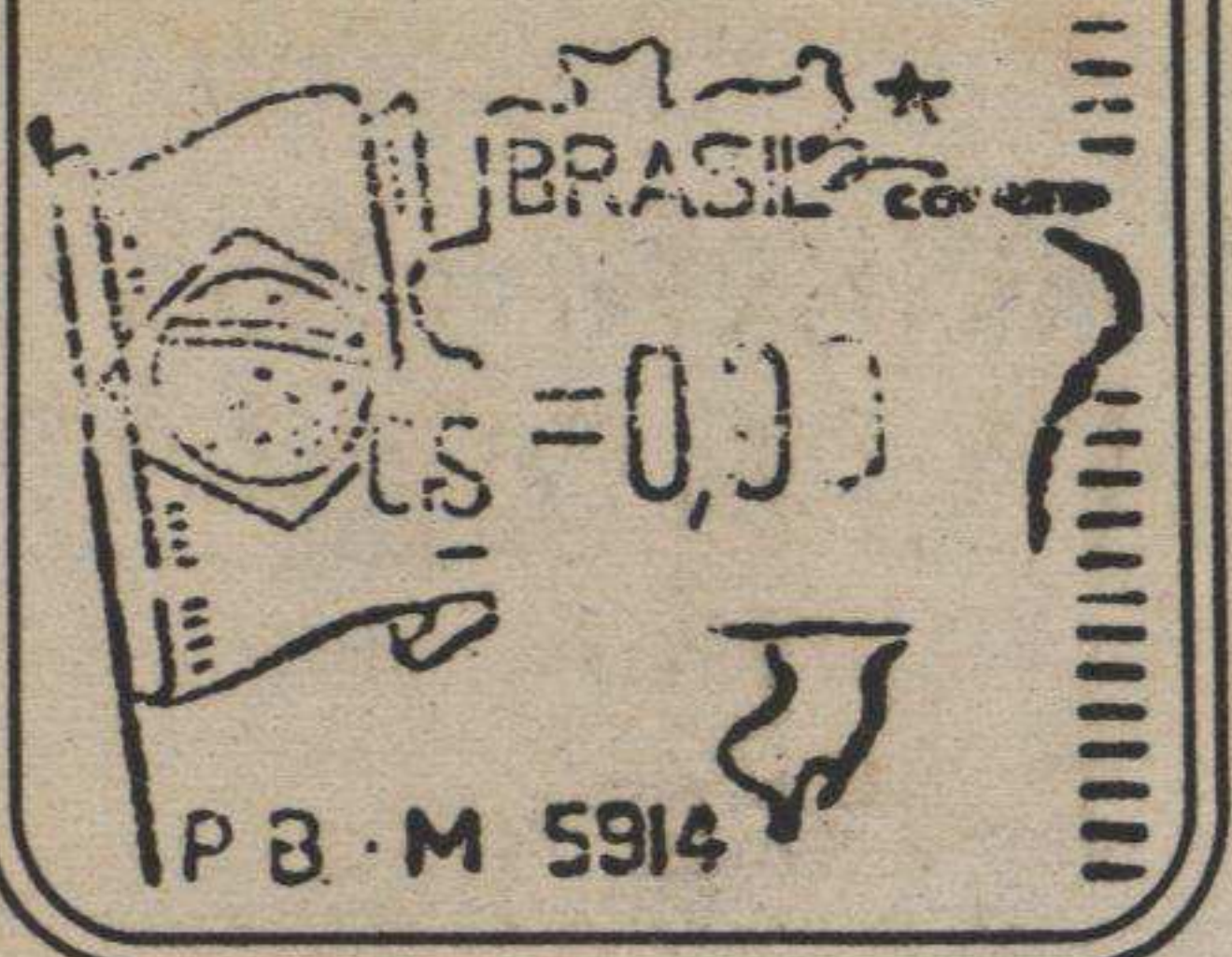
No Grande Manual Globo (1973 — pag. 72 do vol. I) se encontram os seguintes dados quanto à participação dos diversos agregados da produção rural nos USA de 1910 a 65.

AGREGADOS	% de valor	evolução
1. — Insumos agrícolas	11, 21	32
2. — Produção rural	54, 11	3,3
3. — Armazenagem, processamento, industrialização e distribuição	35, 68	32,9

Como se verifica facilmente, enquanto os setores industrializados (1 e 3) cresceram no mesmo ritmo (evolução): mais de 30%, o da produção primária (2) aumentou apenas em pouco mais de 3% ou seja 10 vezes menos nestes 55 anos. Em outras palavras: juntando-se os setores 2 e 1, teria-se em vez dos magros 11%, ao menos 32% e, se fosse feito o mesmo em relação ao setor 3, a margem aumentaria ainda mais, ou seja, 79% (2 + 3).

Talvez em nossa realidade estes dados sejam ainda mais gritantes! Mas mesmo que não o sejam — admitindo-se mesmo para efeito de argumentação que sejam menores até — fica evidenciado que as cooperativas devem atuar também nos demais setores. Por que isto não acontece!





Não esqueçamos de Geraldo Vandré

"Durante uma das minhas costumeiras leituras deste jornal, que prima pela luta em defesa dos direitos humanos e, mais ainda, pelas liberdades democráticas, me deixei questionar sobre a omissão — voluntária ou não — deste, assim como de outros jornais, em relação ao cantor e compositor Geraldo Vandré que, como outros exilados, deu sua contribuição à luta pela volta do estado de direito, tirado aos brasileiros pela sofismática revolução.

Pela sua coragem em expor a verdade através de mensagens musicais, Geraldo Vandré acabou perseguido, exilado e quem sabe mais o que, principalmente pela sua manifestação num festival de música popular, através da canção "Pra não dizer que não falei de flores", proibida logo a seguir e assim permanecendo, por mais de uma década e meia, longe das emissoras de rádio e TV. Seu autor, como sua música, vagou anos sem conta pelos caminhos do esquecimento. Não se soube certo sobre suas andanças, seus sofrimentos, suas alegrias, as pressões, coações, etc.

O visto em seu passaporte foi-lhe negado diversas vezes, impedindo-o de retornar à pátria, ao contrário de seus companheiros de luta e exílio — Chico, Caetano e Gil — que após alguns anos retornaram. E mesmo agora, com a abertura política, pouco, ou quase nada, se falou da sua volta, se é que aconteceu, pois me parece incrível o silêncio.

Mas é importante que "Pra não dizer que não falei de flores" está de volta às paradas musicais, às vitrolas do lar brasileiro e à boca do povo — como em 68 — que se inquieta e começa novamente a entender os pontos em questionamento. É por isto que espero uma reportagem sobre este compositor que afirmou certa vez que "esta vida não se resume em festivais", mas que acabou envolvido pelo festival de vergonha, arbitrio e pressão que assolou o nosso chão nestes 15 anos passados (não confundir com o programa "Festival 15 anos" de uma conhecida rede de tevê).

Rubens de Sena Almeida, Montes Claros, MG

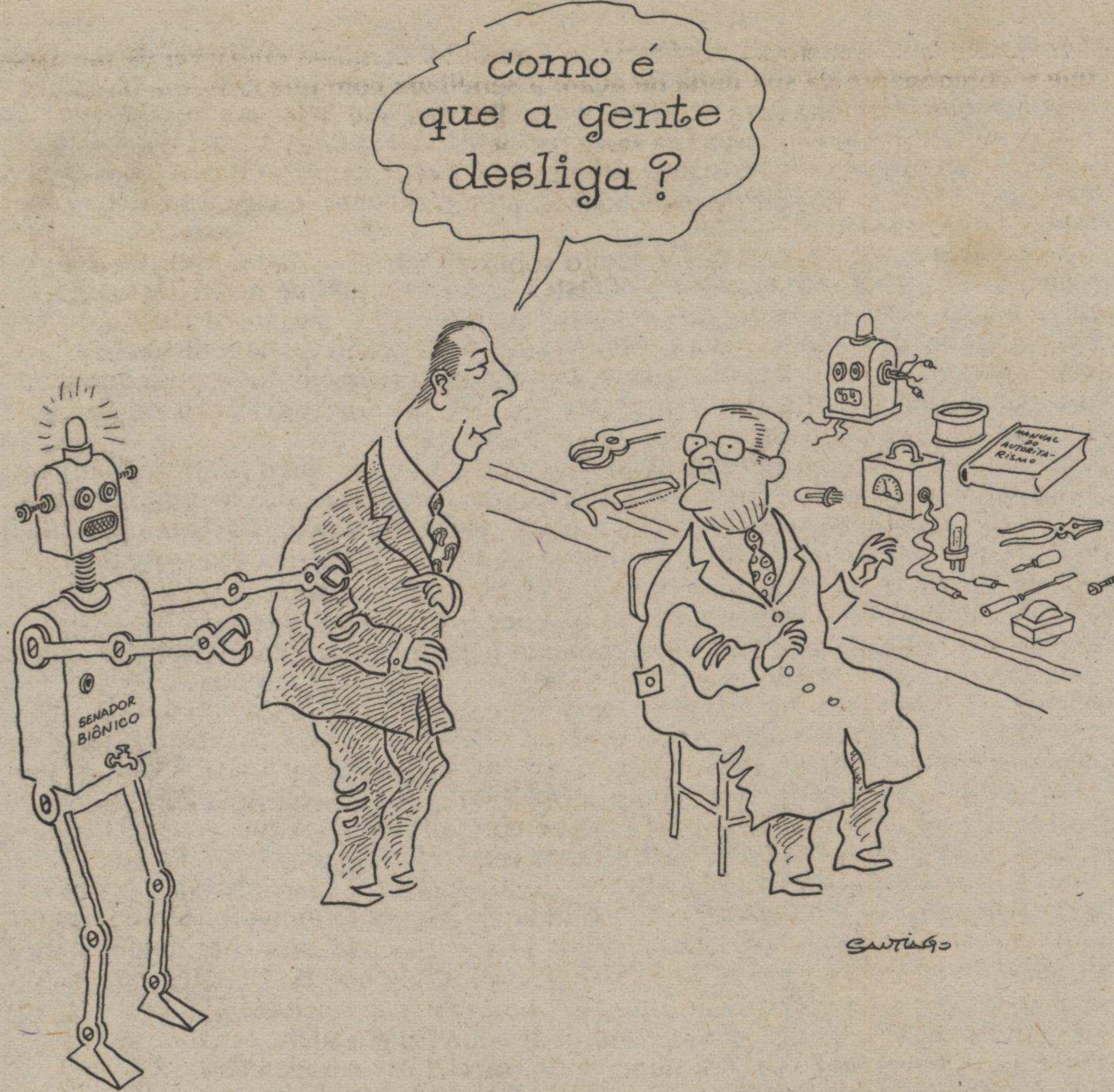
Projeto Jari (I)

"Escrevo parabenizando, em meu nome e em nome da Coonatura (Cooperativa Mista de Produtores/Consumidores de Alimentos, Idéias e Soluções Naturais), da qual faço parte, o *Coojornal* pela brilhante e corajosa matéria sobre o Projeto Jari, esse maldito peso social, ecológico e ameaçador da soberania nacional.

Achei excelente o trabalho (ousado, corajoso, hábil e insistente) dos jornalistas Najjar Tubino, Caco Schmitt e José Netto, e sua publicação foi muito oportuna, se levarmos em consideração o fato de que o governo, nesse início de ano, anuncia algumas medidas que, segundo seus dirigentes, visam diminuir o contraste sócio-econômico entre proprietários e empregados no meio rural brasileiro.

E foi oportuna porque mostra, com fatos documentados, que alguns ratos de porão, que há muito se mostram sem escrúpulos, corruptos, exploradores da miséria do povo rural, defensores acirrados da política de entregação são, hoje, membros da alta cúpula governamental.

Tudo isto mostra que, lamentavelmente, as palavras bonitas, o desejo de acabar com as injustiças praticadas diariamente por latifundiários, multinacionais e tudo mais, fazer uma reforma agrária, distribuir a renda, etc., não fazem, na verdade, parte dos planos do governo. Trata-se de simples demagogia, simples anestesia.



O trabalho de investigação do projeto Jari, que deveria ser feito pelo governo, para que se tornasse possível a identificação dos que participam do crime contra a soberania nacional, está aí. Só não vê quem não quer.

Não podemos esquecer que a Transamazônia só serve para dar acesso às grandes áreas de floresta nativa, às empresas extrativistas, latifundiárias, exploradoras. A Transamazônica é um elefante branco. Foi feita, exclusivamente, pra facilitar o acesso de mão-de-obra para os megalomaniacos projetos de grandes grupos econômicos."

Wellington da Silva Sarraf, Rio de Janeiro, RJ

Projeto Jari (II)

"A situação do projeto Jari é do interesse de muitos brasileiros, e esta reportagem publicada no *Coojornal* nº 49 veio para esclarecer o problema da terra na Amazônia. Esta invasão de nosso território é uma vergonha para nosso país. Enquanto isto, a nossa dívida externa cresce dia-a-dia e o nosso povo carece de recursos para sobreviver.

Apesar deste quadro, outros países espoliam nossas riquezas e ocupam nosso território. Até quando nós, brasileiros, teremos de suportar as ousadias das multinacionais? Até quando os corruptos continuarão roubando e sugando os frutos de nossa terra e o sangue de nossos irmãos?"

João Pimenta, Belo Horizonte, MG

Projeto Jari (III)

"Li com profunda revolta e embargado de emoção a sensacional reportagem sobre o "país" de Mr. Ludwig. Em cada capítulo dessa histórica reportagem está plenamente evidenciado como a força brutal dos poderosos mata o direito de nossos irmãos oprimidos e vê-se que, exatamente no coração pulsante do Brasil, na silenciosa e inescrutável Amazônia, também o humilde foi vencido. E como o crime tem sido o grande vencedor!

Como patriota, nascido exatamente na fronteira da desgraça, o Nordeste, brasileiro, não posso tapar meus ouvidos e olhos a esta devastação e ameaça a nosso patrimônio. Garanto-lhes que os bárbaros hoje responsáveis por isto serão um dia golpeados com suas próprias picaretas, sobre seus crânios sem pensamentos e seus corações vazios.

Paulo Cavalcanti Valente, Montevidéu, Uruguai

Fernando Sabino, uma delícia!

"Encantada, acabei de ler *O Grande Mentecapto*, do Fernando Sabino. Além do encanto senti grande entusiasmo, daquele de compartilhar com todo mundo. Como todo mundo, escolhi esta seção do *Coojornal*, nosso mais sensível e inteligente jornal.

O livro é um primor, a técnica narrativa do Sabino delícia. E como leitora comum vou cometer a audácia de sugerir-lo àqueles que manejam com as palavras. Tenho observado que vários de nossos escritores andam descuidando de "prender" o leitor, e nos torram com estilos compridos e tediosos.

A obra do Fernando Sabino é o oposto: é garantia de uma leitura atraente, inteligente e criativa."

Wanda Blanco Wagner, Porto Alegre, RS

A mulher continua oprimida, com ou sem top-less

"Gostaria de saber melhor quais são os grandes interessados na onda do top-less.

A nudez feminina tem milênios. Ovídio, o célebre poeta romano, foi desterrado por ter assistido a um culto à deusa Íbis, em que as mulheres oravam nuinhas. No Nordeste destes brasis, já nos contava Mané Bandeira, meninas nadavam nuinhas. E eu, nos meus 30 anos, vi garotas nadando nuas no rio Poti, em Cratêus, interior da Amazônia.

Mas o top-less é mais um desvio de atenção. E o povo não entende. A televisão determina: Todos nus! E todos ficarão nus. Não há como fugir à deusa platinada!

Achei ridículo dizerem que o top-less liberta a mulher. Liberta-a de quê? A mulher continua oprimida com ou sem suporte de seios. A grande libertação da mulher está na sua ascensão social, na luta por melhores oportunidades, no fim do machismo absurdo e temente ao chifre à guzerá.

Falta às mulheres, delícias de nossas vidas, ler e reler o livro de Heloneida Studart, *Mulher, Objeto de Cama e Mesa*, da Editora Vozes, para tomarem um pouco mais de consciência. Ou, mais uma sugestão, tomarem umas aulas com a inteligente Branca Moreira Alves, que disse: 'A questão primordial da opressão da mulher está na reprodução. Isso resulta do poder que só ela detém de con-

ceber. Na forma em que se estruturou a sociedade patriarcal, os homens precisam exercer um controle sobre a própria prole e conseqüentemente sobre o núcleo familiar. Somente com o entendimento desta questão é que se encontrará a saída para a mulher."

Jorge Baleeiro de Lacerda, Francisco Beltrão, PR

Sai da cabeça o que atiram contra a Geni

"A mais nova obra-prima de Chico Buarque, *Geni e o Zepelim*, não sai da boca do povo, causando indignação às homônimas, que pedem a intervenção da censura e, a exemplo do que ocorreu com outra obra-prima sua, *Cálice*, o repúdio de padres e bispos.

O que será que esse povo tem na cabeça? Aquilo que usa como petardo para arremessar na pobre Geni. Como é possível que as pessoas se sintam tão indignadas e chocadas por uma simples palavra que elas dizem a toda hora? Deviam ficar indignadas era com a fome, a miséria, os assaltos, a inflação, a alta do custo de vida, com a inépcia dos governantes, com a luta pela legalização do aborto e não com os versos de uma canção que põe a nu uma problemática social de maneira tão singular, embora cáustica, e que, no fundo, é um retrato de todos nós, porque somos tanto a vítima quanto o agressor de situações semelhantes.

Quantas vezes não fomos, somos e seremos Genis na vida! Esta é a conclusão mais óbvia que qualquer um pode tirar destes versos, sem grandes elucubrações: nós só somos importantes para alguém do ponto de vista da utilidade, do uso mesmo. Em outras palavras: quando alguém precisa de nós, sabe fazer por onde para conseguir nosso apoio. Não mais precisando, nos taca o pé naquele lugar. Chico diz exatamente isso em sua canção, enriquecendo-a com o toque de seu gênio. O que a hipocrisia das pessoas não tolera é a inclusão da palavra que é apanágio delas. Chico fez uma apropriação indébita, por isso é que está sendo criticado e a Geni corre o risco da guilhotina.

Salienta-se também o modo como o artista tratou musicalmente os cáusticos versos da infeliz Geni. Quando se refere à história dela, a música é de um puro lirismo. Na ação do povo, há um rompimento brusco e o som cresce em agressividade. Os néscios também não viram isso. Só o que eles têm na cabeça."

Renato José de Carvalho, Rio de Janeiro, RJ

ELA É BRASILEIRA.

ESTÁ PRESA NOS CÁRCERES URUGUAIOS DESDE 1972.

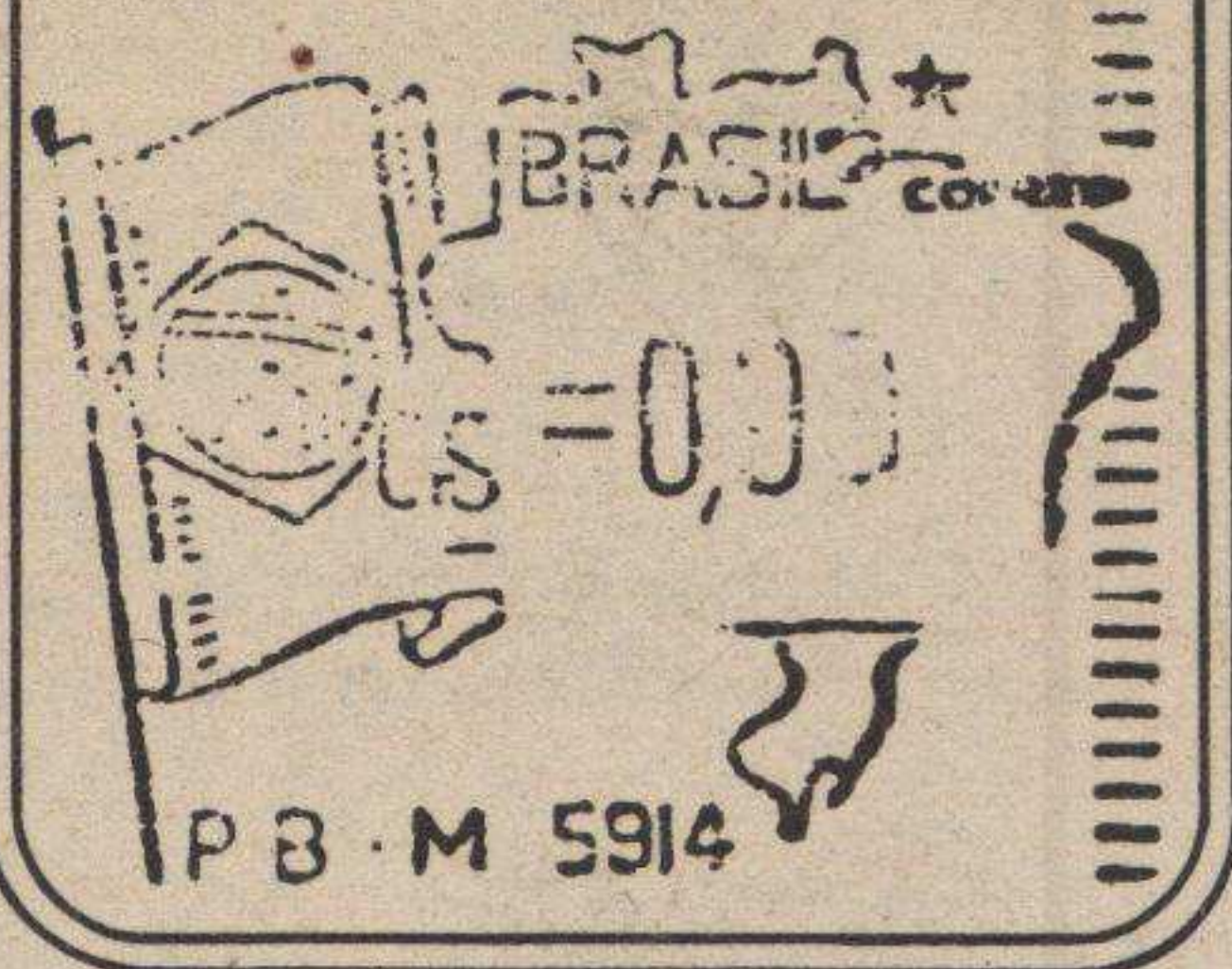
O GOVERNO BRASILEIRO E CADA UM DE NOS É RESPONSÁVEL.

LIBERDADE PARA FLÁVIA



C.B.A. Este anúncio será publicado por este jornal até o dia da libertação de Flávia

As cartas para a redação devem conter nome e endereço completo do remetente para que sejam publicadas. Remeter para Rua Comendador Coruja, nº 372, Porto Alegre.



Miséria no espelho do país

"Estão ocorrendo fatos neste Brasil afora que, no meu entender, devem-se a erros de nossos mandatários, que, nos últimos governos, abandonaram os verdadeiros interesses nacionais valendo-se excessivamente do poder das multinacionais. O espelho disto está à nossa frente: milhões passando fome, sem ter onde morar. A miséria levou muitos de nossos irmãos ao desespero. Marginalizados, estão assaltando, roubando e matando, deixando muitas famílias na orfanade e na miséria.

Problemas como estes seriam melhor resolvidos se não se falasse tanto em reformulações partidárias, cálculos políticos, etc. Com tantos problemas afligindo o povo brasileiro, nossa política limita-se à luta para não perder o mando. Um dos resultados é que um país como o nosso, que é um dos mais ricos do mundo, não consegue nem pagar os juros de sua dívida externa, e não são feitas reformas econômicas e sociais, como a reforma agrária, que viessem em benefício da nação".

Heitor Machiavelli, Tapera, RS

Qualquer veículo é veículo para o humorista

"Não é do meu comportamento responder às opiniões de todos articulistas que escrevem sobre o meu trabalho.

Mas desta vez o faço com o único propósito de prestar informações que faltaram ao querido companheiro José Antonio Silva, na edição especial de humor de janeiro. Quando ele diz que meu humor lembra um pouco os cartunistas espanhóis está se referindo à fase que desenvolvi em 1975 e 1976. Mesmo assim, só humor político, porque o erótico, absurdo e amenidades, que sempre publiquei, nada tinha a ver com os espanhóis. Na época, chegava de Barcelona com o firme propósito de fazer humor político que fosse direto porque as realidades ideológicas Brasil-Espanha eram muito parecidas e era válida a influência.

Essa fase fez parte de muitos cartunistas brasileiros, e está registrada no jornal *Ovelha Negra*. O cartum de minha autoria que ilustra a matéria de José Antonio é deste período. Não foi considerado o período de 13 anos que colaborei com 48 publicações do Brasil, Espanha, França e países nórdicos.

A consideração de que eu seria o oposto do Alcy, por não escolher veículo para publicar, não faz sentido. No meu caso, vivo de desenhar, criar e vender cartum. Não há nenhum cartunista que se possa dar ao luxo de escolher o local de fazer cartum e conseguir viver desta única publicação, independente do padrão de vida. A realidade do mercado nunca esteve para isso. E muito menos agora, como reconhecem Edgar Vasques e Veríssimo neste diálogo publicado na página 15 desta mesma edição:

Vasques: — Mas eu confesso que a minha preocupação neste momento pode ser expressa numa idéia do Veríssimo: a gente deve ocupar os espaços, publicar no maior número de lugares possíveis.

Veríssimo: — Qualquer veículo é veículo.

Há 13 anos que, para mim, cartum é o único meio de sobreviver e que a criatividade não tem limites, e sim disciplina. Durante todos esses anos, esta tem sido a minha filosofia de trabalho".

Geandré, São Paulo, SP

Anchieta matou um pastor. Pode ser santo?

"Anchieta matou um pastor protestante.

Quando São Paulo comemorou, a 25 de janeiro último, seus 426 anos de fundação, voltou à baila a idéia, muitas vezes repetida, da canonização do sacerdote. Desta vez, com a chancela de Roma, aventando *O Estado de S. Paulo* a possibilidade de João Paulo II anunciar pessoalmente o ato quando de sua estadia no Brasil.

A dificuldade para a canonização do jesuíta que tanto fez pelo país já se arrasta por mais de quatro séculos. Jaz no fato de ter tido ele a infelicidade de servir de algoz para um pastor calvinista, do grupo huguenote francês que para cá veio a fim de fundar a França Antártica em 1555. Aprisionado, ele teria se recusado a aceitar a fé católica e Anchieta lhe deu o golpe de misericórdia.

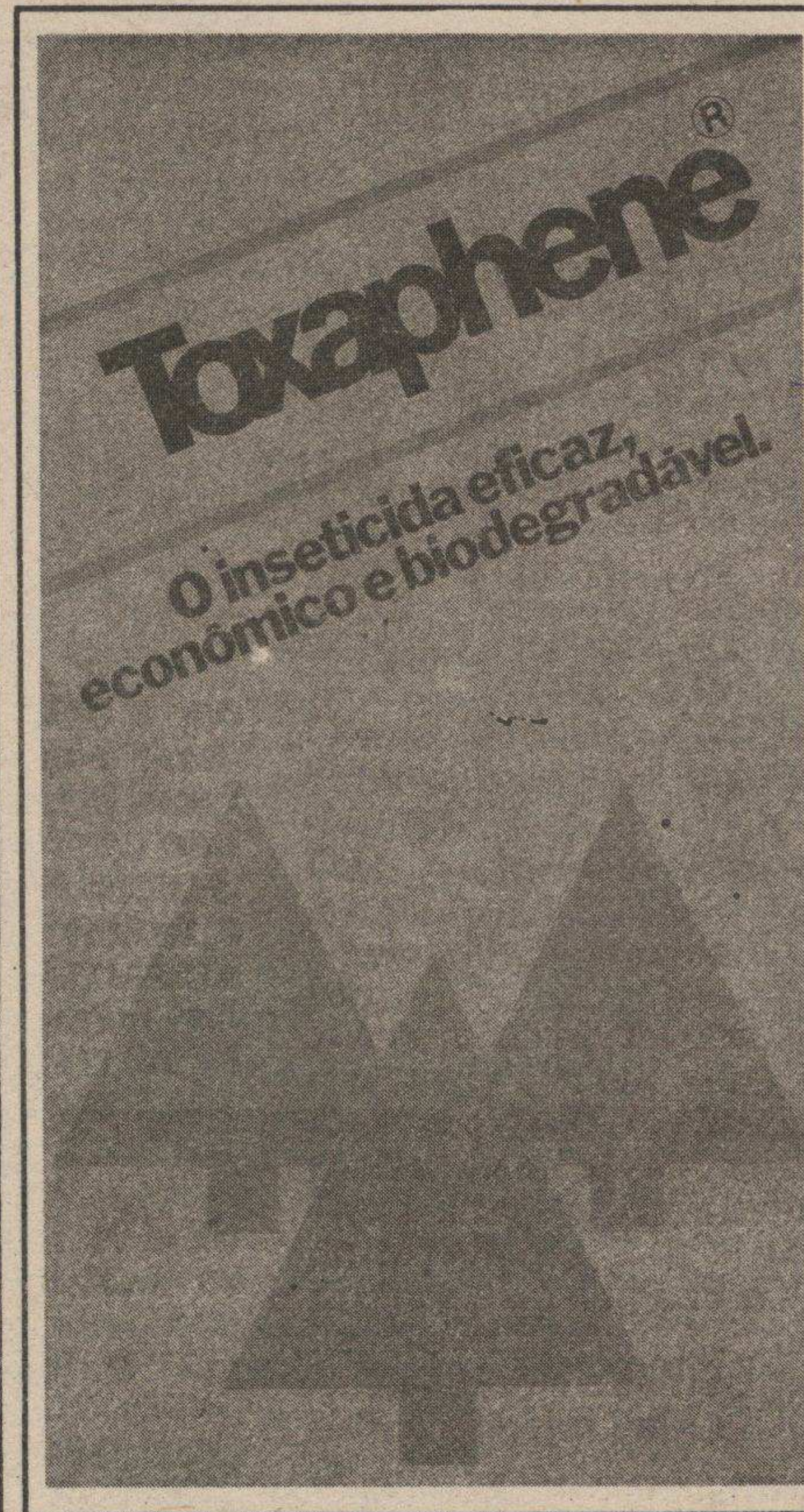
Desconhecido por muitos, o episódio está fartamente documentado. Os reverendos Álvaro Reis e Otoniel Mota, presbiterianos, escreveram à larga sobre o assunto. E meu avô, o historiador e pastor Vicente Themudo Lessa, documentou tudo no livro *Anchieta e o suplício de Balleur*, editado em 1934.

A Igreja Católica, depois do Vaticano II e, principalmente, depois de Medellín

e Puebla, deu outro enfoque à questão da veneração dos seus santos, inclusive casando o mandato de alguns, entre os quais o padroeiro do meu querido Corinthians, o ex-São Jorge. Relativizou suas qualidades dando a entender que devem ser lembrados como exemplos inspiradores de fé e retidão de caráter, porém sem que tenham sido perfeitos. Não consta, entretanto que entre os santos ainda mantidos, tenha havido quem tenha tirado a vida a alguém, mesmo considerado inimigo.

Daí porque continuo achando difícil a canonização do padre José de Anchieta, embora sejam inegáveis seus méritos em muitos aspectos".

Roberto Vicente T. Lessa, São Paulo, SP



Veneno em embalagem falsa

"Hoje, luta-se por uma menor aplicação de defensivos em nossa agricultura. Mas o que fazer quando este tipo de produto tem publicidade livre, inclusive a nível de agricultor, induzindo-o a comprar produtos nocivos?

Apenas a título de ilustração, vejam o folheto anexo. Começa fazendo uma confusão com o símbolo do cooperativismo, que são dois pinheirinhos lado a lado. Acredito que, no caso, a intenção é usar os pinheirinhos para induzir o agricultor a comprar como se fosse recomendação de sua cooperativa.

A capa do folheto ainda afirma que o inseticida é "eficaz, econômico e biodegradável". Mas não esclarece que o inseticida degrada-se em curto espaço de tempo apenas no tecido gorduroso.

E por aí vai o folheto, sem trazer nenhuma informação do prazo de carência e antídoto, em caso de intoxicação. A quantidade de veneno é variável de um a quatro quilos por hectare; isto não dá segurança nenhuma para a aplicação.

O que fazer quando o agricultor aplica o defensivo erradamente? De quem é a culpa?"

Hermínio Cância, Porto Alegre, RS

A moral da política, segundo o dr. Borges

"Considerando que muita gente faz da política 'a arte de servir', é interessante a transcrição de parte da última entrevista do dr. Borges de Medeiros para a *Revista do Globo*, de 25 de setembro de 1948:

"São poucos, hoje em dia, aqueles políticos que se preocupam em dar uma orientação segura para o homem da rua, tão castigado pelos problemas de natureza econômica. A própria moral não é mais a mesma. Quem antigamente mudava de partido dava um atestado público de falta de caráter e dificilmente conseguia liber-

tar-se da pecha infamante. Ficava desmoralizado e com a carreira política cortada. Virar a casaca era uma ofensa tão grave como receber uma bofetada."

Wilmar Lutz Farias, São Leopoldo, RS

Biodegradável ou sabão. Detergente nunca!

"A mulher, continuadora da espécie, manipula ainda com todos elementos básicos da estrutura familiar — a educação dos filhos, direção do próprio lar, o clima de convivência familiar. Agora, também já consciente da importância de sua participação na sociedade humana, ensaia os primeiros passos para preencher os direitos e obrigações que daí nascem.

O planeta terra não poderá ser dirigido apenas por um segmento da sociedade — os dois deverão, em conjunto, influir nas decisões relevantes. Somente assim alcançaremos o equilíbrio tão necessário.

No momento atual, as mulheres, como donas-de-casa, tomam a iniciativa de modificar o sistema inflacionário, criador de crises, com o boicote aos gêneros de preços mais elevados, como é o caso da carne. E é um movimento que está eclodindo em todo o Brasil.

Mas, ainda dentro do aspecto donas-de-casa, poderá a mulher fazer um movimento alterativo dos hábitos este-reotipados da sociedade de consumo. Aludimos ao estado atual do nosso meio ambiente, saturado pelos detritos de toda espécie, que sujam o ar, água e terra, limitando cada vez mais a possibilidade de uma melhor qualidade de vida.

Dentro do lar, a dona-de-casa pode iniciar um fluxo renovador de hábitos, pelo uso de produtos menos poluentes para a limpeza. Temos duas alternativas que são as melhores e uma que não deveria ser usada de nenhuma maneira.

A primeira alternativa, a mais perfeita, seria voltarmos ao sabão grosso ou comum, já em uso desde os tempos de nossas avós, e que são normalmente reabsorvidos pela natureza, não causando poluição.

A segunda alternativa seria a de usar-mos os produtos biodegradáveis, que existem à venda em todos os supermercados. Estes produtos apresentam toxicidade menor do que os detergentes comuns. Ainda não apresentam as condições ideais para o uso, pois seus componentes biológicos podem causar uma proliferação dos microorganismos que vivem na água.

De nenhuma maneira, entretanto, devem ser usados os detergentes comuns, de intensa toxidez, que pela liberação de grande massa poderá formar aquelas montanhas de espuma, que já foram vistas em noticiosos da tevê e que liquidam toda a espécie de vida aquática, principalmente os peixes, preciosa fonte de proteínas para a alimentação humana.

A potabilidade de nossas águas está sofrendo um desgaste cada vez mais acentuado. O delta do Guaíba, em Porto Alegre, estuário de vários rios, está com o nível de salubridade bastante comprometido e com a instalação e posterior funcionamento do Pólo Petroquímico, vai ainda aumentar a poluição.

Como donas-de-casa, devemos, pois, racionalizar o uso e transformação das coisas vivas que a natureza nos oferece, usando-a apenas na medida do necessário, evitando sua total destruição, pois ela é complemento indispensável da vida do homem".

Wanda Irma Seibt, Porto Alegre, RS

Na campanha por Flávia Schilling

"Soube, através de jornais, que haveria uma campanha de intensificação sobre o caso Flávia Schilling, para a libertação imediata desta brasileira. Gostaria de fazer chegar ao sr. Paulo Schilling e ao CBA do RS minha vontade de ajudar e intensificar esta campanha."

Nelson Tangerini, Rio de Janeiro, RJ

Se você mudou ou vai mudar de endereço...

Não esqueça de levar na mudança a sua assinatura do Coojornal. É só recortar o cupom, escrevendo o seu novo

endereço, e enviar para a Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre, rua Comendador Coruja, 372 — 90.000 Porto Alegre.

ALTERAÇÃO DE ENDEREÇO

Nome.....
 End. Novo: N°.....
 Bairro CEP.....
 Cidade Estado.....
 Profissão.....

Se o metrô não funciona, a culpa é da imprensa?

Num momento em que o governo anuncia sem rodeios a sua intenção de levar adiante a chamada abertura política na área de imprensa, a principal empresa estatal do Rio, a Companhia do Metropolitano, acaba de tomar uma decisão que fere frontalmente a orientação oficial: demitiu toda a sua assessoria de imprensa e cancelou todos os seus contatos com os jornalistas.

A medida foi formalizada no último dia 12, quando por determinação do presidente do Metropolitano foram demitidos os três jornalistas — José Paulo Miziara, Murilo Rocha e Evaristo Cardoso — que trabalhavam na chamada Assessoria de Comunicação Social (Ascom). Aparentemente, a medida teria sido provocada por uma nota divulgada naquele dia por *O Globo*, informando sobre a possibilidade do Metropolitano, por falta de recursos, deixar de pagar em dia, pela primeira vez, o salário dos seus 2.500 funcionários. A demissão sumária seria uma punição da presidência da companhia aos assessores da área de jornalismo, *suspeitos*, na versão oficial, de liberar informações sigilosas para a imprensa.

Na prática, não houve nenhuma quebra de sigilo por parte dos jornalistas que trabalhavam no Metropolitano. Pelo contrário: se não dificultavam o trabalho dos repórteres, os jornalistas da Ascom também não vazavam nenhuma informação confidencial, mantendo-se disciplinados à vontade da presidência de só divulgar notícias oficiais. A própria notícia divulgada por *O Globo* no dia 12 foi dada ao repórter — autor desta matéria — por um diretor da companhia, com pedido de sigilo do seu nome.

A demissão dos jornalistas tem, portanto, raízes bem mais profundas, ligadas a dois fatos: primeiro, à deterioração das relações da direção do Metropolitano, particularmente do seu presidente, com o governador Chagas Freitas e, em segundo, à paralisação da construção do metrô, a maior obra urbana da América Latina.

Os dois problemas se interligam e têm se agravado na medida em que a imprensa tem tornado público os inúmeros erros no planejamento do metrô — com custo superior a 1,5 bilhão de dólares — e os efeitos da paralisação da obra. Além de prejudicar direta ou indiretamente mais de um milhão de pessoas que vivem na sua área de influência, a paralisação da construção do metrô resultou na demissão em massa de operários, está causando prejuízos seríssimos à conservação de equipamentos sofisticados (particularmente sistemas eletrônicos importados) e feriu frontalmente interesses de poderosos grupos de empreiteiros, entre eles a Mendes Júnior e a Cetenco, com pagamentos atrasados desde agosto do ano passado.

A evolução da crise foi agravada há dois meses pelo atraso da aprovação do orçamento do metrô pelo Ministério do Planejamento. O resultado: na medida que os problemas do metrô se tornam públicos e a obra é questionada em profundidade pelos jornais, os representantes do governador Chagas Freitas ampliam seu poder dentro da companhia.

Nas análises do grupo ligado a Noel de Almeida sobre as formas de conduzir politicamente o relacionamento com o governador e seu secretário de Transportes, Adhyr Velloso, se chegou a esta conclusão: é necessário eliminar todas as áreas de atrito. E se começou, pelo que confirmam pessoas ligadas à própria presidência, pelo lado mais frágil da corrente: o relacionamento com a imprensa. Inicialmente, de forma tímida, todos os diretores e técnicos foram orientados para não falar aos jornalistas formalmente. Desde que houvesse sigilo da fonte, a informação não era negada. Esta situação perdurou mais de seis meses e seguiu-se à demissão do diretor de

planejamento, Fernando Mac Dowell, após uma entrevista a *O Globo* que o incompatibilizou com o Secretário de Transportes. Ironicamente, a entrevista fora autorizada pelo próprio assessor-chefe de comunicação da Secretaria de Transportes, Alberto Lima. Detalhe: Mac Dowell falou sobre um assunto — integração de transportes — que naquele mesmo dia o secretário tinha se recusado a falar.

Como a crise evoluiu, os estrategistas da facção de Noel de Almeida — é o que informam fontes da companhia — foram mais radicais: aconselharam a demissão de toda a assessoria. O pretexto foi consequência do acaso: a nota informando sobre a possibilidade do atraso do pagamento. Há informações concretas que desde o início de janeiro a decisão já estava tomada, obedecendo ao seguinte plano tático: demitida a assessoria de imprensa, os contatos com os jornalistas ficariam consequentemente com a Secretaria de Transportes, órgão que passaria a ser o alvo de todas as críticas ou elogios que o metrô venha a receber. Como o tempo é de críticas — e críticas ácidas — o ônus de responder por elas passaria à Secretaria de Transportes.

O êxito desta política é duvidoso, mas a realidade é que ela já começou a ser posta em prática. Na Ascom do metrô, seu responsável, professor Eugênio Matoso, orientou a secretaria para dizer que não está ou que se encontra em reunião sempre que algum jornalista o telefona. Os contatos pessoais são feitos pelo subchefe da assessoria, o relações públicas Paulo Sérgio, que tem idêntica orientação.

Mas, fechando suas portas à imprensa, o Metropolitano do Rio não consegue esconder a sua realidade: em dez anos de obra construiu apenas 5,1 quilômetros (trecho Glória-Cidade Nova, passando pelo Centro) de sua linha prioritária de 37 quilômetros (Tijuca-Botafogo, atingindo o subúrbio até a Pavuna).

A obra, em si, é um rescaldo do milagre econômico do início da década de 70. Foi acelerada a partir de 1975, chegando a empregar no seu pique 18 mil homens, a maioria aliciada no Nordeste e no interior de Minas. Foi a principal fonte de emprego da construção civil no Rio, após a Ponte Rio-Niterói e o novo aeroporto internacional.

Em um ano, a falta de recursos demitiu mais de 10 mil dos seus operários e restringiu suas obras apenas à conclusão, de forma precária, das estações Uruguaiana e Estácio. Seus canteiros, hoje estão praticamente paralisados. Neles há

apenas mil homens trabalhando, a maioria absorvida pelas obras das duas estações, que Chagas Freitas quer inaugurar no aniversário do seu primeiro ano de governo.

Paradoxalmente, o ritmo de tartaruga do metrô coincide com a necessidade que o Rio tem de contribuir com a política oficial de economia de combustível, justificativa principal de sua construção. Dos 1,5 milhão de passageiros por dia que a sua linha básica deveria atender já no fim deste ano, segundo o cronograma de 1979, apenas 60 mil pessoas estão andando hoje nos seus trens. Uma contribuição demasiadamente tímida para planos tão ambiciosos. A culpa é da imprensa?

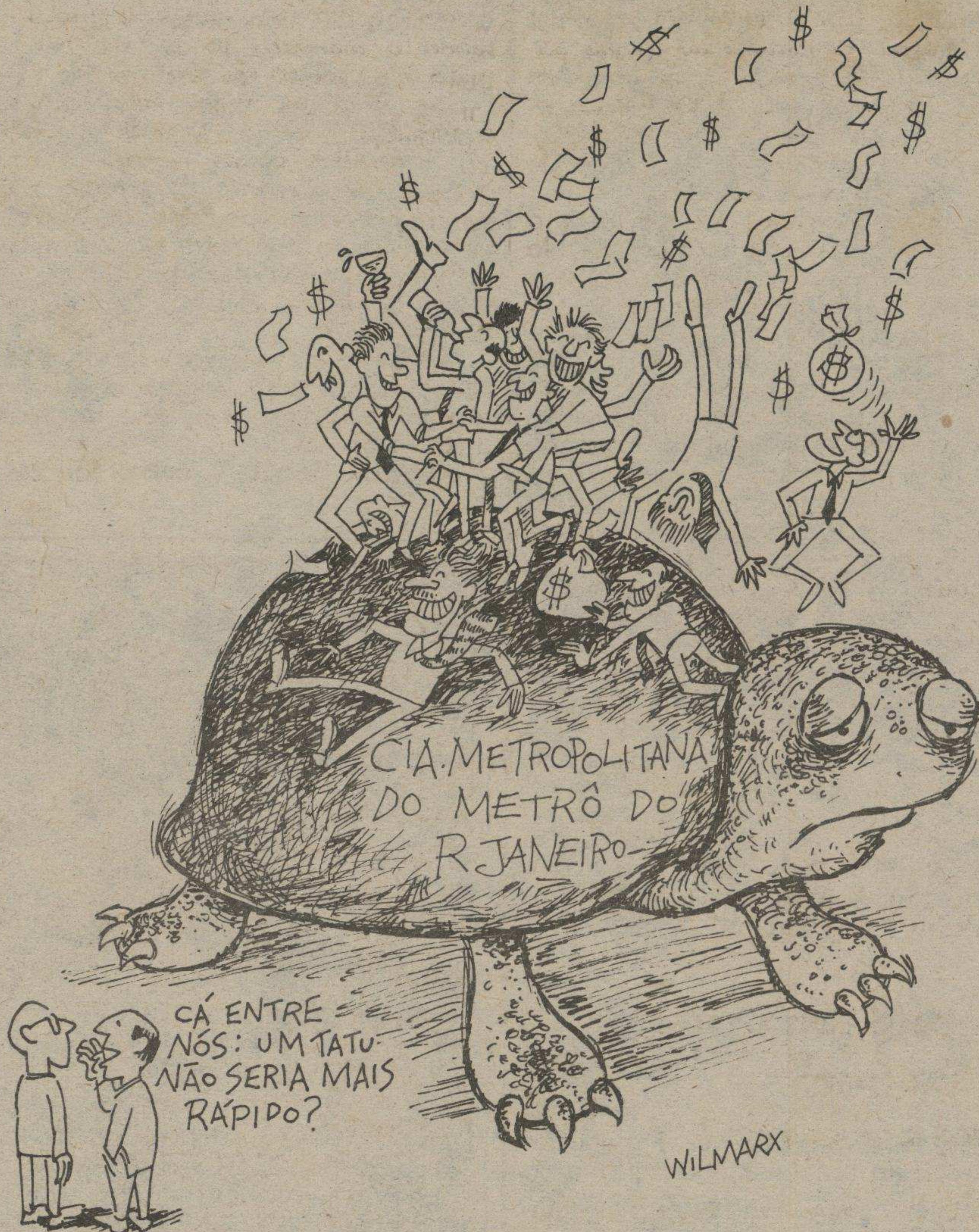
FRANCISCO VIANA, Rio

Uma revista brigando pelo futuro

Brasil, Século XXI é o nome da mais nova revista brasileira. Publicada pela Editora Três, por enquanto ela ainda está no forno, em preparo para ser lançada no próximo dia 15 de abril. A começar pelo nome, promete ser um lançamento diferente de tudo o que já foi publicado no país. Seguindo uma tendência editorial verificada principalmente nos países mais adiantados, o diretor da Três, Domingo Alzugaray, pretende fazer de sua nova publicação um veículo especializado e dirigido a um público específico — ao contrário das revistas de interesse geral, do tipo *Veja* e *Isto É*.

Após se afastar da Encontro Editorial, responsável pelo finado *Jornal da República* e pela revista *Isto É* e depois de uma fracassada experiência, há cerca de um ano, com o lançamento da *Repórter Três* — revista mensal de reportagens, no estilo *Realidade* — Alzugaray investe agora numa publicação "voltada para o futuro".

"Todos ficam muito curiosos com esta história de revista do futuro", diz Múcio Borges da Fonseca, diretor da *Brasil*. "Mas ninguém aqui está pretendendo fazer futurologia". Segundo ele, a revista



A EDITORA TRÊS CONVIDA

Arquitetos, diretores de arte, programadores visuais, arte-finalistas e universitários de áreas correlatas para participarem do

Concurso para criação de logotipo de sua nova publicação intitulada

"BRASIL século 21"

Prêmio: Uma viagem a Londres e Paris com 15 dias de estadia e mais US\$ 1.000

CONDIÇÕES GERAIS:

1) Os concorrentes deverão enviar para a Editora Três Ltda. (Av. Paulista, 2008 - 1º andar) até o dia 28/02/1980, sob envelope fechado, no tamanho 50x60 cm, contendo:
a) ARTE EM POSITIVO;
b) ARTE EM NEGATIVO;
c) APLICAÇÃO EM COR, SOBRE CAPA;
HIPÓTECA "TAMARCO" "MAGAZINE" (21 x 28 cm)

2) Como orientação básica sugere-se que, no caso de logotipo, a palavra "BRASIL" seja de caracteres maiores com uma e uma abreviação futura da mesma, dentro do envelope.
3) Todos os trabalhos deverão ser apresentados sob envelope fechado, acompanhado de envelope fechado contendo qualificação do concorrente (nome completo, R.G., endereço e profissão). Não haverá devolução de cestas de trabalho, no caso de premiação.

Concurso de logotipo: nova revista já está se lançando no mercado

pretende debater os destinos do país na virada deste século "abordar, sem preconceitos ideológicos, o futuro do Brasil em termos políticos, econômicos e de comportamento". E explica: "O futuro é também o presente. No ano 2000, o Brasil poderá ser uma potência, mas ninguém vai decretar o bem-estar do povo brasileiro. É em cima destas perspectivas que vamos trabalhar. Na verdade, vamos brigar pelo futuro".

Para Múcio, esta tendência mundial de lançar publicações compartimentadas se verifica principalmente em decorrência da falta de tempo do leitor e de sua tendência cada vez maior à especialização. Além disso, segundo ele, a televisão teria ocupado nos últimos anos, o espaço das publicações generalizadas. Desta forma, a *Brasil*... se preocupará em abordar prioritariamente os segmentos que determinam o futuro brasileiro, ou seja, seu prato de resistência deverá ser política e economia — com espaço para tendências comportamentais ou assuntos que remetam o leitor a este tipo de preocupação.

Mensal, com uma tiragem de 60 mil exemplares, contando com uma pequena equipe fixa e um grande número de colaboradores as discussões levantadas pela nova revista deverão interessar a um público certo. No caso, a classe dirigente do país, entendendo-se aí, segundo seu futuro diretor, "desde os tecnocratas até os intelectuais de esquerda".

O editorial da Rede Globo em Brasília

Bispos como Dom Tomas Balduino, Dom Pedro Casaldáliga e Dom Evaristo Arns, têm idéias esquerdistas, os comunistas não podem agir legalmente organizados num partido; Miguel Arraes e Leonel Brizola não estão propondo nada de novo, e, no passado, quando eram governo, não foram competentes para equacionar os problemas do povo; a luta das idéias nunca deve ser motivação para combates sangrentos.

Estas são, em parte, as mensagens levadas ao ar, diariamente, pelo editorial da rede Globo de televisão, em Brasília, redigido e apresentado pelo diretor local da empresa, Edgardo Erichsen. "Não são opiniões de caráter direitista", afirma ele, "mas sim opiniões equilibradas, dentro dos princípios democráticos".

"O editorial", diz Erichsen, "reflete o espírito da nossa casa. A rede Globo e o doutor Roberto Marinho são democratas. A minha orientação e o espírito da concórdia. Da democracia, diria até do civismo e do patriotismo".

(Continua)

Governo segura expansão da Dow?

A ameaça que a expansão da Dow Química, em Aratu, Bahia, poderia oferecer ao setor petroquímico nacional, especialmente ao III Pólo Petroquímico em implantação no Rio Grande do Sul, foi amenizada com a nota do Ministério da Indústria e Comércio que esclareceu à classe empresarial que a decisão ainda não estava tomada e o caso continua em estudo. Segundo o comunicado, a Comissão de Concessão de Incentivos à Exportação (Befiex) não aprovava o plano para aumento de produção das atuais unidades e instalação de novas, apenas enumerara 13 restrições ao projeto para que o mesmo fosse refeito e reapresentado.

O cumprimento dos 13 quesitos, pelo que se entendeu nas entrelinhas da nota, não compreendia na aprovação automática do projeto. A Dow antecipara-se ao anunciar que aceitaria as restrições, afirmou, em Porto Alegre, Mayer Avruch, diretor do Conselho de Implantação do Pólo Petroquímico do Sul (Competro) e contumaz crítico do projeto de expansão da Dow: "Cabe ao Conselho de Desenvolvimento Industrial do Ministério da Indústria e Comércio, conforme resolução do Conselho de desenvolvimento Econômico, definir a política para o setor petroquímico", lembrou ele.

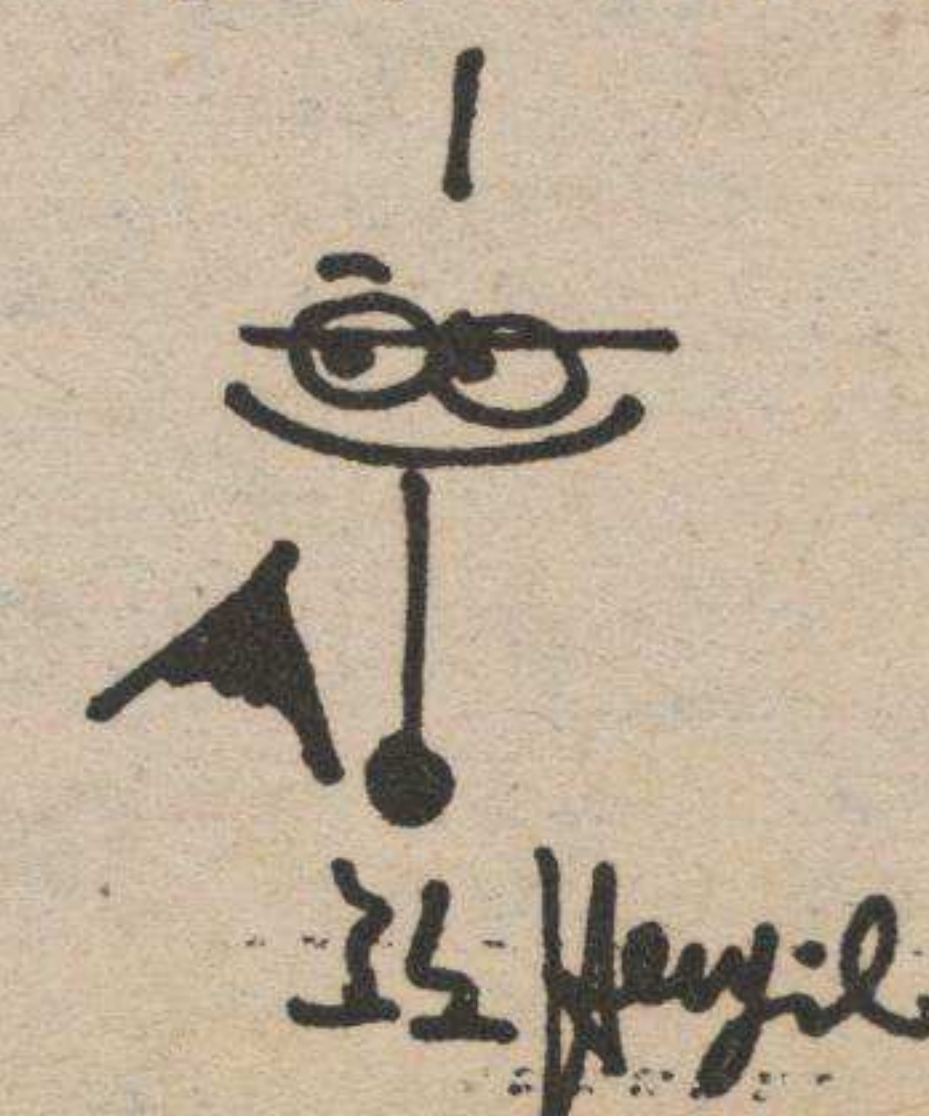
Acrescentou que o G-III — grupo setorial do CDI — já rejeitou, há cinco anos atrás, o projeto da Dow, considerando os riscos de monopolização de produção de matéria-prima para o setor petroquímico que oferecia. Pela mesma razão, foi rejeitada a participação da Dow em unidades de segunda-geração do pólo gaúcho apesar da multinacional concordar em participar minoritariamente do empreendimento.

Aparentemente, a tomada de posição do MIC resultou da intensa pressão exercida pelos empresários do setor contra a Dow. Na semana seguinte ao anúncio da decisão do Befiex, o ex-presidente Ernesto Geisel, acompanhado de grande comitiva, visitou as obras do pólo gaúcho, uma iniciativa do seu governo. Sutilmente, ele deu o seu recado: "O governo deve ter examinado bem as implicações antes de aprovar o projeto da Dow", disse Geisel. Durante todo o seu governo, este projeto esteve esquecido nas gavetas do Befiex e a Dow não conseguiu ampliar instalações que já compreendem, no momento, um pólo petroquímico particular, faltando apenas a produção da matéria-prima básica (eteno), possibilidade que seria aberta agora.

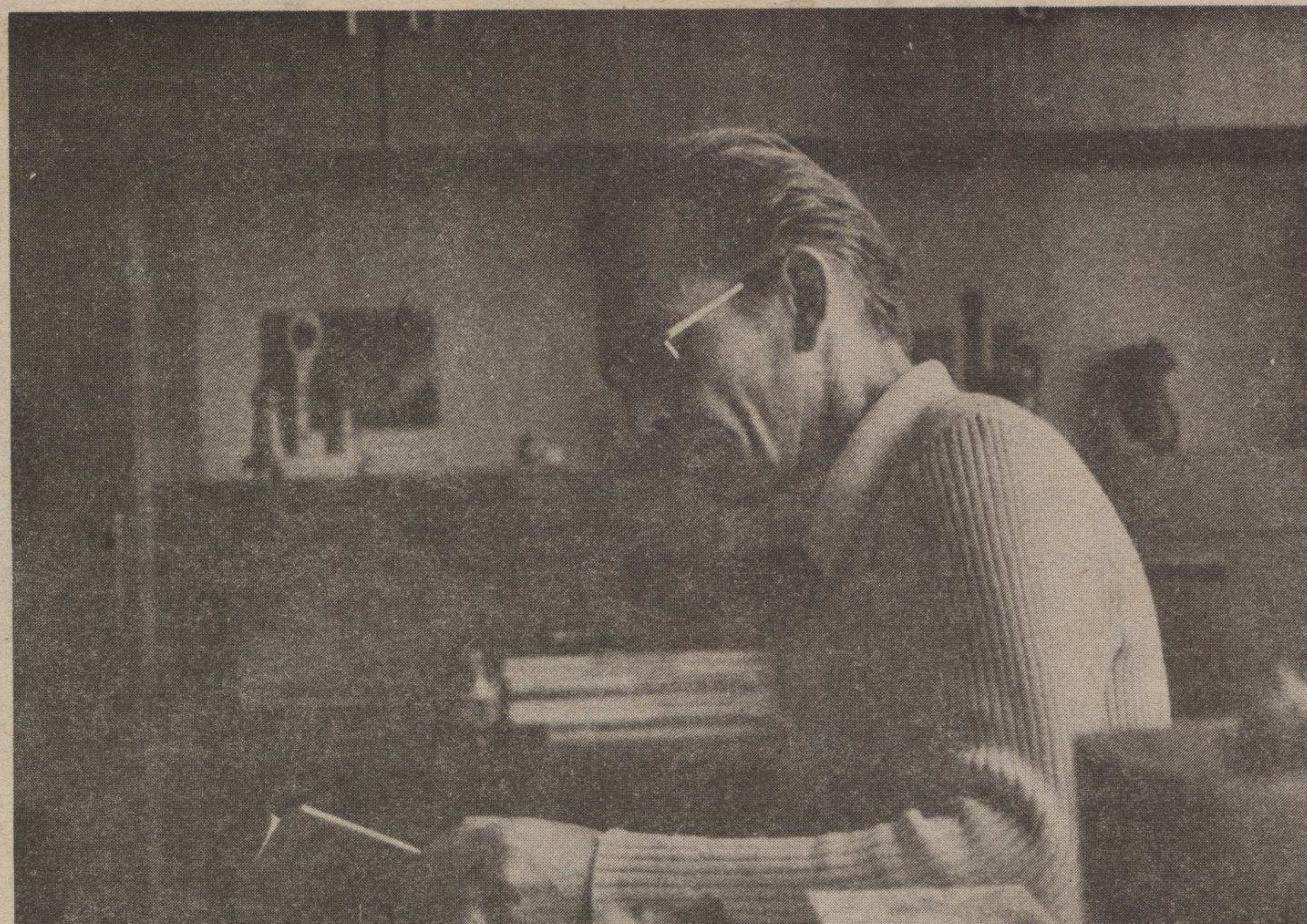
Conforme a nota do MIC, cabe à Dow adequar seu projeto às condições impostas, comprometendo-se a exportar toda a produção acrescida, e reapresentá-lo ao Befiex. O assunto, portanto, volta a mergulhar nos emaranhados da burocracia, de onde sairá somente após se tomar uma decisão política. Para tanto, a Dow conta com um trunfo muito importante. O atual ministro Golbery do Couto e Silva, chefe da Casa Civil, já foi presidente da filial da multinacional no país.

DELMAR MARQUES

ASSINE O
COO JORNAL!



ZÉLIA LEAL, França



Pierre Collin: "Tratamos com profissionais sem formação intelectual"

Doutores sem vestibular

Está consolidada na França uma universidade absolutamente fora do convencional. É a Universidade Cooperativa Internacional — fundada em 1976 e hoje com ramificações em vários países de língua francesa — que oferece diploma de mestre ou doutorado sem a exigência de vestibular e até mesmo sem certificado de conclusão de curso secundário.

Pierre Collin, doutor em Sociologia, professor no Instituto de Ciências Sociais Aplicadas de Lyon e pesquisador do Colégio Cooperativo de Paris, define essa universidade como uma "utopia praticada". Como enviado especial da França, ele participou do Colóquio da Universidade Cooperativa Internacional, realizado em Quebec no fim do ano passado. Atualmente orienta teses de pessoas que trabalham sobre um determinado tema dentro de um quadro completamente alheio ao esquema clássico do ensino superior. Aqui, explica o que é e como funciona essa universidade.

— Como surgiu e qual o sistema de trabalho da Universidade Cooperativa Internacional?

Pierre Collin — A UCI é algo que não existe, que não é institucionalizado, e no entanto funciona. Ela derivou da experiência do Colégio Cooperativo, que é ligado à Escola Prática de Altos Estudos de Paris. Nasceu do trabalho de um grupo de pessoas militantes de uma certa prática social que tiveram vontade de confrontar sua ação e sua influência com o que se passa onde elas intervêm. Essas pessoas formam o que chamamos de grupos de ação-pesquisa. Sem abandonar a ação, se ocupam da pesquisa — e vice-versa. É aí que entra o cooperativismo que se dá em dois sentidos: primeiro, porque a UCI se ocupa de cooperativas e de organizações comunitárias; segundo, porque se baseia nos princípios de solidariedade.

— Como uma universidade pode ser cooperativa e internacional ao mesmo tempo?

Pierre Collin — É que ela funciona como uma espécie de seminário itinerante, girando durante o ano inteiro em diferentes países, segundo a estação do ano. A última temporada de inverno realizou-se na Argélia — onde recebeu todo o apoio do Governo; a da primavera, na França mesmo; a de verão, em Israel; e a de outono, no Canadá.

— Mas os custos são altos e geralmente os jovens estudantes não dispõem de recursos.

Pierre Collin — Não estamos lidando com jovens adolescentes. Tratamos com adultos e profissionais que não tiveram uma formação intelectual clássica, com etapas de ginásio, curso secundário e universitário. São pessoas que exercem uma atividade profissional durante certo

tempo e que, paralelamente, se dedicam à pesquisa nessa mesma área. É rigorosamente, um trabalho de ação e pesquisa, que se completam. Pode ocorrer que uma pessoa seja muito competente em sua especialidade, em termos práticos, mas sinta necessidade de se aprofundar, de teorizar e verbalizar suas experiências. Ora, às vezes é muito tarde para recomeçar seguindo as etapas formais do ensino — o que, em muitos casos, é também desnecessário.

Por exemplo: um indivíduo que dirige há mais de cinco anos uma empresa, que se mostre um bom administrador — conhecendo os princípios e os conceitos de sua especialidade através da prática — tem o mesmo direito a um diploma de doutorado ou mestrado que um estudante que passou cinco anos na universidade convencional. E a UCI é uma universidade de práticos pesquisadores, com a única função de preparar o profissional para que ele materialize seus conhecimentos no texto.

— Quanto tempo de pesquisa e trabalho é necessário para que uma pessoa seja considerada apta e seja diplomada?

Pierre Collin — Isso é relativo. Depende do trabalho de cada pesquisador, que, por sua vez, é orientado por outros pesquisadores que estão em etapas mais avançadas de pesquisa. Para obter o diploma é necessário redigir uma memória de 150 páginas, que será analisada por um júri. Esse júri — de professores pesquisadores — deve considerar a competência do trabalho, a validade e manipulação dos conceitos aplicados à prática. Este testemunho tem a equivalência de um mestrado, em qualquer área — magistério, direção de empresas, jornalismo, animação rural... É uma universidade cooperativa à medida que estudamos cooperativamente o que cada um procura pesquisar. E nossa universidade se enquadra nas posições da Unesco, que reconhece a competência profissional e conceitual das pessoas, independente de diploma nos moldes clássicos.

— Algum plano com relação à América Latina?

Pierre Collin — Muitos latino-americanos ficaram sabendo da existência de nosso trabalho, através de publicações, e passaram a entrar em contato com o Colégio Cooperativo de Paris. Agora, no encontro de Quebec, os representantes brasileiros, por exemplo, mostraram grande interesse para que o próximo colóquio seja realizado em São Paulo, em julho deste ano. Há muita coisa nova no Brasil nessa área, atualmente, e seria um excelente confronto de idéias. E existem fortes chances de que esse encontro seja realizado no Brasil.

"Detesto radicalismo", continua, "tanto à esquerda quanto à direita. Aqueles que são ideologicamente de direita sabem que nunca poderão contar comigo. Sou um homem de centro. Acho que devemos caminhar para um ponto de equilíbrio e conquistar a democracia que sempre sonhamos para o país".

O programa de Erichsen é transmitido pela TV Globo há quase 11 anos. Nos dois primeiros ele o redigiu e leu quando ainda estava no Rio de Janeiro. Hoje, o quadro, no Distrito Federal, é assistido por cerca de 600 mil pessoas, a metade da população. Em dezembro de 79, na semana do Natal, o índice de audiência de Erichsen só foi superado pelo especial de Roberto Carlos. Nem mesmo o Jornal Nacional é capaz de bater o editorial em audiência, isto há oito anos.

Os textos, basicamente, lidos às 22h, contêm duras críticas aos grupos de esquerda, e severas advertências anticomunistas. A Igreja já foi reiteradas vezes denunciada pela ação de bispos como D. Casaldáliga e D. Balduino. Isto tem dado a Edgardo Erichsen a pecha de direitista, que ele nega. Na verdade, foi ele quem pela primeira vez denunciou a reunião de um grupo de nazistas, em Toledo, no Rio de Janeiro.

"O povo apóia as idéias que transmito. Eu não ataco pessoas, mas idéias. Não destrato e não entro nos limites da honra de ninguém. Parece que a opinião pública reconhece isto. Agora, é claro que muitos não concordam comigo. Se todos concordassem, garanto que deixaria de escrever".

Edgardo Erichsen considera o editorial "mais uma voz do Globo na capital da República". E, esta voz, conforme ele, será sempre a favor da democracia, e não de governos. "É evidente", diz, "que a revolução de 1964 abriu novos horizontes. Não podemos negar isto e deixar de dar nosso apoio".

O diretor da Rede acha também que as idéias precisam ter livre curso, e que a liberdade de expressão é a essência do regime democrático. "Discordo somente é da imposição das idéias pela força. Sou capaz do diálogo franco, com qualquer pessoa, mesmo que ela discorde política e ideologicamente de mim. Me apego sempre à frase do publicista americano Walter Lipmann: "O dia em que os homens todos pensarem a mesma coisa, positivamente não estarão pensando grandes coisas".

Embora concorde com a construção de uma sociedade aberta, democrática em todos os níveis, Erichsen não aceitaria um Partido Comunista agindo na legalidade. "Os comunistas têm por princípio básico combater a democracia. Fundamentado em que vamos trazer à nossa mesa o indivíduo cujo objetivo é nos destruir?".

As posições que divulga contra a ala progressista da Igreja não são menos contraditórias, e se fundam no princípio de que a Igreja, "antes de tudo deve ser católica e apostólica, sem conotação política. Não diria que Casaldáliga e Balduino são de esquerda, mas há gestos e atitudes deles que demonstram posições de esquerda. Acho até que pode ser uma interpretação errada, deles, das propostas do concílio Vaticano II".

O bispo de Diamantina, Dom Geraldo Sigaud, que se notabilizou pelas denúncias contra os setores avançados da Igreja, na opinião do editorialista não é um bispo de direita. "Me parece que ele se apega ao que acha certo dentro da linha com que dirige o seu procedimento". Dom Vicente Scherer, de Porto Alegre, para ele, "é o verdadeiro pastor da Igreja".

A firmeza com que pronuncia os textos, segundo entende Erichsen, faz parte daquilo que se chama *Liberdade de Imprensa*. "Não há possibilidade de sobrevivência no mundo moderno sem a liberdade de imprensa", afirma. Ele, porém, adverte: "Cada empresa tem uma linha de pensamento, e esta linha tem que ser obedecida pelos jornalistas que trabalham para ela. Ninguém pode ser demitido de um jornal por ser de esquerda ou de direita, mas sim por descumprir a orientação da empresa. Eu, por exemplo, não poderia trabalhar numa empresa cuja direção tivesse tendências esquerdistas. Sou daqueles que não admite o tipo de jornalista que você manda escrever uma matéria sobre Jesus Cristo e ele pergunta: "Contra ou a Favor?".

ARIOSTO TEIXEIRA

O Coojornal faz a cabeça da Elis.



Faça como a Elis: assine o Coojornal, o jornal que faz a cabeça do pessoal que pensa.

12 edições por apenas Cr\$ 280,00.

Preencha o cupom e remeta-o, junto com vale-postal ou cheque, para a
Cooperativa dos Jornalistas de
Porto Alegre Ltda.
Rua Comendador Coruja, 372
Porto Alegre - 90.000 - RS.

Cupom de assinatura
Coojornal

Nome: _____

End.: _____ N.º _____

Bairro: _____

Cidade: _____ CEP: _____

Estado: _____

Profissão: _____

Democracia pela ótica do Planalto

O governo enviou ao Congresso uma emenda constitucional restabelecendo as eleições diretas para governadores e acabando com os senadores biônicos, e isso foi saudado por muita gente como mais uma demonstração definitiva de que o presidente Figueiredo quer mesmo implantar a democracia no país. A volta das eleições diretas para a escolha de governadores e o fim dos biônicos é, sem dúvida, um passo importante, só que essas duas medidas liberalizantes não dependiam do governo para vigorarem — elas viriam de qualquer maneira, e ainda este ano, quisessem ou não os estrategistas bem instalados no Palácio do Planalto e que, segundo os jornalistas autorizados a fazerem a cobertura da presidência da República, percorriam os corredores mostrando largos sorrisos de satisfação. Os estrategistas, na verdade, souberam agir rápido para que o governo não sofresse uma derrota no Congresso, e isso, é claro, é que justifica os sorrisos nos corredores.

Inicialmente, o governo pensava em derrotar a chamada emenda Lobão — de autoria do deputado governista, Edison Lobão, restabelecendo eleições diretas para governadores — na votação em plenário. As sondagens feitas pelos líderes do governo no Congresso e pelo próprio ministro da Justiça, porém, mostraram que isso dificilmente ocorreria, de nada adiantando, no caso, a maioria obtida pelo PDS na Câmara e no Senado: os governistas, em grande número, votariam a favor da emenda Lobão pela absoluta impossibilidade de explicarem às suas bases eleitorais as razões do voto contrário. O próprio ministro Abi-Ackel, aliás, é um dos signatários da emenda, e com que cara ele pediria a seus ex-companheiros de Câmara que derrotassem a emenda?

O governo lembrou-se também da derrota que sofreu no fim do ano passado, quando subestimou a força da então dissidência arenista e perdeu a sublegenda a nível municipal, só mantida posteriormente graças ao veto presidencial (no caso de emenda constitucional, não existe a figura do veto). A saída encontrada pelos estrategistas palacianos, então, foi a de enviar ao Congresso outra emenda, um pouco mais ampla, para fornecer aos governistas um pretexto para derrubar a emenda Lobão. Ora, se o governo demonstra que quer as eleições diretas, e apenas acha inoportuna sua aprovação agora pelo Congresso, preferindo que isso fique para o fim deste ano ou começo do próximo, nada há demais em rejeitar a emenda Lobão — e com esse pretexto, deputados e senadores do PDS estarão mais à vontade em negar quorum, às sessões em que a emenda deverá ser votada. Expirado o prazo de 25 de março sem que seja votada, a emenda será arquivada, como outras anteriores. O campo estará livre para a emenda do governo.

A tática tem tudo para dar certo. Os estrategistas, inclusive, contam com a boa vontade de dois dos partidos oposicionistas, o Partido Popular do Senador Tancredo Neves e do deputado Magalhães Pinto e o PTB de Leonel Brizola, para que tudo ande conforme planejaram. O PP e o PTB querem as eleições diretas para os governos estaduais, e pelo menos parcela significativa de seus quadros não se importa que elas venham agora, via lobão, ou mais tarde, via governo. Querem tanto as eleições diretas que temem uma mudança de rumo do governo caso se sinta desafiado — e, para que tudo dê certo, não relutam em aceitar a tática do Planalto. O



deputado Lobão, um dócil governista ligado ao senador José Sarney e que, como se sabe, apresentou sua emenda no ano passado por inspiração do então ministro Petrônio Portella, já faturou o suficiente para voar mais alto na política maranhense, e está satisfeito. Para ele, não importa que sua emenda seja aprovada ou não, seu nome foi bastante divulgado pela imprensa.

De qualquer maneira, a emenda Lobão é que centralizará as atenções no Congresso nesses primeiros dias da sessão legislativa de 1980, aberta solenemente no dia primeiro, um sábado, com a leitura da maçante e insossa mensagem presidencial. O PMDB e o pequeno PT abrirão fogo pela aprovação da emenda Lobão, e o PP e o PTB não poderão ficar atrás, sob risco de se descreditarem como partidos oposicionistas. Não se conta, agora, com dissidentes no partido governista, e assim não será difícil ao governo assegurar a falta de quorum para que a emenda seja arquivada. Mas em assuntos polêmicos como este deve-se sempre contar com um forte apelo emocional nos momentos decisivos, e o clima existente hoje no Congresso é bastante diferente do que vigorava nos anos do AI-5. A maioria do PDS não é tão grande, e por isso uma surpresa, embora remota, não deve ser descartada inteiramente.

A votação da emenda Lobão e o envio da emenda do governo suscitarão também, inevitavelmente, de-

bates sobre as eleições para presidente da República e prefeitos das capitais, sobre a Lei Falcão e mesmo sobre os senadores biônicos. Vários deputados e senadores já têm se manifestado sobre esses assuntos, decorrência natural do fim dos governadores biônicos. O senador biônico Gastão Muller, do PP de Mato Grosso, lembrou que o presidente da República é "tão biônico quanto os outros". Emendas restabelecendo a eleição direta dos prefeitos das capitais serão apresentadas, alguns biônicos — Alexandre Costa, do Maranhão, ainda sem partido, e o mesmo Muller — falam em renúncia coletiva dos mandatos antes das eleições de 1982. Enfim, todos esses assuntos ganharão mais força. E será difícil para o governo impedir isso, especialmente a inevitável campanha nacional pelas eleições diretas para presidente da República — assunto sobre o qual os estrategistas do planalto não querem nem falar.

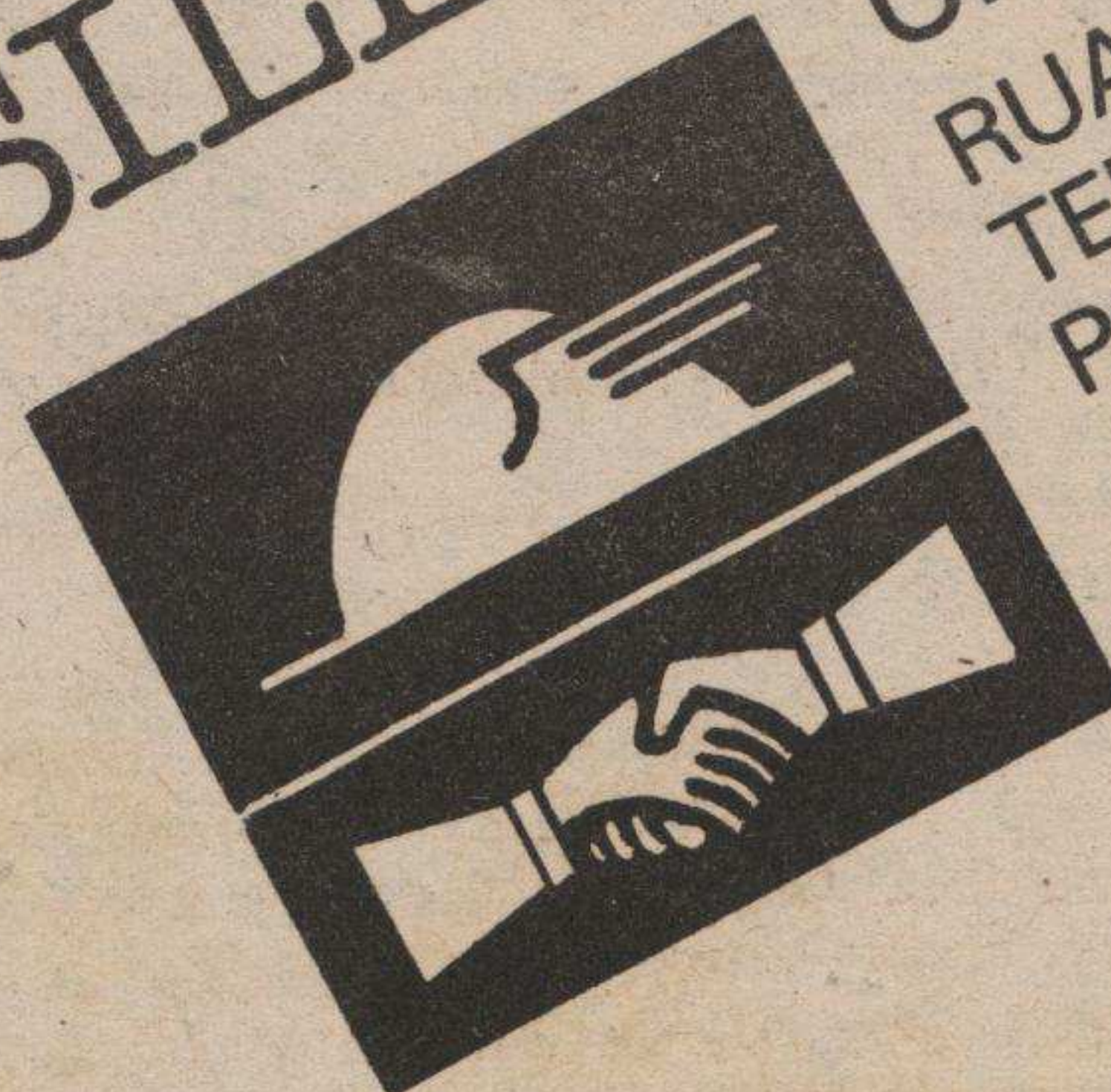
Assim, o ano político será movimentado, embora, se dependesse do gosto do governo, essa movimentação ficaria restrita ao trabalho de organização dos novos partidos e à aprovação do adiamento das eleições municipais previstas para novembro próximo. Os estrategistas reservaram o ano para os novos partidos, e esperavam que apenas em 1981 fosse colocada a questão das eleições diretas para os governos estaduais. Não deu certo, e por isso foi preciso antecipar o envio da emenda ao Congresso. Ou seja, os planos do governo tiveram que ser alterados em função de fatores externos a ele, fatores com que não contava. E a tendência, daqui por diante, é crescerem as pressões externas ao governo, fazendo com que os estrategistas tenham que trabalhar mais para equacionar cada nova situação criada.

Uma questão que parece despontar neste ano e que não está nos planos do Planalto é a das prerrogativas do Congresso. Em 1979, o assunto começou a ser levantado timidamente, agora está ganhando maior força e pode ocupar uma fatia do espaço político no parlamento: muitos deputados e senadores, de todos os partidos, mostram-se decididamente empenhados em reconquistar para o Congresso diversas das prerrogativas perdidas a partir de 1964. Entre elas, as imunidades parlamentares, o direito de se autoconvocar, o direito de legislar sobre matérias financeiras, enfim, as prerrogativas e atribuições retiradas pelo Executivo. A emenda constitucional nesse sentido já está pronta e com mais de 300 assinaturas de parlamentares. Será muito difícil para um parlamentar votar contra ela, especialmente porque, no caso, estará funcionando um forte espírito de corpo — sua última manifestação foi quando o Senado absolveu o ex-senador Wilson Campos das acusações de corrupção que lhe eram feitas.

No Palácio do Planalto, essa emenda é olhada com desconfiança e desagrado. Afinal, no conceito de democracia, sob a ótica palaciana, o papel do Congresso é limitado, não é o mesmo que o parlamento tinha no período de 1946 a 1964. Se o Congresso, mesmo em sua composição conservadora atual, ganhar maior autonomia de voto, o roteiro traçado pelo governo poderá sofrer mudanças indesejáveis pelos estrategistas. Se a emenda Lobão provocou o envio de uma emenda pelo Executivo, o que não estava nos planos, um Congresso soberano poderá fazer muito mais. E isso, decididamente, não se enquadra na democracia do Palácio do Planalto.

UNIPREV

MONTEPIO FUNDADO EM 13 DE AGOSTO DE 1965
HÁ 14 ANOS PROTEGENDO A
FAMÍLIA BRASILEIRA.



UNIÃO PREVIDENCIÁRIA
 RUA DOS ANDRADAS, 1251 — 9º ANDAR
 TELEFONES: 21-3625 — 21-5869
 PORTO ALEGRE — RS

SEDE: PORTO ALEGRE

A presença da CIA espionando os africanos

O número de agentes saltou de 300, em 1976, para 900, no ano passado, com 50 milhões de dólares para gastar

Quinze anos de muitos erros e poucos acertos levaram a Agência Central de Inteligência dos Estados Unidos (CIA) a promover uma completa reestruturação em seus métodos de ação na África. No final de 1979, dos 4.800 agentes da direção de operações exteriores, 900 se ocupavam diretamente com a África (contra 300 em 1976). Eles dispõem de uma parcela de 50 milhões dos 450 milhões de dólares destinados anualmente ao setor. Segundo diversas fontes, a rede de informantes africanos da Agência contaria com 1.500 a 2.000 correspondentes, muitos ocupando altos cargos em governos locais e remunerados de acordo com as informações transmitidas.

À frente de toda a operação está Frankie Carlucci, o número dois da CIA, depois do diretor, o almirante Stanfield Turner. Nomeados por Carter em 1977, os dois realizam um trabalho harmônico e complementar. Turner se ocupa das relações exteriores: reabilitar a imagem da Agência, consideravelmente enlameada pela tempestade de revelações escandalosas de 74 e 75, e devolver ao povo americano e seus aliados um pouco daquela inabalável confiança necessária ao bom funcionamento da CIA. Enquanto isso, Carlucci age com liberdade para implantar ou recuperar na África uma rede estável de informantes e bases permanentes. Quer realizar na região, até agora mal conhecida pela CIA, aquilo que ela conseguiu na América Latina e na Ásia.

Carlucci é um conhecedor da África. Sua carreira diplomática, que inclui uma passagem pelo Brasil em 1968 e uma controvérsia temporada em Portugal, de 74 a 76, se desenrolou quase que exclusivamente na África. Em 57 ele estava em Johannesburg. De 60 a 63 em Kinshasa — então Leopoldville —, em plena guerra

civil. Foi depois para Zanzibar e apareceu em Dar es Salam em 65. Em seguida foi chamado a participar da administração central, mas era pouco encontrado em Washington.

O Departamento de Estado confiou-lhe a missão de controlar as atividades dos portugueses e nacionalistas que combatiam nas florestas de Angola, Moçambique e Guiné-Bissau. Carlucci "controlou" tão bem que, quando se tratou de substituir a chefia da CIA, então demasiada suspeita aos olhos do público, imediatamente seu nome surgiu entre os cogitados.

A CIA não é completamente estranha ao cenário africano. Ninguém ignora que a Agência não esteve alheia ao assassinato de Patric Lumumba, à derrubada de Kwame Nkrumah ou à guerra civil angolana. Alguns espiões desencantados da companhia abriram o jogo e suas confidências são instrutivas.

Ninguém ignora também que um dos objetivos prioritários dos anos 60 foi infiltrar e orientar o movimento sindical africano. Os americanos acreditavam então — erroneamente — que os sindicatos operários eram a única força capaz de tomar o poder na África. Os sindicalistas mais prestigiados na época, como Tom Mboya, no Quênia, ou John Tettegah, em Gana, foram discretamente encorajados.

Num período mais recente, a atividade essencial da CIA foi agir por meio de golpes de mão, a partir de algumas bases sólidas. Um método de resultados duvidosos. O último, mais caro e desastroso destes golpes, foi a aventura angolana de 75-76. Uma verdadeira catástrofe para a CIA, descrita em detalhes pelo responsável pela missão, John Stockwell, em seu livro *A Procura de Inimigos*.



L'Amiral Stansfiel Turner, o atual diretor da Agência



Frankie Carlucci, chefe do serviço de operações exteriores

A operação custou, só em financiamento direto ao grupo guerrilheiro de Holden Roberto, 31,7 milhões de dólares e seus resultados negativos no campo político ainda não foram neutralizados. Basta dizer que uma análise da evolução da guerra na Angola demonstra que só após o início do envolvimento direto da CIA no conflito foi que começaram a ser enviadas tropas cubanas para participar das operações de combate, com apoio logístico fornecido pela União Soviética.

Para completar a série de equívocos, os americanos cometeram o erro de confiar em demasia nos seus aliados na-

turais, que deveriam ser os serviços secretos britânico, sul-africano e francês. Eles nunca se mostraram perfeitamente leais, havendo ocasiões em que chegaram a envenenar as ações do parceiro, como em Madagáscar onde, em 1971, os agentes franceses denunciaram ao presidente Philibert Tsiranana uma conspiração apoiada pelo chefe local da CIA, visando a ascensão ao poder do vice-presidente André Resampa.

Mas Carlucci soube tirar suas conclusões destes 15 anos de tropeços. Primeiro: agir como uma força global, autônoma e auto-suficiente, cobrindo toda a África. Segundo: não contar mais com os outros serviços ocidentais, mas apenas permutar — de acordo com as necessidades — informações. Terceiro: modificar o recrutamento dos agentes — menos mão-de-obra pesada e mais intelectuais, negros se possível. Quarto: analisar e prevenir, de preferência, a agir precipitadamente e obter resultados precários.

Após dois anos de trabalho, a teia de Carlucci estava completa. Seis bases principais: Cairo (Egito), Monróvia (Libéria), Kinshasa (Zaire), Nairobi (Quênia) e Pretória (África do Sul). Trinta e duas estações e 50 postos secundários foram criados ou reestruturados.

O recrutamento dos agentes destinados à África foi consideravelmente modificado: a CIA se interessa cada vez mais por negros americanos, universitários possuidores de um passado militante — e, conseqüentemente, de um certo conhecimento sobre o ativismo —, além de um interesse sentimental pela África. Os salários prometidos são mais que atraentes — entre quatro e seis mil dólares mensais.

Um entre cada oito ou dez contratados é convidado a estudar num instituto de pesquisa especializada, como o Carnegie Endowment for Peace, de Nova Iorque, ou a Hoover Institution on War, Revolution and Peace da Universidade de Stanford, que fornecem à CIA e ao Departamento de Estado os estudos e análises estratégicas sobre o Terceiro Mundo.

O recruta ainda cumpre um estágio em Langley, sede da Agência, antes de ser enviado à África. Se for enviado a um país amigo, terá um posto ligado ao ensino, cooperação ou irá como voluntário do Peace Corps. Se seu destino for o outro lado, será integrado ao pessoal da embaixada como conselheiro ou adido cultural.

Dados recolhidos das revistas *Jeune Afrique* (nº 989, dezembro de 1979) e *Adelphi Paper* (nº 154, de 1979)

Uma extensa relação de agentes que operam na África

A relação abaixo foi publicada pela revista americana *Covert Action*, dirigida por um ex-agente dissidente da CIA, Philip Agee, autor do livro *CIA Diary*. Esta lista, que evidentemente não é completa, foi feita em abril de 79 e atualizada em outubro.

CHEFES DE BASE

Argélia: Allan B. Hemmings, desde fevereiro de 79. Hemmings esteve anteriormente em Casablanca, Marrocos. É oficialmente terceiro secretário da embaixada e adido comercial.

Benin: Stanley F. Parkill. Em Cotonou desde julho de 78, depois de ser correspondente da CIA em Vientiane, Laos em 76 e 77.

Botswana: Robert A. Benedetti, desde setembro de 78. Fazia anteriormente parte da base de Kinshasa, no Zaire, de 74 a 76.

Burundi: George H. Hazelrigg. Na embaixada americana desde 77, após três anos em Mali.

Camarão: James L. Corrigan. Substituiu Jeff Corydon em janeiro de 79, depois de servir quatro anos em Paris.

Congo: David S. Rupp, desde setembro de 78. Esteve na República Centro Africana desde junho de 75. É cônsul na embaixada americana em Brazzaville.

Costa do Marfim: Martim J. Bergin Jr., desde 75. Substituiu Abidjan Victor Masao Matsui, atual chefe de base em Kinshasa, Zaire.

República Centro-Africana: Jonathan F. Randall, desde janeiro de 79. Foi encarregado do setor de telecomunicações da base de Kinshasa.

Somália: Jeff Corydon, desde janeiro de 79. Corydon é um veterano da CIA na África. De 60 a 65 esteve no Foreign Institute Service em Rabat, Marrocos. Em 66 foi adido comercial em Tunis até 72, quando foi nomeado chefe da estação de Yaounde, Camarão.

Gana: John P. Horgan, desde setembro de 77, sob o disfarce de primeiro secretário da embaixada dos Estados Unidos em Acra. Substituiu Joel D. Tickmor.

Alto Volta: Gerald Thompson Sloane, desde dezembro de 78. Serviu anteriormente no sudeste da Ásia.

Malui: Kenneth L. Hurley, em Blantyre desde fevereiro de 78, como vice-cônsul. Posto anterior Lusaka, Zâmbia.

Mali: James W. Gamble, desde agosto de 77. Esteve em Dacar, Senegal de 70 a 72, vindo de Kinshasa, Zaire. Substituiu Bamako Raymond F. Denicourt e George H. Hazelrigg.

Marrocos: John S. Habib em Rabat desde agosto de 78. Membro da CIA a partir de 63, Habib é um personagem misterioso, que por 10 anos foi especialista em missões delicadas, sem designação precisa. De 73 a 78 esteve oficialmente no Kuwait e em Catar. Em Rabat é assessorado por Arthur M. Niner Jr., um veterano de Trípoli, Líbia.

Maurício: William J. Clair, chefe de

estação desde dezembro de 78, substituindo Vasia Gmirkin.

Moçambique: James D. Smith Jr., desde junho de 77. Segundo secretário da embaixada em Maputo. Sucedeu Frederick L. Wettering.

Nigéria: John F. McCarthy, desde agosto de 78. Sua carreira transcorreu principalmente na Ásia.

República Sul-Africana: Gery Francis Cossens, chefe de base em Pretória, desde setembro de 78, no lugar de Darwin M. Wilson, que aparentemente se retirou por aposentadoria e ocupou o posto desde agosto de 75. Cossens, que tem 46 anos, serviu no Zaire de 67 a 69 e, após, em Lubumbashi, até junho de 70. De 71 a 77 foi conselheiro na embaixada na Guiné.

Sudão: Laurent Maubert St. Georges, desde outubro de 78. Substituiu Murat Natirboff.

Tanzânia: William L. Mosebey Jr., desde junho de 78. Tomou o lugar de Robert H. Lupton, nomeado para Lusaka, Zâmbia. Postos precedentes: Adis Abeba e Cartum.

Chade: James Atwater, após setembro de 77. Com 47 anos, é outro veterano da CIA na África. De 65 a 67 esteve no Senegal. De 70 a 73 em Benin e no Togo até 76.

Tunísia: James A. Natsios, desde meados de 76. Natsios, de 51 anos, é um dos homens mais secretos da CIA. Especialista em assuntos árabes, esteve por

muito tempo na embaixada em Beirute, Líbia, como adido comercial.

Zâmbia: Robert H. Lupton, desde outubro de 78. Na África desde 61, serviu na Serra Leoa, Etiópia e Tanzânia.

Zaire: Victor Masao Matsui, desde setembro de 77. Natural da Califórnia e com 56 anos, trabalha na CIA desde 1952. Esteve no Cambodja, no Cairo, de 59 a 60 e no Paquistão. Em setembro de 65 foi nomeado chefe de estação em Madagáscar, onde esteve até 68. De 70 a 73 esteve em Abidjan. Passou quatro anos no QG da CIA em Langley, nos Estados Unidos, antes de ser nomeado chefe da base de Kinshasa, onde sucedeu James Kim e Stuart Methven.

OFICIAIS ASSISTENTES

Quênia: William Richard Stanley e Don A. Weaver, assistente na base de Nairobi. Eles estiveram antes em Gana e Dar es Salam.

Libéria: Marvin H. Chindgren, encarregado de telecomunicações da base de Monróvia com Richard B. George e Alvin R. Wichterman.

Líbia: Mary Cynthia Smoot, em Trípoli desde janeiro de 78, procedente de Nápoles. James Michael Flaherty, desde junho de 79, oriundo do Marrocos. John J. McCavitt, agosto de 79, vindo da Arábia Saudita.

Zaire: Edward J. Carroll, assistente da chefia de estação de Kinshasa desde julho de 79. De 69 a 77 trabalhou na Libéria e de 77 a 79 esteve no Senegal.

Brasil, dezesseis anos depois

Por PAULO SCHILLING (*)

A conjugação de fatores internos e externos alterou nos últimos anos, substancialmente, o equilíbrio de poder no mundo e no país, permitindo a atual abertura que vivemos no Brasil e em outros países da América Latina, sem colocar em risco os fabulosos privilégios concedidos durante a *era militar* às transnacionais e às classes dominantes nativas.

Quem começou a militar durante ou logo depois da II Guerra Mundial, vê assombrado que, em vez da evolução do socialismo ao comunismo e da crise final do capitalismo — tantas vezes anunciada pelos arautos dos PCs —, assiste-se atualmente a um sério processo de decomposição no malchamado *mundo socialista* e a uma audaciosa tentativa de racionalização e consolidação do capitalismo no mundo, protagonizado pelas transnacionais e pela Comissão Trilateral.

Vemos que o internacionalismo proletário — um dos grandes ideais de Marx e Engels — não funciona sequer entre os países já socialistas: assistimos boquiabertos à invasão do Afeganistão pela União Soviética, do Camboja pelo Vietnã, a deste pela China, o enfrentamento cada vez mais agudo entre esta e a União Soviética, a aliança dos chineses com os Estados Unidos e com os maiores expoentes da reação e do imperialismo mundiais.

No caso brasileiro são trunfos decisivos, nas mãos dos senhores do poder, entre outros: o muito baixo nível de politização popular, evidentemente não melhorado nos últimos 16 anos; o fabuloso instrumental de poder constituído pelo controle dos meios de comunicação, totalmente a serviço do sistema e dos interesses alienígenas; o enorme vazio de liderança e organização populares que se verifica como consequência também da ditadura; a grande capacidade de manobra do governo, que utilizando todas as armas não-militares de seu arsenal — desde as pressões administrativas até a mais descarada corrupção ativa — consegue conduzir o processo de abertura à sua maneira; o fato das classes médias terem sido integradas massivamente à sociedade de consumo, o que as torna muito mais conformistas.

Neste tenebroso quadro de dominação assusta particularmente o verdadeiro monstro que é a televisão. Quando consideramos que a imprensa alternativa não ultrapassa os 300 mil leitores; que mesmo a grande imprensa não tira mais de 3,5 milhões de exemplares diários, dos quais não mais de 10% são lidos politicamente, assusta constatar que somente a rede Globo chega a 40 ou 50 milhões de telespectadores, bitolando deformando, amansando consciências. No decisivo campo da informação vemos as forças populares armadas de um porrete lutando contra um inimigo instalado num tanque de 40 toneladas.

Com todo este enorme potencial de poder em mãos do governo, das transnacionais e das classes dominantes crioulas, explica-se que a atual abertura seja possível sem riscos para a estabilidade do regime e para os privilégios dos poderosos. Pelas dúvidas e para evitar qualquer excesso dos setores populares, são mantidos intatos os instrumentos repressivos. Tantos os legais — a Lei de Segurança Nacional e a legislação antigreve — como os materiais: os Dops, os DOI-Codi, o SNI, que estão somente desmobilizados, em seus quartéis de inverno.

É necessário que se tenha plena consciência do enorme abismo que existe entre uma abertura consentida, outorgada desde cima e a conquistada efetivamente pelo povo. É consciência também da fragilidade ideológica e organizativa das forças progressistas. Organizar e conscientizar o povo parece ser a tarefa



básica para vários anos, o que tira qualquer possibilidade de êxito a aventuras militaristas de caráter elitista ou messiânico.

Se é sólida a situação política do regime, é crítica a econômica. O capitalismo mundial tentou no Brasil provar uma tese: de que um país do Terceiro Mundo pode superar as barreiras do subdesenvolvimento pela via do capitalismo. E apostou firme na jogada: as inversões diretas e os empréstimos feitos pelas transnacionais e pelos bancos oficiais e privados dos países centrais alcançam — somando os 12 bilhões de dólares conseguidos no último *Me dá um dinheiro, aí* de Delfim Netto nos Estados Unidos — cerca de 80 bilhões de dólares.

Apesar desta ajuda enorme, que excede de muito qualquer outra concedida a nível internacional e da violenta capitalização interna, obtida graças à brutal exploração da mão-de-obra nativa e à paz social imposta pela ditadura durante 15 anos, assistimos atualmente ao melancólico fim do modelo, do capitalismo selvagem e independente imposto ao país pelos militares depois do 1º de abril de 1964. Em distintas proporções, a crise econômica é tão grave hoje como a que levou à liquidação do governo Goulart e do sistema representativo.

Confirmando a tese de que é impossível construir uma moderna sociedade industrial sobre as bases de uma infra-estrutura agrária arcaica, semifeudal, anti-social e antieconômica, assistimos o impasse criado pelo descompasso entre as necessidades de importações e dos gastos financeiros externos e as possibilidades de exportação. Neste ano, para pagar os compromissos internacionais serão necessários 40 bilhões de dólares. A exportação poderá produzir, no máximo 20 bilhões. Ou seja, para cada dois dólares a pagar existirá a disponibilidade de somente um. Se o Brasil fosse uma empresa, isso significaria simplesmente a falência. Porém, aparentemente, a capacidade de endividamento — que subiu de três bilhões para 50 bilhões em somente 16 anos — ainda não está esgotada.

Essa dívida fabulosa custa um preço cada vez maior. Não somente aquele que é pago a título de juros, remessas de

lucros, royalties e outras vigarices mais, como também em termos de soberania. Neste particular, a escalada entreguista segue um ritmo assustador. Iniciada com a entrega da Petroquímica — *filet mignon* da indústria do petróleo —, seguiu com os contratos de risco, com as recentes e escandalosas modificações dos mesmos e já se aproxima do alvo principal: a entrega da Amazônia, mais da metade do território pátrio.

A política econômica — o capitalismo selvagem e dependente — gerou uma situação social absurda, infra-humana e explosiva. Enquanto as classes dominantes e os testas-de-ferro das transnacionais usufruem um nível de vida que provoca a admiração de seus congêneres nos países centrais; enquanto as classes médias vivem a etapa do segundo automóvel e da viagem à Disneylândia, 75% da população vivem condições asiáticas.

O país se Nordestizou. Recentemente, o *Jornal do Brasil* intitulava uma reportagem: "A terceira cidade do país: as favelas do Rio, com dois milhões de habitantes". Em São Paulo, apesar do seu acelerado progresso econômico, que marginaliza as demais regiões do país, é 1 milhão e 600 mil os marginais. As duas grandes cidades disputam a Nova Iorque o título de a mais violenta do mundo.

Com uma eficiência sem par, com uma violência que significou 15 anos de ditadura para o povo, as Forças Armadas liquidaram com as organizações que tentaram a violência revolucionária. Os efetivos armados de todos os grupos de ação direta em conjunto não devem ter excedido, em nenhum momento, a mil. Hoje, em razão do modelo econômico, são milhões os violentos ativos ou potenciais, motivados não por ideologias revolucionárias e sim pela fome e pela miséria.

O país vive, como consequência da ditadura, um vazio de liderança. Os líderes populares de antes morreram, física ou politicamente. Outros mudaram de camiseta, enriqueceram ou não conseguem entender, depois de longos anos de exílio, a nova realidade que vive o país. Além disto, novos líderes políticos não surgiram. Nem um caudilho militar que assumisse as causas nacional e popular.

A este vazio de liderança se soma um verdadeiro caos organizativo. Assustado com o crescente espírito de independência de um de seus filhotes políticos — o MDB —, o governo tratou de implodi-lo. Graças à eficiente ação dos Tancredos e Brizolas, conseguiu seu objetivo, consolidando sua maioria no Congresso e, conseqüentemente, a manutenção, sem maiores problemas, da ditadura enrustida que vivemos. É necessário reconhecer: Golberri, verso híbrida de Maquiavel, Metetrnich e Fouché, é realmente um gênio político.

Em consequência do maquiavelismo oficial e do oportunismo de muitos, temos hoje um quadro partidário verdadeiramente surrealista. Apesar de que o país vive ainda sob uma ditadura permissiva, não temos programaticamente um partido de direita, nem mesmo de centro direita. Possivelmente, o programa mais radical seja, com sua co-gestão, o do próprio partido de João. Quando vemos os grandes banqueiros do país — inquestionavelmente o setor financeiro é o pior das classes dominantes — organizarem o Partido Popular, somos levados a admitir, como De Gaulle, que este não é um país sério.

Por outro lado, vemos o novo PTB abandonando a mais importante das bandeiras getulistas — o nacionalismo — e vinculando-se a esquemas internacionais muito suspeitos. Ou usará alguém negar que a social-democracia alemã é superestrutura política do capitalismo e do imperialismo germânico, tão ou mais voraz que o ianque e que vai ao extremo de aliar-se — para conseguir a bomba nuclear — ao regime do *apartheid* da África do Sul?

Apesar das numerosas defecções, o PMDB continua sendo uma colcha de retalhos. Poder-se-ia considerar justo o propósito da "tendência popular" de lutar pelo controle da organização. Porém será muito difícil que o setor liberal entregue a rapadura. Enquanto isto, prevalecerá a solução frentista, que não conduz a nada, atrofiando a evolução de um autêntico partido popular.

Vemos que inclusive o PT — inegavelmente a mais autêntica das soluções em marcha — já enfrenta problemas internos, criados por setores juvenis radicalizados. É óbvio que a participação dos moços é de fundamental importância na organização que pretender ser — e cremos que poderá sê-lo — o partido do futuro. A juventude é o sal da terra. Acontece, porém, muitas vezes, que levada pelo seu idealismo, pelo seu inconformismo, exagera a dose de sal, tornando improdutiva a terra.

O trabalho incansável, altamente eficiente, do setor progressista do clero católico — e de sacerdotes das igrejas protestantes — em defesa dos direitos humanos e sociais das classes humildes, especialmente dentro das comunidades de base e de comissões como a *pastoral da terra*, constitui um oásis dentro do deserto de perplexidade e de desorientação que são os setores populares brasileiros.

A existência de um crescente setor de liderança sindical autêntica, combativa, independente, não submetida à corrupção do Ministério do Trabalho ou vendida aos setores patronais, constitui outro fator de convicção de que o povo brasileiro, ultrapassada a atual e inevitável fase de confusão, avançará pelos caminhos de sua libertação nacional e social.

(*) Após três semanas de volta ao Brasil — afastado há 16 anos —, Paulo Schilling escreveu este artigo sobre o país que ele acompanhava do exílio, no Uruguai e na Argentina.

Eles acreditaram no Ano Econômico 79.

Amaral de Souza, Telmo Thompson Flores, Eliseu Padilha, Sérgio Saraiva, Ênio Verlangieri, Nelson Clóvis Rossi, Ruben Ilgenfritz da Silva, Jorge Babot Miranda, Carlos Goidanich, José Antônio Prates Júnior, Mauro Knijnik, Roberto Maisonnave, Seno Dreyer, Alécio Ughini, Daniel Iochpe, Paulo Vellinho, Túlio Vargas, Jorge Gerdau Johannpeter, Guilherme Socias Villela, Péricles de Freitas Druck, Raul Randon, Don Charles Bird, Luiz Carlos Mandelli, Aldo Sani, General Motors do Brasil, Bamerindus, Makro, CBPE, acreditaram na seriedade e na profundidade do Ano Econômico, uma análise imparcial da economia gaúcha.

Entre para esse time em 80.

A edição 80 do Ano Econômico sairá em julho, ainda mais completa e detalhada, com a presença das Limitadas e das Cooperativas, ao lado das Sociedades Anônimas.

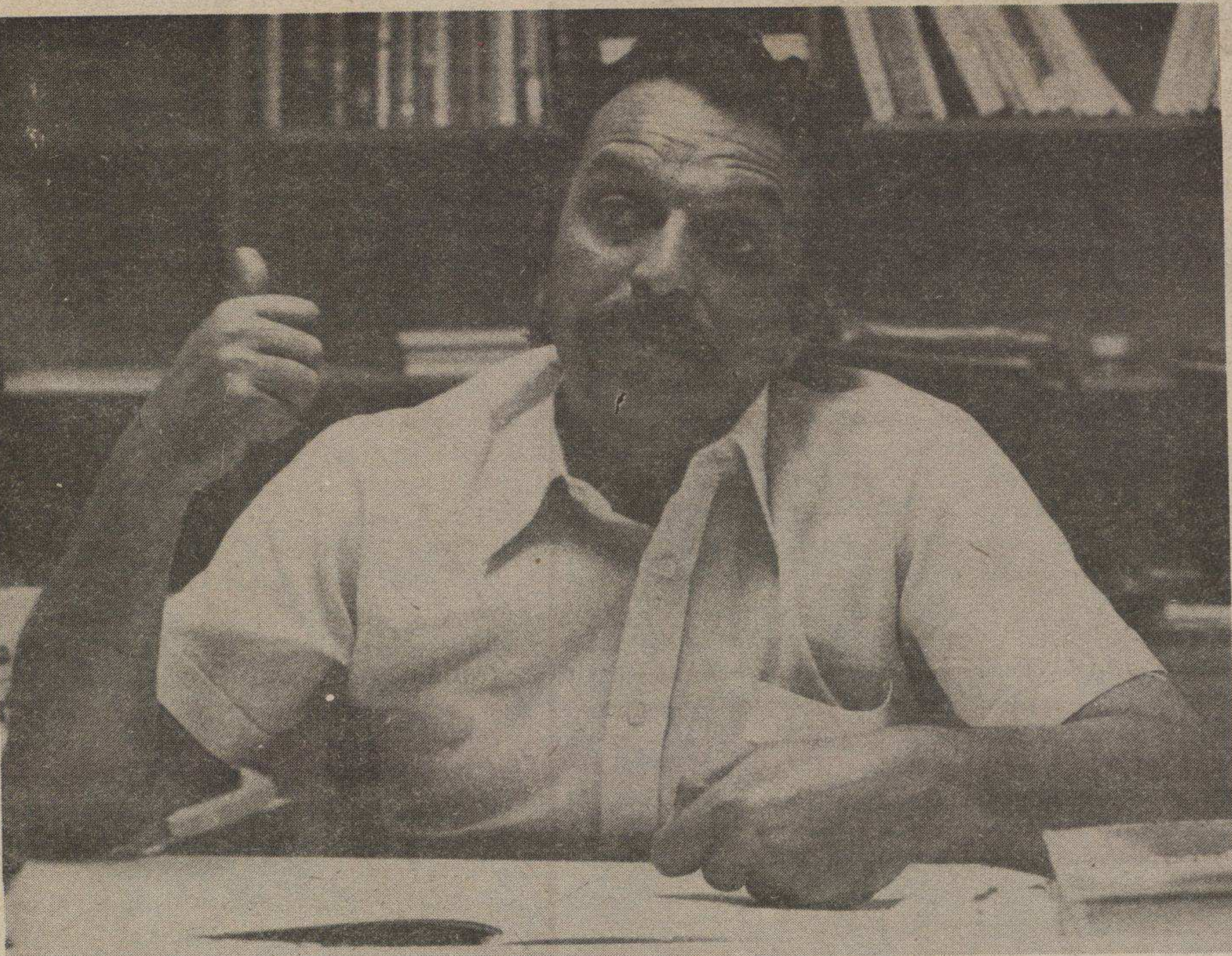
Se você tem o que dizer e o que mostrar, não pode ficar de fora.

COOJORNAL

ANO
ECONÔMICO



Banu Derkin



Carlos Araújo: "É quase impossível calcular índice de produtividade"

Quem inventou o tal índice de produtividade?

— O que é índice de produtividade? — pergunta a repórter à operária Leila Soares, de 21 anos, no portão das Indústrias Renner, em Porto Alegre.

— Innn... o quê? Repete se enrolando na primeira palavra a jovem boquiaberta. Com um pouco de embaraço a repórter tenta explicar. Tenta apenas, porque a operária a interrompe secamente:

— Isto é bom ou ruim?

Uma pergunta que nem os juizes, juristas, líderes sindicais, economistas, jornalistas, deputados — inclusive Nelson Marchezan, que deu uma entrevista à TV Guaíba — souberam responder. Na verdade, desde que a lei foi promulgada em outubro de 79, o país enfrenta um caos. Ninguém sabe nada, tanto assim que até agora a famosa lei 6.708 ainda não foi publicada no Diário Oficial. Cada Tribunal Regional do Trabalho decide a seu modo. E nas assembleias de dissídio deste começo de ano os debates geralmente descambam para a galhofa.

Carlos Araújo, advogado do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria do Vestuário, em Porto Alegre, diz: "É a anistia parcial que o governo dá ao poder normativo da Justiça do Trabalho. Antes de 64, a Justiça do Trabalho é quem determinava os aumentos das classes trabalhadoras. Com a revolução, este direito foi cassado dos juizes que agora estão recebendo novamente, mas em parte". No que interessa ao trabalhador, ele explica: "É o aumento da capacidade de valorização de produzir de uma empresa que reverte para o empregado".

Com um sorriso irônico, Carlos Araújo confessa que "é quase impossível calcular índice de produtividade". Explica: "Em um setor de produção só pode ser calculado através de uma perícia técnica. Para atender 300 empresas do sindicato isto importaria em seis meses de trabalho. Nenhum dissídio pode esperar tanto tempo. Imagine realizar uma perícia para cada sindicato, que tem centenas de filiados. É uma loucura".

O Sindicato dos Trabalhadores da Indústria do Vestuário de Porto Alegre foi o primeiro do país a obter seu índice de produtividade, julgado no início de fevereiro. Os dez juizes — a maioria substitutos — presididos por Antônio Augusto Salgado Martins, que formaram o Pleno do Tribunal Regional do Trabalho na ocasião, decidiram que os operários deveriam receber 8%, índice de produtividade relativo a 1979. Tanto o sindicato dos trabalhadores, como o dos patrões, recusou o direito de defender ou

refutar o valor arbitrado. Só que ninguém sabia ao certo. Três juizes votaram por 12%, cinco por oito e dois por seis. Ficou nos oito. Esta decisão, porém, não foi acolhida pelo tribunal paulista que julgou o índice do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de São Paulo. A classe recebeu 4%.

— Trocando em miúdos — diz Carlos Araújo — o índice de produtividade permite que os juizes estabeleçam, segundo seus próprios critérios, aumentos salariais acima dos níveis fixados pelo governo.

Com humildade, Adão Haggstram, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio Grande do Sul, pergunta: "Como definir uma coisa que não existe? Nós estamos tentando estudar, saber tudo a respeito, com cursos, simpósios e reuniões. Até agora o nosso sindicato, que representa mais de 50 mil trabalhadores de 1.140 empresas, não chegou a nenhuma conclusão. O tal índice não passa de uma reconstituição salarial. Foi o sistema que inventou".

Luís Felipe Arísio, secretário do sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e Material Elétrico do Rio Grande do Sul, revela que está realizando uma extensa pesquisa sobre o assunto. O sindicato está fazendo um levantamento técnico em 30% das empresas grandes, médias e pequenas para estar aparelhado para o dissídio que será decidido em abril.

O índice de produtividade passou a ser legal com a lei 6.708, de 30 de outubro de ano passado, com a pomposa indicação: *Correção automática dos salários — alteração da política salarial*. Indicação bonita, mas que a fria letra da lei pouco explica.

— Índice de produtividade? — repete o empresário Fúlvio Petracco, diretor da Refricon — Refrigeração Ltda. — Gostaria de saber, quem é que sabe?

Tenta explicar:

— São incentivos de acréscimo na produtividade. Um parente próximo do índice de produtividade, que é muito usado na Alemanha, Estados Unidos e em outros países desenvolvidos, é o salário-tarefa. Só que muitas vezes se mostra ineficiente. É pago para um determinado operário que tem boa produção — maior do que a normal, numa tarefa específica.

Por causa de explicações tão complexas, empregados e patrões de Porto Alegre vêm evitando raciocinar sobre o chamado *índice de produtividade* nas negociações de dissídio.

MARINA WODTKE

MDB baiano morreu. Ninguém se importou

A queda de um diretório regional forte, como o do MDB baiano, deveria causar, ao menos, um baque no plenário da Assembléia Legislativa do estado e, naturalmente, muita confusão nos meios políticos. Mas não houve nada disso.

O MDB baiano implodiu em silêncio. O piso da Assembléia não chegou a sofrer porque os pedaços da estrutura oposicionista voaram para um agradável apartamento no bairro da graça — o mais elegante de Salvador onde se reagrupam em torno do ex-senador Josafá Marinho, indicado por Leonel Brizola, para organizar o PTB na Bahia. E a agitação dos meios políticos não chegou a preocupar. Fez sol, deu praia e ninguém prestou muita atenção ao mais significativo fenômeno político provocado pela reforma partidária do governo Figueiredo: o MDB baiano, combativo, brigador (vide o *affaire* Chico Pinto-Delfim Netto), não existe mais. Foi *prás cucuias*. Ou foi *pra porra*, como dizem aqui. Em seu lugar surge o PTB: modernizado, aberto a todas tendências. Um partido a favor de seu programa e não um partido contra o programa do governo.

Para o governador Antônio Carlos Magalhães não poderia ser melhor. Começa a viver os novos tempos de abertura sem a sombra da oposição sistemática. Talvez seja o maior prêmio por todo seu trabalho de gabinete despercebido da grande imprensa, na articulação da reforma. Uma articulação tão intensa que quase inaugurou uma ponte aérea Salvador-Brasília, tantos foram os encontros com José Sarney. Um trabalho anônimo, mas profundo, marcado pelas reuniões de bastidores com os líderes políticos de todo o Nordeste, nas convenções mensais da Sudene e nas seguidas visitas de ministros de estado.

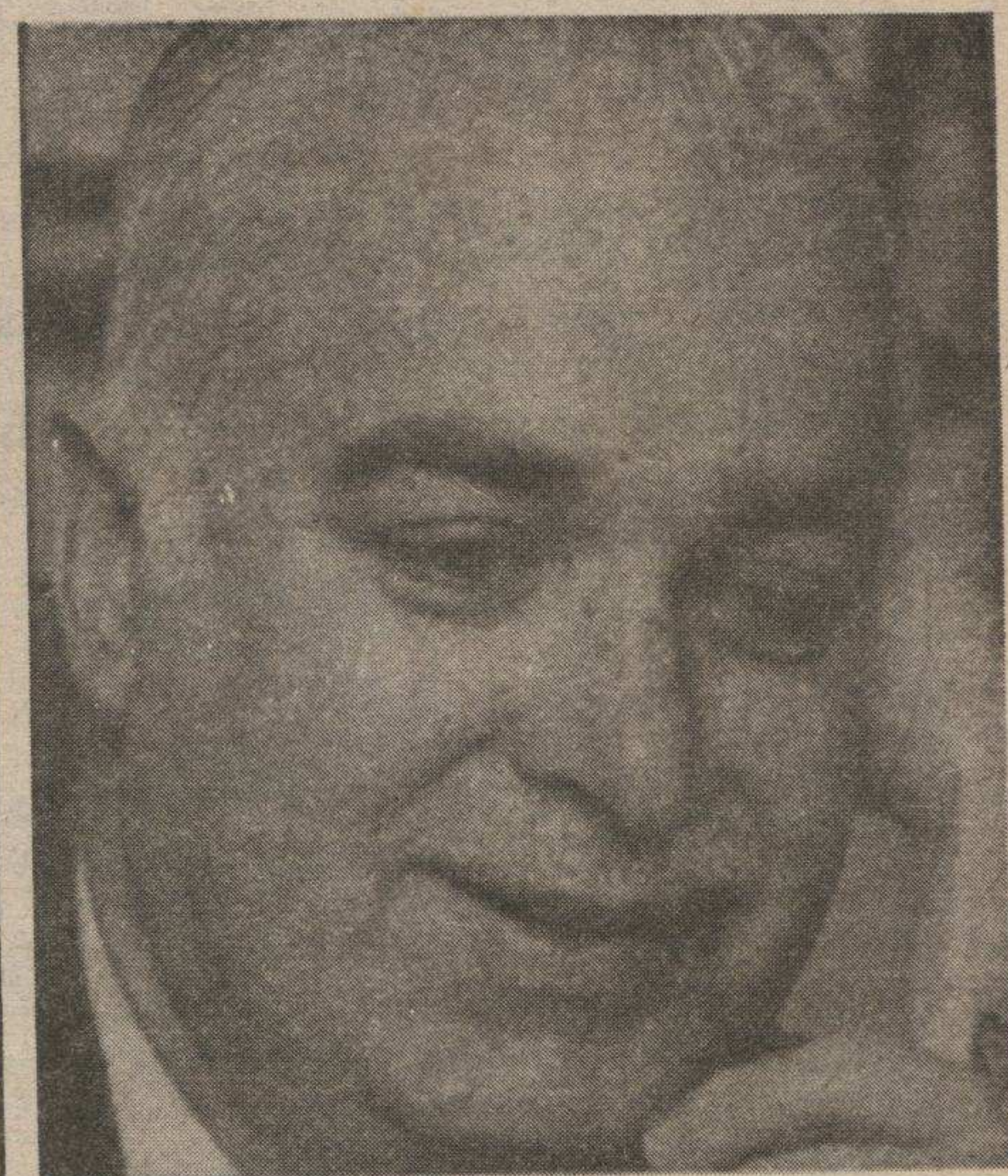
Este trabalho anônimo pode tê-lo afastado — temporariamente — das primeiras páginas dos jornais e revistas do Sul. Lembram daquela foto histórica, na casa do ex-presidente Geisel, em Teresópolis, quando estava reunido todo o grupo de base do poder: Geisel, Figueiredo, Golbery, Venturini e Medeiros? Antônio Carlos também estava.

A principal questão política que ficou no ar, com a repentina troca de camisas no jogo pelo poder estadual da Bahia, foi a seguinte: o PTB, com sua política de conciliação, de tapinhas nas costas, vai conseguir competir com a maravilhosa máquina eleitoral da Arena na região?

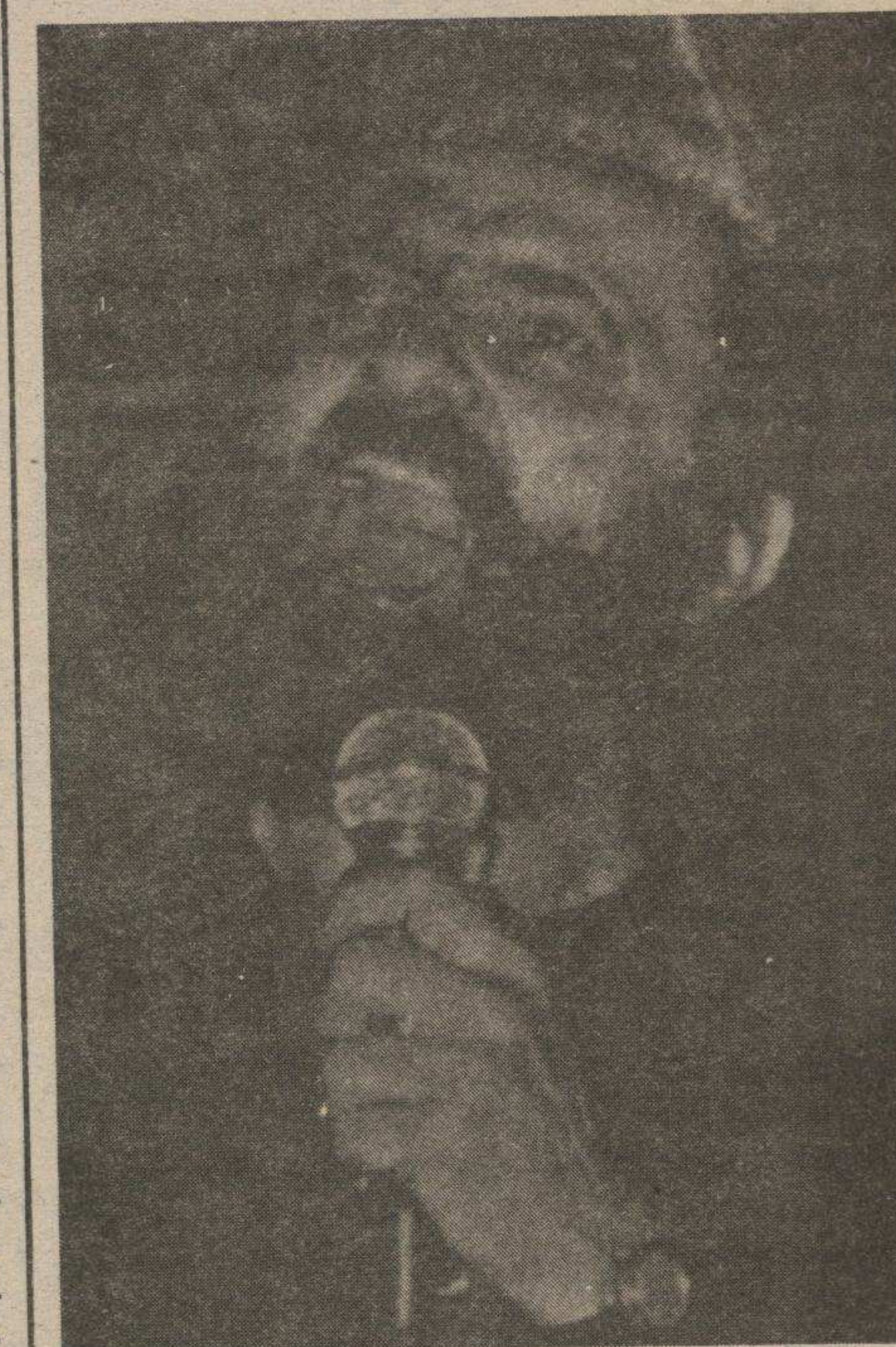
A máquina já deu provas concretas de força, ao esmagar a grande maioria dos candidatos oposicionistas nas últimas eleições. Um exemplo: o MDB indicou Rômulo Almeida para fazer frente ao ex-governador Lomanto Júnior, candidato da Arena ao Senado. Foram quase meio milhão de votos a favor do governo. Outro exemplo: também foi capaz de eleger, com mais de 100 mil votos, um rapazola de 24 anos, estudante de Administração de Empresas, cujas melhores habilidades são espalhar 200 gramas de brilhantina pela cabeça todos os dias de manhã e posar de filho do governador.

O MDB tentou brigar contra essa máquina. Disse desaforos, denunciou. Algumas vezes chegou até a sair no braço, em pleno plenário. Não adiantou. O governador ganhou o último — e decisivo — *round*. O MDB beijou a lona e agora é a vez do PTB, que já não briga de mão aberta, mas de luvas de pelica, e esqueceu dos potentes *jabs* de esquerda. Prefere agora carinhosos afagos com a direita ao pé da orelha.

Josafá Marinho o homem encarregado de conduzir esta briga mais moderna, leva, de cara, uma vantagem sobre seus antecessores: soube manter à margem do obscurantismo político que cobriu a década passada, limitando-se a emprestar discreto apoio às correntes oposicionistas (dois ou três volts, apenas). Reagrupou



Magalhães: sem a sombra da oposição



Antônio Andrade/Abri

Indicação de Pinto: erro de Ulisses

moderados e equilibrados do falecido MDB; assimilou — e muito bem — as novas táticas do trabalhismo, disserta com fluência sobre a ideologia social-democrata, e está esboçando a estrutura do comitê executivo do Diretório Regional. Já avisou que não é candidato a nada e nem tampouco obstáculo para qualquer discussão ideológica dentro do partido. A partir daí, Josafá começa a levar outra vantagem e somar pontos para conquistar o crédito político indispensável para entrar na briga pelo poder: a unidade. Exatamente o que faltou para manter vivo o MDB: Ulisses Guimarães errou ao indicar os radicais — Chico Pinto, Elquisson Soares — para dirigir o partido no estado, não ouvindo os moderados, que são maioria.

Josafá, na verdade volta ao quadro político regional com jeito de quem sabe onde está pisando e vem muito bem treinado, com a lição na ponta da língua. Mas Antônio Carlos Magalhães já conhece o novo inimigo (foram companheiros na antiga UDN) e não parece muito preocupado. No momento, ainda nem curou o porre que tomou na festa pela morte do MDB.

A. CARLOS DOS SANTOS, Salvador

Façanhas do notório reitor de Campinas

Quando a imprensa conseguiu uma entrevista com o reitor da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (SP), Benedito José Barreto Fonseca, mais conhecido como *superaluno*, entre outras coisas pouco recomendáveis a uma autoridade sobre a qual pesa o tratamen-

to formal de magnífico, ele declarou: "A imprensa dedica mais páginas a mim do que dedicou à Copa do Mundo".

E, de fato, se tem uma coisa que o reitor tem merecido, desde que assumiu o cargo, há mais de uma década, é aparecer sempre como manchete nos jornais da cidade. Não foi gratuitamente que ele ganhou tal popularidade. Tempos atrás, quando foi acusado de usar a máquina administrativa da universidade na campanha eleitoral de seu irmão, Joaquim de Paula Barreto Fonseca, candidato a deputado federal pela Arena, nem se dignou a responder às acusações.

Em dezembro último, passou de estrela máxima a coadjuvante no episódio da fraude nos vestibulares da PUCC. O reitor ficou louco de raiva quando foi descoberta a venda dos gabaritos, prometeu de público que o responsável seria encontrado e punido. Enquanto isto, o *Diário do Povo* conseguia descobrir, no dia 20 de dezembro, e entrevistar o ladrão das provas — um meninote de 22 anos, filho de pai rico, que não se fez de rogado. Ele dizia ao jornal, em sua defesa, que o reitor também vendia gabaritos. O menino foi pego pela polícia. Barreto não respondeu à asuação, não deu entrevista nem foi incluído no processo.

A partir de fevereiro, entretanto, a popularidade do reitor da PUCC atingia o seu auge. No final do mês de janeiro, por dois dias sucessivos, 30 e 31, o *Diário do Povo* publicou acusações muito bem documentadas contra a sua magnífica figura. Neles, um ex-professor da universidade acusa: Barreto loteou terrenos doados à PUCC, grilou terras — que incorporou ao loteamento — e paga uma comissão absurda de 50% pela venda, aos corretores escolhidos por ele próprio.

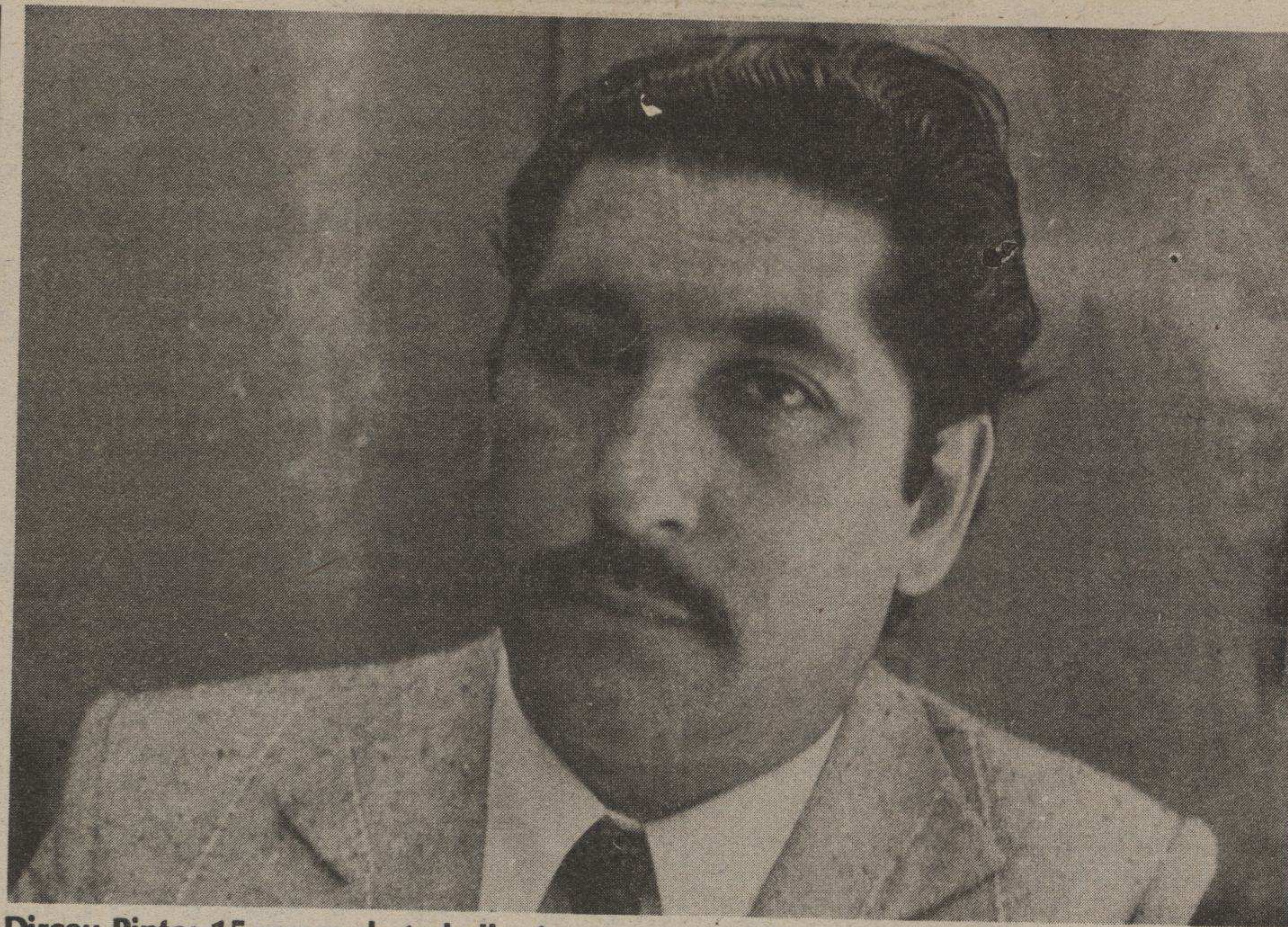
Foram quatro páginas de jornal, em dois dias, dedicadas ao reitor. Ele tinha razão: nem na Copa do Mundo. Mas a partir daí, ele ganhou muito mais e hoje freqüente quase que diariamente os jornais da cidade e de fora. Principalmente a partir do começo de fevereiro, quando a vida escolar do aluno Benedito José Barreto Fonseca foi desvendada. O *Diário do Povo* conseguiu algumas listas de freqüência do curso de Jornalismo da PUCC. E qual não foi a surpresa do público, quando ela foi publicada: O *superaluno* — assim ele ficou conhecido — não foi à aula, não fez prova, tirou nota 10 e conseguiu passar de ano. Não que a PUCC seja muito liberal: somente este ano, milhares de alunos de todos os cursos foram reprovados por faltas, mesmo havendo conseguido boas notas em provas que realmente fizeram.

Por pressão de estudantes e professores não ligados ao Magnífico, que exigiam uma sindicância contra os *Superalunos* — mais alguns privilegiados foram descobertos — e contra o diretor daquela unidade, uma sindicância foi aberta. É vista com ceticismo. Afinal, foi o próprio Rosalvo Madeira Cardoso, o diretor do curso acusado, quem convocou os seus membros. Mas apesar de tudo, a comissão agiu com independência, e se confessou espantada ao final dos trabalhos: a situação é muito mais preta do que davam a entender todas as acusações dos jornais.

Ainda ninguém sabe o que foi encontrado a mais na secretaria do Instituto de Comunicações e Artes. Tudo isso porque Rosalvo se deu um prazo de 15 dias — o mesmo oferecido à Comissão de Sindicância — para decidir o que fazer com o seu amigo Barreto. Enquanto isto não acontece, a cidade é vitimada por uma onda de cartas de apoio e repúdio ao reitor. O apoio vem de amigos da cúpula universitária, inclusive do próprio professor Rosalvo. O repúdio vem dos alunos e professores — estes últimos, desde o episódio, vêm sendo vítimas de uma operação Caça às bruxas. As baixas de seu lado, até agora, foram sete.

O reitor por enquanto vai bem, obrigado. E um dia resolveu falar com a imprensa. A melhor maneira que achou de se defender foi afirmar, com toda a convicção, que as denúncias do caso dos *Superalunos* haviam sido fruto da vingança pessoal da repórter Ana Maria Gomes, encarregada de cobrir o caso, foi reprovada por faltas no mesmo curso. E disse mais: "O jornal dedica mais espaço a mim do que dedicou à Copa do Mundo". Enfim, ele merece.

MARIA INÊS NASSIF



Dirceu Pinto: 15 meses de trabalho incessante e atritos com a polícia

Eficiência punida pelo Procurador

Quando o novo Procurador Geral da Justiça gaúcha, Mondercil Paulo de Moraes, anunciou o afastamento do promotor Dirceu Pinto do cargo de Coordenador das promotorias Criminais, no início de fevereiro, ficou, para todos, a nítida impressão de que se tratava de um castigo. Só que, no caso, a punição não foi determinada por ineficiência. Pelo contrário. Em 15 meses, Dirceu Pinto conseguiu estruturar a Coordenadoria e torná-la conhecida da opinião pública, apesar da precariedade de suas instalações e da falta de recursos. Além disso, o próprio promotor adquiriu notoriedade pela sua energia ao tratar com processos envolvendo policiais, entre eles o do seqüestro dos uruguaios Lilian Celiberti e Universindo Diaz.

A Coordenadoria das promotorias Criminais foi criada em dezembro de 1978 para servir como uma espécie de braço direito do Ministério Público, fazendo audiências preliminares e cuidando de processos complexos. Conta com apenas dois promotores que dividem a pequena saleta de 15 metros quadrados, localizada no Palácio da Justiça, com dois funcionários. Apesar disso, o trabalho tem aumentado bastante. Somente no segundo semestre do ano passado, a Coordenadoria atendeu 536 pessoas, tomou 59 depoimentos, realizou 465 diligências e requisitou 41 inquéritos policiais, dos quais, cerca de 20 indicavam funcionários da própria polícia.

Precisamente, aí, residem os maiores problemas enfrentados pela Coordenadoria, e que podem ter determinado a saída de Dirceu Pinto. Mondercil Moraes justificou a medida como uma mudança de rotina, mas deixou transparecer algumas razões para a substituição de Pinto. Disse ele: "A Coordenadoria é uma espécie de prolongamento da Procuradoria Geral da Justiça no fórum e deve servir de ligação entre o Ministério Público e a polícia, no combate à criminalidade. Para isso, o promotor depende fundamentalmente de contatos com a polícia".

Dirceu Pinto concorda com o procurador, mas ressalta que, no seu caso, não encontrou maior receptividade por parte das autoridades policiais. "No início eu tentei trabalhar em contato com a polícia, mas geralmente as informações que eu solicitava vinham incompletas e com atraso, ou simplesmente não vinham, e os pedidos de novas investigações eram recebidos como se eu quisesse interferir no trabalho da polícia", esclarece o promotor.

Em maio do ano passado, chegou a haver um princípio de atrito entre a Coordenadoria e o Departamento de Organização e Correição, órgão da Secretaria de Segurança encarregado dos processos contra policiais. Irritado com os freqüentes pedidos de investigações enviados pela Coordenadoria, o titular do

DOC, Eldes Schenini Mesquita, chegou a falar em extinção do departamento. Argumentava ele que o trabalho da Coordenadoria estava colidindo com o do DOC.

A posição dos responsáveis pela polícia gaúcha é de que eles mesmos devem punir os funcionários que cometem delitos, quer dizer, roupa suja se lava em casa. Por isso, eles não estavam nada satisfeitos com as constantes notícias de corrupção e arbitrariedades de policiais publicadas nos jornais com base em denúncias feitas à Coordenadoria.

Aliás, a própria cordialidade com que Dirceu Pinto relacionava-se com a imprensa também era alvo de críticas dentro da própria Procuradoria Geral. Isso chegou a ser dito por Mondercil Moraes em conversa com o promotor, no dia em que lhe comunicou da substituição. Pinto retrucou que nunca chamou a imprensa para dar informações, mas acrescentou que também nunca escondeu nada dos jornalistas. "Se o repórter me pede para confirmar algum dado que seja do meu conhecimento, tenho dever de prestar os esclarecimentos possíveis para que a notícia não saia distorcida ou equivocada", explica.

Ele, inclusive, tem boas razões para agir com franqueza com a imprensa. Afinal foi entre os jornalistas que encontrou aliados para levar adiante o processo mais delicado que teve nas mãos: o do seqüestro dos uruguaios Lilian Celiberti e Universindo Rodriguez Diaz. Pinto recebeu designação especial para trabalhar no caso em março do ano passado. Em que pese todas as manobras policiais para esfriar o episódio, ele já denunciou três policiais — Pedro Seelig, Orandir Lucas, o *Didi Pedalada* e Janito Kepler — e pretende incluir o nome do inspetor João Augusto da Rosa, o *Irno*, apontado como participante do seqüestro.

No início, o Procurador Geral do Estado chegou a admitir que Dirceu Pinto poderia ser afastado também do seqüestro, o que gerou uma firme reação de advogados, parlamentares e jornalistas. A hipótese foi considerada uma manobra derradeira para sepultar de vez as tentativas de incriminar os policiais gaúchos. Mais tarde, Mondercil Moraes confirmou que Pinto continuaria cuidando do seqüestro, cuja reabertura dos trabalhos reinicia este mês.

O último episódio grave denunciado por Dirceu Pinto que compromete policiais é o desaparecimento do ladrão de automóveis Fanor Rosa Lemos, o *Bom Ladrão*. Em agosto do ano passado, Pinto recebeu um telefonema anônimo avisando que estava sendo preparada a fuga de Fanor do Presídio e que posteriormente o ladrão seria assassinado pois sabia demais. Segundo o informante, Fanor tinha recebido uma visita do delegado Pedro Seelig, quando foi aconselhado a não in-

criminar o delegado Rômulo Ponticelli no depoimento que deveria prestar na Justiça.

Imediatamente, Dirceu Pinto dirigiu-se ao Presídio, acompanhado pelo juiz Moacir Rodrigues da 5ª Vara Criminal, e conversou com o *Bom Ladrão*. Fanor revelou que, quando estivera preso no Dops, recebeu uma recomendação do delegado Seelig para que não contasse o que sabia, caso contrário não teria mais tranquilidade. Dirceu Pinto fez um relatório da visita que, no fim de janeiro, foi enviado ao DOC. Três dias depois os jornais noticiaram a fuga de Fanor Lemos do Presídio e o promotor recebeu outro telefonema da mesma pessoa informando que o ladrão fora assassinado. Até agora, ninguém sabe o paradeiro do fugitivo.

O lugar de Dirceu Pinto foi ocupado pelo promotor Perci de Oliveira Brito, que trabalhava como adjunto da Corregedoria do Estado. Pinto, 39 anos, 10 como promotor público transferiu-se para a 9ª Vara Criminal. A troca trouxe descontentamento entre os promotores. Tanto que já existe um movimento que pretende alterar um dispositivo da Lei Orgânica do Ministério Público que regula a escolha do Coordenador das Promotorias. Alguns promotores querem que o ocupante do cargo não seja mais escolhido pelo Procurador Geral da Justiça e sim eleito pelo Conselho dos Procuradores Públicos. O que é, sem dúvida, mais democrático.

RAFAEL GUIMARÃES

Conversa na ante-sala da prisão

O homem é alto, moreno, ombros largos, sem bigode, cabelo com corte militar e não dispensa óculos escuros. A presidiária Lilian Celiberti ouviu a descrição de sua mãe, dona Lilia, e espantou-se: "Mas é o mesmo que vi na fronteira. É um dos meus seqüestradores". Na sala de visitas do quartel do 13º Regimento de Cavalaria, a 30 minutos do centro de Montevideu, dona Lilia contou à filha que o homem, cujo codinome descobriu ser *Doctor Rodriguez*, ia seguidamente a seu apartamento levar informações sobre o tratamento dado à prisioneira.

Nos contatos com sua mãe, Lilian relatou também um encontro que teve com a falecida escritora Faustina Elenira Severino nas dependências da Secretaria de Segurança em Porto Alegre: "Por tua causa meus filhos estão presos... e a escritora replicou, chorando: "Eu não sabia que ia ser assim. Tive que fazer. Me mandaram".

Um ano e quatro meses após o seqüestro, Lilian Celiberti vive isolada numa cela estreita, sem luz direta, onde uma lâmpada fica permanentemente acesa. Na porta, uma pequena abertura permite o controle dos carcereiros. Uma cena se repete quase diariamente: alguém lhe promete papel e lápis para que escreva aos filhos, mas não cumprem a promessa. "Querem quebrá-la, mas não conseguirão", aposta dona Lilia.

No Brasil, a Polícia Federal finalmente fez progressos nas investigações em torno de Lilian Celiberti e Universindo Diaz. O delegado Edgar Fuques, que comandou a primeira fase do inquérito, não conseguiu descobrir o envolvimento de nenhum policial brasileiro, mas agora já sabe que Lilian e Universindo são réus aqui no Brasil. Em 10 dias, Fuques obteve de Montevideu — usando a Interpol — vários documentos evidenciando que os uruguaios cometeram o crime de "falsa identidade" ao entrarem no Brasil com passaportes adulterados...

No Uruguai a família Celiberti está mais preocupada com as afirmações do advogado Amílcar Perea, até há pouco defensor de Lilian: "Ele nos disse que ela receberia uma pena mínima de 18 a 20 anos", conta seu pai, Homero Celiberti. Desesperados, os Celiberti trocaram de advogado, nomeando um procurador militar, o coronel Oto Silomen, que os deixou mais tranquilos. Este acha que a punição de Lilian será de apenas seis anos.

CÉSAR PENTEADO

ROMBO NAS CONTAS

Por JOSÉ CASADO

SALDO CONSOLIDADO DA CONTA "DIVERSOS RESPONSÁVEIS"

Cr\$ 1,00 de 1979

ÓRGÃO	PAGAMENTOS INDEVIDOS	SALDOS NÃO RECOLHIDOS	DESFALQUES OU DESVIOS	SERVIÇOS DEBITADOS TERCEIROS	RESPONSABILIDADES EM APURAÇÃO	TOTAL
Agência Nacional					168.586	168.586
Câmara dos Deputados					316.124	316.124
Cons. Geral da Rep.	6.416					6.416
Dasp.					13.272	13.272
Emfa.					24.613	24.613
Justiça Federal 1º I.					7.199	7.199
Justiça Militar						
Justiça do Trabalho		342.516				342.516
Min. da Aeronáutica					54.347	54.347
Min. da Agricultura	18.978	3.076	466.914		6.862.424	7.351.392
Min. das Comunicações		416.551			62.812	479.363
Min. da Ed. e Cultura	208.918				3.054.897	3.263.815
Min. do Exército	172.924	466.723.530	5.191.908		7.282.655	479.371.017
Min. da Fazenda	66.893.669	4.084.520	11.870.417	137.756.110	2.155.373	222.760.090
Min. da Ind. e do Com.	28.633		36.414			65.047
Min. do Interior		150.620				150.620
Min. da Justiça	293.255	1.319.891	25.477		28.626	1.667.211
Min. da Marinha					891.734	891.734
Min. das Minas e Energia	85.681	81.403				167.084
Min. da Prev. Social		51.373				51.373
Min. das R. Exteriores	1.356.171	363			9.367.346	10.723.880
Min. da Saúde	444	17.720			19.240	37.404
Min. do Trabalho	129.630	7.343			311.833	448.806
Min. dos Transportes					18.969.192	18.969.192
Seplam	2.374	212.563				214.937
T.C.U.		32.588				32.588
TOTAL						801.687.690

Fonte: Balanços Gerais da União — 1978/Relatório T.C.U. 1978

Trata-se de saldo de suprimento concedido, com comprovação até 14/02/79

Faltam 800 milhões nas contas de 78 dos organismos públicos federais

Qual o montante de prejuízos causados aos cofres da União em decorrência dos atos de corrupção e de desmandos que caracterizaram a administração federal nos últimos dez anos? Uma resposta precisa, que dê a exata dimensão da venalidade de alguns administradores públicos e das suas conseqüências para a sociedade, é praticamente impossível — por enquanto. Mas, existem alguns documentos oficiais de onde podem ser extraídos dados suficientes à composição de um primeiro balanço — parcial, é claro.

A análise desses documentos, produzidos pelo Tribunal de Contas da União (TCU), permite chegar a algumas conclusões importantes:

1) Durante a década de 70, o volume de irregularidades na administração dos recursos públicos, foi, no mínimo, quatro vezes superior ao registrado nos anos 60;

2) São demasiado tênues as perspectivas de recuperação da parte mais expressiva do total de recursos manipulado de forma ilícita, em detrimento dos cofres da união;

3) São, também, muito reduzidas as chances de punição dos responsáveis.

Na elaboração dos Balanços Gerais da União, o TCU costuma reunir sob o título de "diversos responsáveis" as responsabilidades por atos irregulares e as responsabilidades em apuração nos órgãos da administração federal. No relatório sobre o último ano do governo Ernesto Geisel — divulgado em fins do ano passado —, o ministro-relator do TCU, Luciano Brandão Alves de Souza, apresentou o saldo consolidado desta conta ("diversos responsáveis") até dezembro de 1978.

Os dados coletados pelo ministro Alves de Souza, depois de atualizados, revelam que atinge a Cr\$ 801,6 milhões (a preços de 1979) o total de recursos públicos, manipulados de forma ilícita nos órgãos federais, em operações de desvios, desfalques, pagamentos indevidos e saldos não recolhidos.

E mais: desse total, cerca de Cr\$ 698,1 milhões — ou seja, 87% —, não têm nenhuma perspectiva de retorno aos cofres da união; apenas Cr\$ 103,5 milhões — isto é, 13% —, constituem "responsabilidades em apuração", segundo informa o TCU.

De acordo com os dados do tribunal, a liderança entre os órgãos federais pertence ao Ministério do Exército, que possui um total de Cr\$ 479,3 milhões entre pagamentos indevidos, saldos não recolhidos, desfalques ou desvios. Desse total, apenas Cr\$ 7,2 milhões referem-se a "responsabilidades em apuração".

No caso do Ministério do Exército, a maior parte das irregularidades apontadas pelo TCU se refere a saldos de caixa não recolhidos (Cr\$ 466,7 milhões). Mas existem também pagamentos indevidos (Cr\$ 172,2 mil) e desfalques e desvios (Cr\$ 5,1 milhões).

Em segundo lugar está o Ministério da Fazenda com um total de Cr\$ 222,5 milhões distribuídos entre pagamentos indevidos (Cr\$ 66,8 milhões), saldos não recolhidos (Cr\$ 4,0 milhões), desfalques e desvios (Cr\$ 11,8 milhões) e serviços debitados a terceiros (Cr\$ 137,5 milhões). Somente Cr\$ 2,1 milhões constam como "responsabilidades em apuração".

Entre 26 órgãos federais cujas contas são periodicamente examinadas pelo TCU, apenas seis, em dezembro de 1978,

estavam apurando todas as responsabilidades constatadas em atos administrativos irregulares.

São eles: Ministério da Aeronáutica (Cr\$ 54,3 milhões, em apuração); Ministério da Marinha (Cr\$ 891,6 mil); Agência Nacional (Cr\$ 168,5 mil); Estado-Maior das Forças Armadas (Cr\$ 24,4 mil), Dasp (Cr\$ 13,1 mil), e, Justiça Militar (Cr\$ 7 mil). Somente um órgão, a Justiça Federal de Primeira Instância, mantinha suas contas integralmente regulares.

A análise dos dados relativos aos últimos 20 anos demonstra que houve, nesse período, um crescimento muito expressivo do volume de atos ilícitos na administração federal. Na década de 1958/1968 — conforme os dados do TCU —, os pagamentos indevidos, saldos não recolhidos, serviços debitados a terceiros, responsabilidades em apuração, desfalques e desvios somaram Cr\$ 208,7 milhões (a preços de 1979). Dez anos depois, revela-se um volume quase quatro vezes maior: Cr\$ 801,6 milhões.

Um detalhe da maior importância é que 60% dos atos ilícitos constatados pelo TCU no período 1968/1978 foram cometidos no último ano do governo Ernesto Geisel, somando Cr\$ 493,1 milhões. Desse total apenas Cr\$ 21,6 milhões — isto é, 21% —, referem-se a responsabilidades "em apuração". Para os restantes Cr\$ 471,5 milhões — ou seja, 79% — não existe qualquer chance de recuperação.

Naturalmente, os dados do TCU devem ser considerados em sua expressão relativa: são oficiais e por isso mesmo se revestem de extrema importância, mas se limitam ao registro de uma fração do universo de irregularidades verificadas nos órgãos federais.

No exame das contas das empresas públicas e sociedades de economia mista, cujo controle só foi atribuído ao TCU em 1975, há dificuldades. São 529 empresas, entre matrizes e subsidiárias, algumas com capital mínimo (entre Cr\$ 10 mil e Cr\$ 20 mil). E a verdade é que ao TCU "é vedado julgar se está certa ou errada a política financeira seguida por tais empresas" — conforme consta de um relatório do tribunal sobre o exercício de 1976.

Existe, também, a questão da participação minoritária da união na constituição do capital de entidades privadas. O tribunal entende que essa modalidade de atuação do estado, em atividades empresariais, é "inconveniente", pois coloca

grandes volumes de recursos públicos "à livre manipulação das maiorias acionárias de caráter privado, por um lado e, por outro lado, fora do alcance do controle externo".

O orçamento das entidades da administração indireta é simplesmente 20 vezes maior que o orçamento da administração direta. No atual exercício, as 529 empresas, entre matrizes e subsidiárias, deverão repartir um bolo de Cr\$ 3,1 trilhões, cuja aplicação carece de controle eficaz. O TCU reconhece que "a estrutura legal vigente, que regula a ação dos controles interno e externo é insuficiente, estando a exigir atualização".

Como os obstáculos à vigilância das empresas públicas são muitos, e como o aparato legal é reconhecido como ineficaz, o ministro Mauro Renault chegou a levar ao plenário do tribunal, repetidas vezes, uma proposta: "Que o TCU apure todas as denúncias veiculadas pela imprensa e parta para a aceitação, como válida, de qualquer contribuição neste sentido". Mas a sugestão sofreu severas críticas, tanto externas quanto internas.

À margem dos dados disponíveis no TCU existem fatos a confirmar que o processo de corrupção e de desmandos na administração pública brasileira não só buscou refúgio sob o manto da censura, na década de 70, como também procurou assegurar o caminho da sua institucionalização — através da impunidade dos responsáveis.

Questiona-se — sem que hajam respostas objetivas — as contas referentes à construção da Ponte Rio — Niterói, as concorrências da Companhia Siderúrgica Nacional — tidas como fraudulentas —, a atuação de insiders — supõe-se que sejam funcionários governamentais bem-informados —, nas recentes oscilações das ações da Petrobrás nas Bolsas de Valores do Rio e de São Paulo, e no episódio da maxidesvalorização em dezembro último.

São inúmeras as dúvidas sobre a legalidade de alguns atos administrativos, como, por exemplo: a decisão da diretoria do Programa de Desenvolvimento do Ensino Médio (Prodem), órgão do Ministério da Educação e Cultura, de gastar, em 1975, cerca de Cr\$ 1,5 bilhão no reajuste de faturas de obras já contratadas, algumas das quais, inclusive, já haviam sido entregues, na época.

As intervenções do Banco Central no mercado financeiro, onde foram aplicados cerca de Cr\$ 15 bilhões na cober-

tura de deficits decorrentes de irregularidades dos mais diversos tipos — desde falências fraudulentas até a emissão de "cheques administrativos" sem fundos —, praticadas por 132 empresas e nove bancos. Ou as operações de socorro a indústrias privadas que custaram Cr\$ 10 bilhões ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE).

Foram socorridas empresas como a Tecelagem Lutfalla, de propriedade do ramo paulista da família Maluf. Essa empresa recebeu créditos do BNDE pouco tempo antes de ser decretada sua falência. Recentemente descobriu-se que a Lutfalla fraudou o fisco em Cr\$ 540 milhões, além de emitir duplicatas frias para obtenção de crédito subsidiado e de elaborar um contrato simulado de compra e venda de ações para cobrir estouro de caixa.

Há ainda, a decisão da Superintendência de Desenvolvimento da Pesca (Sudepe) empresa pública administradora do Fiset-Pesca, de conceder incentivos fiscais da ordem de Cr\$ 4 bilhões a empresas falidas ou a empresários que não estavam muito interessados em aplicações no setor.

Pelo menos dois casos, no âmbito da Sudepe, foram constatados: em Santa Catarina, o empresário Ângelo D'Errico constituiu a Ander Ltda., conseguiu incentivos e montou uma indústria de plásticos. No mesmo estado, a Codipesca Ltda. recebeu incentivos e foi transformada em estrebria.

O hábito do desperdício de recursos, também, passou a ser uma constante em algumas áreas da administração pública. No Rio, o Banco Nacional da Habitação decidiu construir sua sede dotando-a de refinados banheiros de mármore. Em Brasília, seis dos 21 andares da sede do Banco Central foram decorados e preparados para serem ocupados pela presidência do banco.

Algumas situações chegam às raias do pitoresco: o Ministério da Fazenda do Brasil — País extremamente endividado —, se deu ao luxo de gastar Cr\$ 34,5 milhões na confecção de 53,6 milhões de cartões à prova de falsificação (as simonetes) que não têm, dois anos depois, qualquer perspectiva de utilização.

Já a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (EBCT), no ano passado, patrocinou um congresso da União Postal Universal que reuniu 150 especialistas do setor. Depois de oferecer-lhes uma semana de requintada mordomia, no Rio, a EBCT brindou-os com chaveiros e outros souvenirs de ouro — autênticos, é claro.

Existem questões para as quais até hoje a Nação aguarda uma resposta. Por exemplo: a quem a General Electric teria pago comissões da Loockheed, dos Estados Unidos, por ter "ajudado" a vender seus aviões ao Ministério da Aeronáutica? No final da gestão do general Milton Gonçalves? Foi o presidente da subsidiária brasileira da G. E., Thomas Smiley, quem revelou o pagamento (sem dar nomes), ao depor no Conselho Administrativo de Defesa da Economia (Cade)?

Quais os funcionários do governo federal que teriam recebido "gratificações especiais" da Exxon e da Ericsson — conforme admitiram diretores desses grupos, no exterior, recentemente —, para "facilitar" o encaminhamento de seus interesses na área administrativa federal?

Quem, no governo deste País, usou o codinome de Sunflower (Girassol) para receber comissões da Loockheed, dos Estados Unidos, por ter "ajudado" a vender seus aviões ao Ministério da Aeronáutica?

Finalmente, quais funcionários públicos teriam prestado serviços — remunerados, é claro —, ao estaleiro britânico Vosperthorncroft, nas negociações para venda de seis fragatas, no valor de 150 milhões de libras, à Marinha do Brasil?

URUGUAI: COMEÇA O VESTIBULAR PARA DEMOCRACIA RELATIVA

Por CÉSAR PENTEADO

As intenções de abertura — lenta e gradual — dos militares e os candidatos civis mais cotados

Como segurar o poder num país de economia debilitada, inflação oficial de 83% ao ano, prisões abarrotadas, partidos proscritos, salários achatados e onde a insatisfação popular com a ditadura, apesar da férrea censura à imprensa, chega a quase 70%? A resposta não está na cartilha de Maquiavel, mas na experiência de um governo vizinho que, aparentemente, está se safando de situação semelhante: abertura política é a receita certa. E será lenta e gradativa para que seja segura. Esta lição de poder está sendo posta em prática pelos militares do Uruguai que, entrando agora no seu sétimo ano de governo sem contestação, abordam temas como eleições nacionais, direito de greve, retorno dos partidos com desembaraço insuspeitado. Como aconteceu no Brasil.

O vestibular do Uruguai para a democracia relativa começa ainda este ano, caso não haja contratemplos. O primeiro passo, segundo documentos oficiais vazados dos quartéis, será uma regulamentação das atividades políticas e de atos eleitorais. Virão a seguir: no início de 1981, ressurgimento dos partidos; em julho, os partidos farão suas eleições internas e nomearão uma comissão de cinco integrantes para discutir com os demais partidos quem será o candidato único à presidência; em agosto haverá o início da campanha eleitoral e, em novembro, as eleições.

Ainda em 1980, os uruguaios participarão de um plebiscito, provavelmente em novembro, decidindo se aceitarão ou não a nova constituição que substituirá a de 1967, atualmente em vigor, mas retalhada pelos atos institucionais. A carta será elaborada por uma *assembléia constituinte* a toque de caixa: em dois meses, o Conselho da Nação e o Conselho de Segurança Nacional aprontarão o documento para ser referendado antes do fim do ano. Os políticos, enquanto isso, ficarão apenas olhando. E a população também pois, como disse o general Júlio César Rapella, comandante do II Exército: "O povo terá que se acostumar com a nova constituição".

Um dos poucos políticos que se atreve abrir a boca e falar objetivamente contra os militares é o ex-senador Amílcar Vasconcellos, do partido Colorado, e ex-ministro do Interior, Defesa e Economia: "É evidente — diz — que tal constituição, forjada sem intervenção dos cidadãos, não vai ser a tradução da vontade popular". Vasconcellos, um dos 15 mil cassados pelo governo desde 1973, vai além: "Se o governo, que anuncia seguidamente ter o apoio da população realmente pensa que isso é verdade não vejo por que não convocar uma verdadeira assembléia nacional constituinte para tratar da questão".

Enquanto Vasconcellos entende que "não existe nenhuma intenção séria de permitir que o povo possa retomar seus direitos", o comandante em chefe do Exército, Luis Vicente Queirolo, reafirma seus propósitos. Em comunicado recente, Queirolo — um ex-adjunto militar do Uruguai em Washington — observou: "O que eu posso adiantar é que há um cronograma político estabelecido e que será cumprido. Até existem personalidades estrangeiras que estão inquietas sobre isto. Só digo que somos homens de uma só palavra e que faremos o que prometemos".

Fonte do Partido Colorado assegura que, por trás das rusgas sobre violação dos direitos humanos, o tenente-general Queirolo é homem comprometido com o esquema de distensão e não foi por mero acaso que ele veio dos Estados Unidos, um dos esteios da conhecida Comissão Trilateral, para substituir o tenente-general Gregório Alvarez que, em 1979, passou à reserva. Alvarez, por sinal, pretendia personalizar o poder, tornar-se um caudilho, uma figura estranha ao processo político uruguaio nos últimos anos. Desde a tomada do poder, em 73, nenhum general conseguiu consenso suficiente para ficar sozinho à testa do estado, valendo-se sempre de um presidente civil: antes Juan Maria Bordaberry, agora Aparício Men-

déz, que servem como translúcida fachada ao regime. Alvarez, além do mais, nunca esteve nos planos do governo Carter. Comenta-se que a Casa Branca faz questão que o futuro presidente seja um político como, por exemplo, o ex-presidente Jorge Pacheco Areco, um ex-boxeador e populista de direita, dotado de forte magnetismo pessoal.

As suspeitas de que Washco simpatiza com a idéia de Pacheco Areco conduzindo a abertura aumentam quando se sabe que, coincidentemente, há pouco tempo, ele foi removido da obscura embaixada de Berna, na Suíça, e destacado para a mais importante representação uruguaia no exterior, a dos Estados Unidos.

Embora alguns militares o vejam com desprezo — como aliás vêem a todo político; não é por nada que todos os candidatos a qualquer posto nas eleições realizadas no Uruguai de 1966 a 1971 tiveram cassados os seus direitos polí-

ticos, atingindo a espantosa cifra de 15 mil excluídos da vida pública num país com menos de três milhões de habitantes — o atual embaixador uruguaio nos EUA perseguiu ferozmente os tupamaros e fechou diversos jornais de esquerda no decorrer de seu tumultuado mandato de 1968 a 1972, o que conta pontos junto ao oficialato.

Outro trunfo que Pacheco Areco traz de sua proveitosa estadia em Madri — sua escala antes de Berna — é o apoio da extrema-direita espanhola "não apenas moral mas principalmente financeira", segundo asseguram membros da esquerda uruguaia. Garante-se que o dinheiro vem de Blas Piñar, líder do fascismo na Espanha e também do partido Nacional-Socialista da Alemanha. Os laços políticos da direita européia são porém mais profundos. Ela manteria igualmente a *Juventud Herrerrista*, grupo paramilitar inspirado no nome do líder pró-nazista Luis Alberto Herrera — ex-guia espiritual do

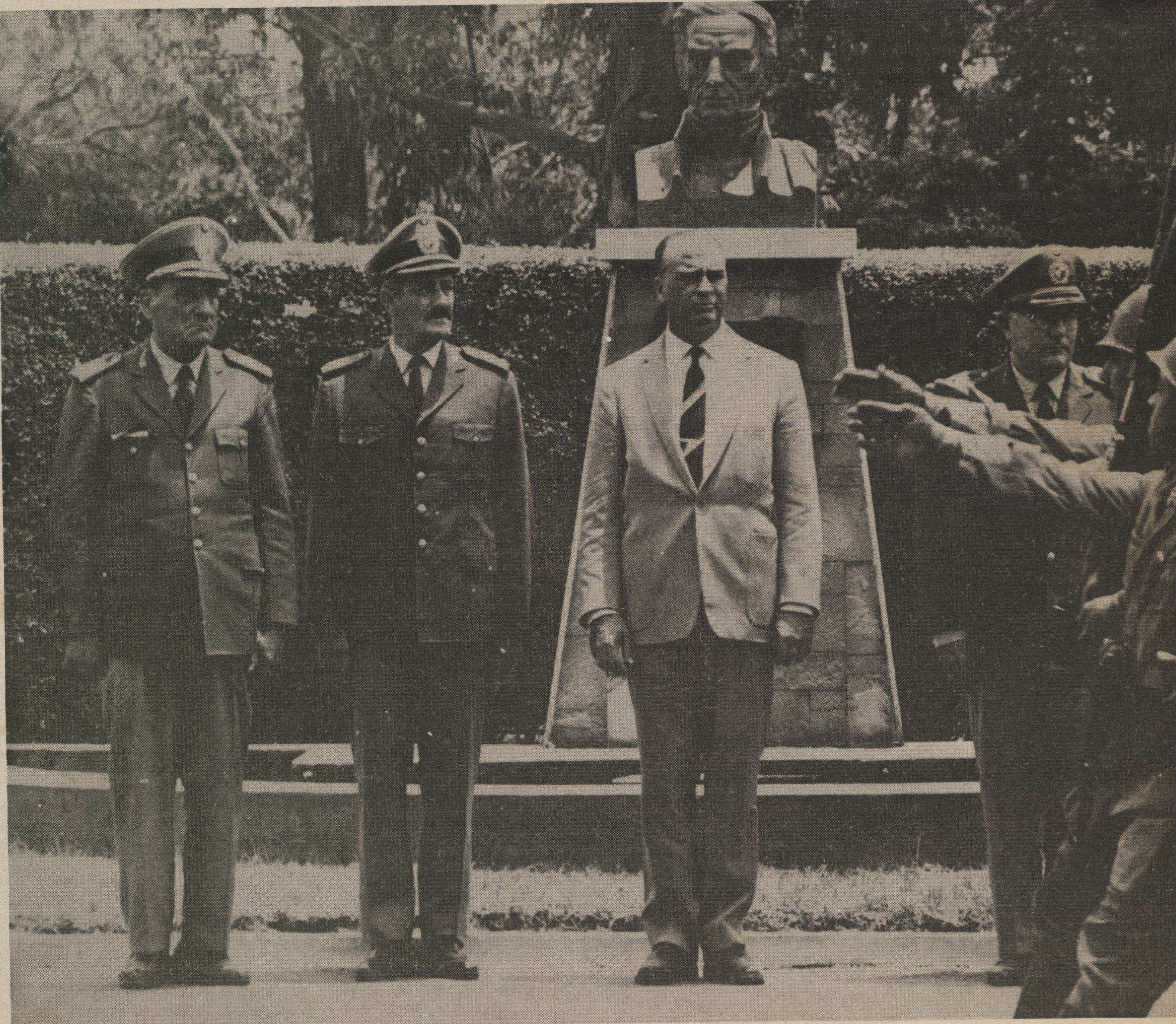
atual presidente, Aparício Mendez. A *Juventud Herrerrista* possui um ativo serviço de informações, exercita tiro nas imediações de Montevideu e nutre certa simpatia por Areco. Além deste apoio, o ex-presidente pode contar com o dos grupos *Azul e Branco* e *Juventud Uruguaya de Pie* (este bastante desarticulado atualmente, mas de intensa atuação durante o governo Areco, também forças da direita extremada).

Pacheco Areco só não deve contar mesmo é com o respaldo de seu partido, o Liberal ou Colorado, que ao lado do Nacional ou Blanco, constituem as duas maiores forças políticas do país, ambas na clandestinidade; embora o atual presidente seja Aparício Mendez, um *blanco*, Mendez, Areco e o último presidente eleito

no país peita d Maria B homens seus pa duvida tes um possa r homem ditadura

Mas sideranc mações alternati voz ma senador "qualqu tidos". no enta sibilidad o cand máximo to, seri hierarqu

Fotos Coojornal



Afinado com os generais, Areco é a chave para abrir o regime que os duros querem perpetuar

A A A TIVA

De fato, embora Pereyra tenha simpatizantes dentro das forças armadas, uma das suas últimas reuniões com o pessoal da caserna resultou desastrosa. O ex-senador organizou um jantar e convidou o general Ventura Rodriguez, ex-chefe de polícia de Montevideu, o coronel Constantino Carvajal, que chefiou o Serviço de Informações do Ministério da Defesa e o capitão de navio Omar Murdoch. Os três oficiais foram condenados a um mês de prisão. Motivo: o jantar foi considerado uma reunião política ilegal. Não adiantou nenhuma argumentação. Nem mesmo a de que a licença para realização do banquete fora concedida pela própria polícia. É preciso saber que no Uruguai ninguém casa, aniversaria ou festeja qualquer coisa sem avisar à chefatura de polícia de seu bairro.

Seja quem for o escolhido, confiança total dos comandantes Luis Queirolo, do Exército, Hugo Marques, da Marinha, e Raul Bendahann, da Aeronáutica, ele claramente não terá. Para evitar surpresas desagradáveis, as forças armadas tentam criar uma espécie de Poder Moderador, destinado a intervir sempre que houver conflito entre os poderes tradicionais. Os quadros para a nova Casa serão recrutados entre os notáveis da nação, personalidades supostamente escolhidas pelo seu valor pessoal, à maneira dos senadores biônicos no Brasil. Ocorre que a indicação de seus integrantes caberá ao Conselho da Nação, composto por oficiais militares, o mesmo colégio eleitoral que escolheu o presidente Aparicio Mendez, e ao Conselho de Estado, cujos membros são nomeados pelos generais...

Além disso, há mais evidências — que transparecem nos próprios documentos reservados, indicando o quanto os altos escalões das forças armadas são doutrinados pelo War College norte-americano ou, de tabela, pelo seu equivalente brasileiro, a Escola Superior de Guerra. Fica bem claro que continuará prevalecendo a ideologia da segurança nacional. A constituição dos generais contemplará os direitos individuais mas subordinando-os às prioridades da segurança do país. Tudo deve ficar sob controle dos quartéis até 1986, quando, segundo anunciam, os militares se retirarão do governo.

A abertura ao gosto dos Estados Unidos já era prevista mas passou a ser eficazmente orquestrada a partir de outubro passado, com a chegada a Montevideu do embaixador Lyle Lane, com ótimo trânsito entre os militares, com os quais teria negociado a intensificação do comércio com Washington, truncado depois das constantes denúncias sobre violações dos direitos humanos no Uruguai.

De qualquer forma, mudar a face de uma das ditaduras mais implacáveis da América do Sul será tarefa ingrata. Dentro do governo estão enquistados núcleos situados à direita dos próprios comandantes em chefe, embora o ex-senador Amílcar Vasconcellos não acredite em colocação tão radical. "À direita de Queirolo ninguém fica, senão cai do mapa", brinca.

A verdade é que existem facções nada dispostas a perderem seu poder, como os homens fortes do aparelho repressivo, general Alberto Ballestrino — fez declarações públicas de profissão de fé nazista —, general Ivan Paulós e o coronel José Gavazzo, coordenador do seqüestro de Lilian Celiberti, seus filhos Camilo e Francesca, e Universindo Diaz, em Porto Alegre. Gavazzo é da direção do OCOA (Organismo de Cooperación para Operaciones Anti-subversivas) encarregado de seqüestrar e assassinar opositores do regime nos países do cone sul.

O grupo distensionista não está livre de encontrar resistência junto aos partidários do general Amaury Prantl, considerado pela CIA "à direita de Hitler", que chefiou o serviço secreto durante a gestão de Gregorio Alvarez e, ao mesmo tempo, editava, *El Talero*, um pasquim virulento distribuído sorrateiramente entre as forças armadas, denunciando, por exemplo, encontros clandestinos entre Alvarez e o ex-senador blanco, feroz adversário do regime, Wilson Ferreira Luñate. *El Talero* intrigava o comandante

(Continua)

A presença brasileira e ajuda dos vizinhos e amigos do regime uruguaio

Ninguém comercia tanto com o Uruguai quanto o Brasil. Nos últimos quatro anos, o Brasil adquiriu uma quinta parte das exportações uruguaias, segundo admitiu o diretor do Departamento Comercial da Embaixada Brasileira em Montevideu, Júlio César dos Santos. Em 1979, o governo brasileiro importou 30% mais que no ano anterior — 127 milhões de dólares — e exportou menos — 85 milhões de dólares — enquanto em 1978 esta cifra atingia 100 milhões de dólares. E não é só isso. Com recursos brasileiros, o governo militar está construindo uma represa, a de Palmar, cujo custo final chegará a meio bilhão de dólares e um porto pesqueiro em La Paloma, distante pouco mais de 200 quilômetros de Montevideu.

O Brasil compra carne, cimento, trigo, cevada e derivados de leite e exporta erva-mate, ferro, café e bens de consumo duráveis, motores e máquinas agrícolas e industriais e, cada vez mais, capitais. O grupo Unibanco associou-se a capitais uruguaios formando o Unión de Bancos del Uruguay (UBUR), enquanto os bancos do Brasil e Real aumentaram consideravelmente a sua penetração.

Com a decisão de liberalizar a economia, os tecnocratas atraíram capitais de todo o mundo, permitindo ao país cobrir suas diferenças de intercâmbio comercial. Em troca disso, a dívida externa foi quase triplicada e a indústria nacional — fora o setor ligado à exportação — passa por dificuldades imensas. "Do volume de capitais atraído — explica o articulista econômico Luis Faroppa —, um mínimo tocou à indústria. A maior parte consiste em empréstimos e investimentos imobiliários, principalmente em Punta del Este. Sem taxas alfandegárias, uma camisa chinesa produzida em Formosa chega ao Uruguai custando dois dólares, um preço que joga a indústria têxtil nacional imediatamente fora do mercado.

SEDE DE CAPITAIS

Por outro lado, a sede de capitais fez o país reduzir suas exigências para aceitação de depósitos em nome de pessoa estrangeira. Assim o país aceitou o risco de transformar-se num limpador de dinheiro sujo. Atualmente nota-se, além de um aumento sensível do capital do Bank of America e do Bank of Boston, um crescimento de 500 milhões de dólares no depósito de pessoas estrangeiras.

O cérebro da política econômica do Uruguai — país cuja economia entrou em crise pela retração do mercado externo aos seus produtos principais, carne e lã, acrescida da falta de modernização do sistema, tudo resultando no enfrentamento entre setores oligárquicos e a esquerda, nos fins dos anos 60 — foi Alejandro Vegh Villegas, consultor econômico do Banco Mundial e de diversas multinacionais e aluno do economista brasileiro Roberto Campos. Responsável pela iniciação do Uruguai no capitalismo selvagem, Villegas deixou escapar certa vez que, na sua concepção de economia, somente sobreviveriam os mais aptos.

Ao assumir o Ministério da Economia em 1974, Villegas



Com a palavra cassada, Mendez só serve para solenidades. Aqui, com Geisel

trocou toda sua assessoria e começou a aplicar uma estratégia de minidesvalorizações do peso. Um recurso que permitia aos exportadores, setor eleito pelo regime, sempre faturarem bem na hora de vender a produção mas que trazia um problema: causava inflação.

Villegas cedeu lugar para seu assessor Valentin Arismendi, ainda no posto, que adotou uma política totalmente diversa. O que importa agora é fixar a inflação tentando fazer com que os exportadores acreditem nos índices, a exemplo do que faz o brasileiro Delfim Netto. Quem acredita nos níveis e aposta forte na exportação tem que tomar um cuidado adicional: se produzir caro, não irá vender. Arismendi, também vinculado às multinacionais, não tem obtido grandes vitórias antiinflacionárias, mas anuncia que irá reduzir a inflação de 83% em 1979 para 16% em 1980, uma estimativa que os economistas consideram "delirante". Villegas e Arismendi, na verdade, conseguiram mesmo é diminuir em 40% o salário real dos trabalhadores nos últimos sete anos, segundo dados do Banco Central do Uruguai.

JOGO GEOPOLÍTICO

Nos seus negócios com os generais uruguaios, o Brasil acertou também a construção da represa de Palmar, erguida pela empresa Mendes Júnior e, numa lúcida jogada geopolítica, também constrói o complexo pesqueiro de La Paloma. Ocorre que a Argentina há muito tempo necessita desafogar o porto de Buenos Aires, incapaz de dar vazão às suas exportações. Como a escolha de Baía Blanca, muito abaixo de Buenos Aires, encareceria o transporte, a solução para ter um porto no Atlântico seria um acordo com o Uruguai, escolhendo-se exatamente La Paloma. A diplomacia argentina dormiu no ponto e o Itamarati passou-lhe a perna: Brasil e Uruguai acertaram a implantação de um porto bem menor, bloqueando, no entanto, as pretensões do vizinho.

A aproximação dos dois países cada vez mais corresponde a um afastamento da Argentina. Em 1979, a Argentina comprou somente 51 milhões de dólares do Uruguai. Mas em 1978, uma grande aquisição de carne pelo Brasil provocou um atrito violento em Montevideu.

Quando o Mercado Comum Europeu embargou a compra de quase toda a safra uruguaia, reduzindo as importações para gastar em petróleo, os militares ficaram atônitos e, aconselhados pelos tecnocratas, venderam a partida para o Brasil a 1.500 dólares a tonelada, preço de três anos atrás, sofrendo um prejuízo calculado em algumas dezenas de milhões de dólares. Quem mais sofreu porém, foi o subsecretário de Relações Exteriores, Guido Salomon, surrado a rebenque pelo então comandante do Exército, Gregório Alvarez, num acesso de temperamentalismo.

A AJUDA DO BRASIL

Não se pode esquecer também que Brasília é a grande abastecedora de viaturas para o Exército e a Polícia. Uma colaboração que vem de longa data. "Na semana do golpe, em 1973 — conta um militante colorado — houve um desfile militar onde os carros de assalto, jipes e camionetas brasileiras ocupavam lugar de destaque". Desta maneira fica fácil entender o que fala Amílcar Vasconcellos: "A ditadura uruguaia nunca se realizaria sem a simpatia do Brasil".

Atualmente rodam nas estradas uruguaias 1.600 camionetas Veraneio do Exército e, nas ruas de Montevideu, é muito comum a presença dos fuscas da Polícia, cerca de mil. Petróleo o Brasil não tem mas, amigavelmente, cede para o Uruguai parte do que compra no Oriente Médio. Peças de artilharia e fuzis-metralhadora FAL-M-16 (quatro containers) o Uruguai ganhou da Argentina, que também lhe presenteou um avião, um tanque e um lancha, uma demonstração simbólica de amizade. Da Finlândia, os generais conseguem munição a preços convenientes e cinco lanchas para guarda-costeira vieram da Inglaterra.

Oficialmente, Exército, Marinha e Aeronáutica consomem cerca de 100 milhões de dólares ao ano, mas a cifra parece tímida quando se sabe que os gastos cresceram substancialmente nos últimos anos. Foram criados três novos corpos militares: um grupo de Pára-quedistas, com 500 homens, diretamente subordinada ao alto comando; a arma de Comunicações e o Corpo de Fuzileiros Navais, as duas últimas com efetivo ignorado.

em chefe do Exército com os oficiais, comentando gastos excessivos das forças armadas em festas e acusando-o de "grande traidor".

Por diversas vezes Prantl compareceu ao gabinete de Alvarez e prometeu prender e punir os responsáveis pelo jornaleco. Prantl acabou sendo descoberto depois de um longo tempo investigando a si mesmo e foi reformado. No entanto, correm rumores que, mesmo da reserva, ele mantém fortes vínculos com a facção mais direitista do Exército, a que prefere fazer a guerra a entregar o poder aos políticos.

São estes bolsões de autoritarismo que Queirolo parece cortejar quando repele com veemência os informes sobre torturas no país. Recentemente, ele enviou uma resposta enérgica ao congresso dos Estados Unidos que liberara um documento denunciando desrespeito aos direitos humanos no regime uruguaio. "Os estados que se consideram livres e soberanos — comentou — têm que agir assim". Depois de satisfazer os duros, demonstrou tranquilidade quanto ao relacionamento com a administração Carter. "Não pode haver mudanças", vaticinou.

Queirolo estava prosseguindo com a tática de acender uma vela para Deus e outra para o Diabo.

A bem da verdade, o fortalecimento dos setores golpistas começou três anos antes, quando o general Mário Aguerrondo, apontado como autor intelectual do movimento de fevereiro de 1973 e comandante do Exército, premiou seus discípulos diletos — leia-se: afinados ideologicamente — com os postos mais importantes da arma. Tanto é assim que o general Julio César Vadora declarou, à beira do túmulo de Aguerrondo, que ele fora "o principal mentor do Novo Uruguai".

Do final dos anos 60 para cá, porém, o monolitismo da direita ficou bastante abalado. Foi-se o tempo da luta contra a contestação armada — que Pacheco Areco lhes passou de mão beijada, em lance decisivo para o fortalecimento militar. Há uma versão assegurando que Areco — depois que os tupamaros assestaram dois golpes seguidos no governo: a tomada da cidade de Panlo e a grande fuga da prisão de Punta Carretas — foi persuadido a entregar aos militares o controle das operações contra a esquerda mais radical. A partir de 1973, começaram os desentendimentos e uma luta silenciosa para manobrar o estado.

A baixa mais importante neste conflito de bastidores foi o coronel Ramón Trabal, autor material dos comunicados 4 e 7 de fevereiro de 1973, que anunciaram a intervenção militar. Trabal, tido como um dos raros homens letrados do Exército, intelectual da ascendência pessoal sobre oficiais superiores, era provável candidato a comandante em chefe do Exército mas, em 1974, acabou morto em Paris por um desconhecido *Movimiento de Izquierda Internacional*. Não fazia muito que Trabal, por razões ignoradas, fora afastado da chefia do serviço secreto do exército e mandado para a França como adido militar. "Só este homem poderia ter sido o caudilho que Alvarez não conseguiu ser. Era esperto e sabia muito sobre muita gente", diz um militante do partido Colorado. Há quem diga que Trabal teria sido eliminado a mando de setores militares que matariam não dois mas três coelhos com uma só paulada: um forte opositor fora do caminho, uma necessária *queima de arquivo* e um ótimo pretexto para acirrar ainda mais a repressão (o que realmente ocorreu).

Mas se as diferenças a nível pessoal são profundas, ideologicamente elas são superficiais. Enquanto o bloco de Luís Queirolo, Hugo Marques e Raul Bendahann opta por abrir em termos trilateralistas, tolerando a presença dos políticos que, além de necessários, poderão ser úteis, Prantl, Gasvazzo e outros preferem uma manutenção indefinida no poder sem dar satisfações a ninguém.

Desde o golpe, o alto comando demonstrou uma queda pelo legalismo, ainda que de superfície. Os exemplos são fartos: Bordaberry foi apeado da presidência por se manifestar contra a existên-



Marques, Bendahann e Queirolo | Dos três, Queirolo é quem mais fala. Ele também veio dos EUA para abrir

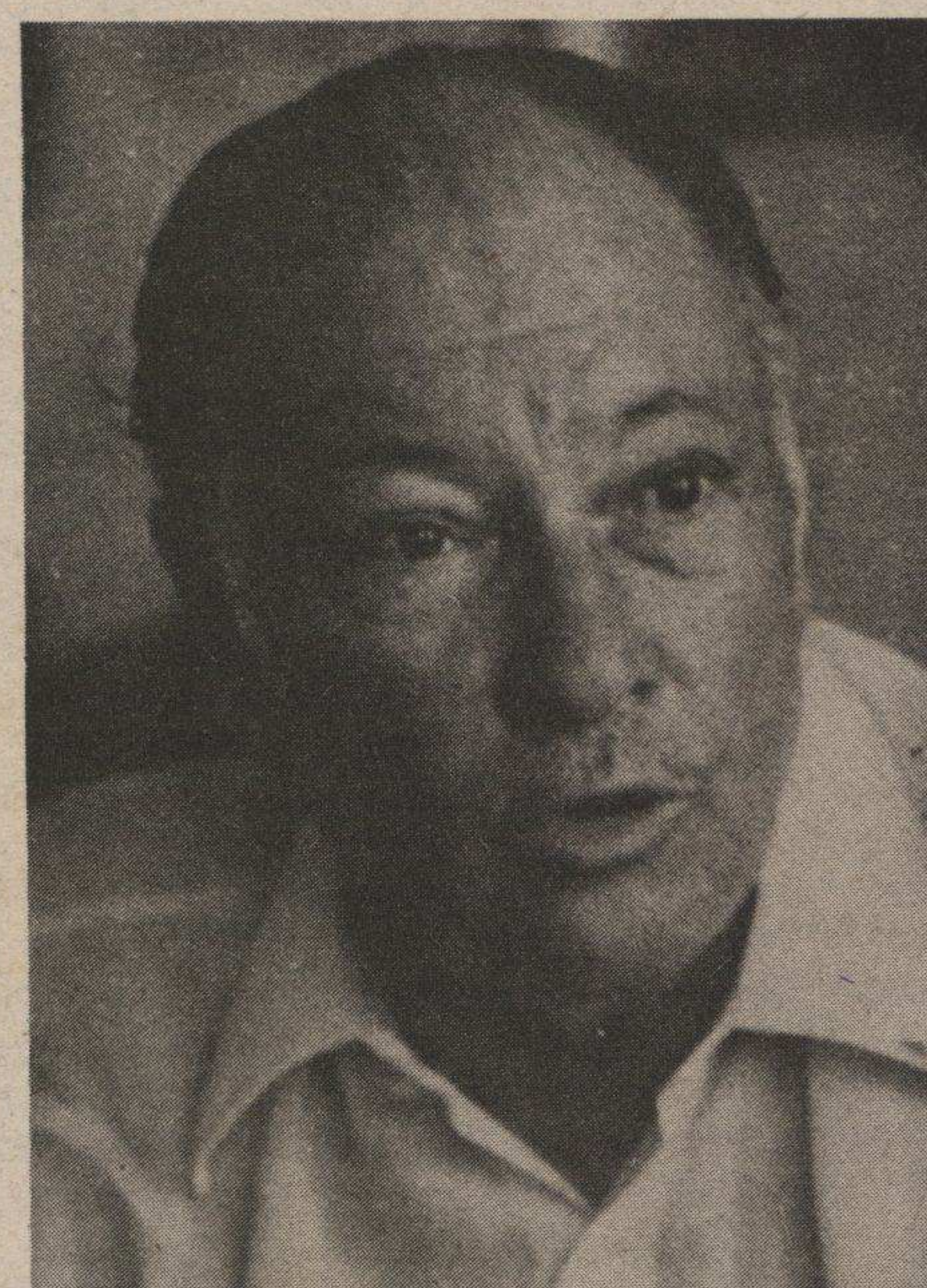
cia dos partidos. E quem assumiu foi seu vice, Alberto Demichelli. Quando Demichelli se recusou a assinar a cassação de 15 mil pessoas por 15 anos e pediu demissão, subiu seu presidente do Conselho de Estado, Aparício Mendez, que pagou o preço cobrado: assinou o Ato Institucional número 4.

"Mendez foi além", observa Amílcar Vasconcellos. "Ele, que é professor de Direito Administrativo, fez doutrina para justificar o golpe". Aparício Mendez, de 73 anos, um ex-jogador de futebol, nascido em Rivera, na fronteira com o Brasil, é um capítulo à parte no processo político uruguaio. Daqueles tipos que "se fez por si mesmo", Mendez nasceu muito pobre tanto que, desesperado por não poder estudar, tentou o suicídio. Com muita disposição, formou-se advogado e já durante a Segunda Grande Guerra era homem de algumas posses. "Mas chegou a se desfazer de seus anéis para ajudar o eixo na luta contra os Aliados", denuncia um político.

Amigo do general Mário Aguerrondo, ele foi presidente do Conselho de Estado, e depois chegaria à presidência, onde sequer pode falar em nome do governo — Mendez levou um puxão de orelhas dos comandantes em chefe ao definir o Partido Democrata norte-americano como "um covil de comunistas". Interessante é que o jornal que publicou sua declaração foi suspenso. O jornalista uruguaio Eduardo Galeano observou ser a primeira vez na história que um jornal era censurado por publicar a opinião do próprio presidente da república...

Fora esta, a história do *Novo Uruguai* comporta outras ironias. Nos comunicados 4 e 7, Exército e Aeronáutica — a marinha, liderada pelo almirante Raul Zorrilla, botou suas tropas na rua para defender a Constituição mas depois recuou — incluem entre os objetivos básicos do novo governo a "eliminação da dívida externa opressiva", "desenvolvimento da indústria nacional" e, surpreendentemente, "a redistribuição da terra". Sete anos depois, a gestão mais longa da história do país, as diversas juntas militares conseguiram justamente o oposto: a dívida externa pulou de 589 milhões para 1 bilhão e 500 milhões de dólares; a indústria está ameaçada pelas importações e a propriedade concentrada como nunca. "Os militares ainda nos trouxeram uma praga que não tínhamos: a corrupção. Aqui não havia um Adhemar de Barros, explica um jornalista.

Na verdade, o efetivo das três armas foi economicamente beneficiado com o pretexto de lutar contra os tupamaros. Em 1972, Bordaberry decretou o *Estado de Guerra Interna* e dobrou o saldo dos militares. Acontece que, mais de uma vez, os membros do triunvirato admitiram que um ano depois não havia mais subversão organizada e, apesar disso, os privilégios militares continuaram os mesmos. Não falta quem fale que "os milicos moram nas casas e apartamentos mais luxuosos da Agraciada" — uma das principais avenidas da capital — e que o empreguismo duplicou. Os quartéis foram ampliados, as três armas reequipadas e os



Vasconcellos desafia: "E por que não uma assembléia constituinte?"

postos da administração pública — todas as prefeituras, por exemplo — tomados de assalto pelos oficiais. Extraoficialmente, os gastos com a segurança nacional consomem 40% do orçamento nacional.

Disso tudo se depreende que será muito pouco provável que a abertura, mesmo nos seus estágios mais avançados, possa abolir tais privilégios conquistados nos últimos tempos. "Eles querem somente um sócio", adverte o ex-senador Vasconcellos. E um sócio minoritário.

Um breve balanço da situação dos direitos humanos no Uruguai dá conta de como será difícil maquilar a fachada do regime para torná-la mais agradável no exterior: dois mil presos políticos, 40 mortes por tortura, várias centenas de desaparecidos, entre eles crianças; missões de assassinato de adversários noutros países, Legislativo e Judiciário sob intervenção do Executivo, jornais fechados ou censurados, prisões sem processo, universalidade devassada e proibida de mencionar a existência, por exemplo, de Pablo Neruda, sindicatos fechados, artistas acossados ou explicitamente censurados, etc.

Mas o processo está em marcha. Nas ruas de Montevidéu, não se vê com tanta frequência a presença de tropas. "A repressão está mais interiorizada nas pessoas", conta um jornalista. No presidio de Libertad, — após a visita de uma delegação da Cruz Vermelha Internacional — a alimentação melhorou e, na sala de espera, um cartaz pretende assinalar os novos tempos. Ele diz: "A visita aos presos não é uma concessão, mas um direito dos familiares".

"No campo literário pode-se dizer que está havendo um tênue renascimento", informa o novelista Enrique Estrázulas, cuja obra *Pepe Corbina*, foi recolhida pela polícia há quatro anos, quando era a mais vendida do país.

O furor censório está mais contido — dificilmente se repetirá o que ocorreu com o escritor argentino Jorge Luis Borges. Homem de direita, Borges foi proibido no Uruguai apenas porque "falara mal de Artigas", o herói nacional

— mas os censores continuam tendo muito trabalho. Num país onde 20% da população lê literatura, ainda não se pode ler Mário Benedetti, Eduardo Galeano, autores uruguaios, exilados, e qualquer ensaio de cunho marxista; nas livrarias, as prateleiras estão atulhadas de *best-sellers* e ficção científica. Não se escutam as músicas de Daniel Viglietti, Los Olimareños, Alfredo Zitarrosa e Hector Numa Morales. Há pouco, foi cancelada uma apresentação do brasileiro Chico Buarque — e de outros cantores — no estádio Centenário, para a qual tinham sido vendidos 30 mil ingressos, sob a alegação de que o espetáculo poderia se transformar numa manifestação anti-governamental. O grupo de teatro *El Galpón* continua no índice da censura, assim como os cineastas Bernardo Bertolucci, Federico Fellini, Costa Gavras, Martin Ritt, Marco Bellocchio, Ettore Scola, Elio Petri e muitos outros.

Com todos os acenos distensionistas, os militares enfrentam dificuldades, ano após ano, para conceder seu Prêmio Nacional de Literatura. É raro quem o aceite. De positivo sobra a discussão mais aberta em torno da obra de Juan Carlos Onetti, considerado o maior escritor uruguaio do século, hoje vivendo no exterior. Há uma forte razão para isso: Onetti é candidato ao Nobel de Literatura. Seria desagradável para os militares se, no meio do processo de abertura, o mundo descobrisse que o premiado não podia ser lido no país de origem.

Na encruzilhada da ditadura plena, mas vulnerável, e da democracia relativa, mas segura, os generais dispensam uma uniformização de critérios. Não faz muito, as forças armadas produziram uma peça de humor negro: condecoraram o general Alfredo Stroessner, do Paraguai, com a *Ordem de Artigas*. Ironicamente, Artigas é conhecido como *Protetor dos povos livres*. Pouco depois, receberam friamente uma aspiração do ditador deposto da Nicarágua, Anastasio Somoza. Ele pretendia visitar o Uruguai.

Em vez disso, libertaram quatro presos políticos argentinos, entre eles o pianista Miguel Angel Estrella. Acusados de pertencerem ao movimento *montonero*, Estrella e seus amigos tiveram um julgamento público. As penas foram comutadas e os quatro expulsos. E, fala-se com insistência em Montevidéu que, a qualquer momento, poderá ser a vez da brasileira Flávia Schilling. Enquanto isso, Somoza continuará em seu palacete de Assunção aguardando um convite. São coisas explicáveis num país que fala de democracia e liberdade e, ao mesmo tempo, cultua, através de estátuas e outras homenagens, a memória de Dan Mitrión, o professor de tortura da CIA executado pelos tupamaros, um mestre que, no dizer do ex-agente Manuel Cosculluela, também da CIA, "elevava a tortura ao nível de uma arte". Por esta e outras razões, os uruguaios mostram-se muito céticos em relação às eleições programadas. E um deles comenta: "Antes dos militares, a fraude acontecia depois da votação. Agora é antes".

Um livro para o João ler antes de ir ao Paraguai

Assim que acabou de escrever seu terceiro livro (*), o argentino Júlio José Chiavenato, jornalista e escritor radicado em São Paulo, fez chegar cópias dos originais ao *Coojornal*. Junto, enviou um recado: "O livro para o João Figueiredo ler antes de visitar o Stroessner. O João vai lá em abril".

Stroessner: Retrato de uma ditadura, o livro que a Editora Brasiliense lançará até o final de março, é uma ácida reportagem de Júlio José Chiavenato. Ele passa o Paraguai em revista, mostra toda a profundidade da corrupção e do arbítrio que massacram os paraguaios e analisa esse conjunto de componentes que sustenta a mais duradoura e feroz ditadura da América Latina. A seguir, alguns capítulos.

(*) *Genocídio Americano — a Guerra do Paraguai e Guerra do Chaco (leia-se petróleo)* são as outras duas obras de Chiavenato.

A primeira lição do dia: as crianças assistem ao fuzilamento do guerrilheiro

Numi é um pequeno povoado: casas baixas, geralmente brancas, um povo humilde e trabalhador. Quase todos trabalham no campo. A terra é boa, o que compensa um pouco a falta de ajuda para os camponeses. Numi é como dezenas de pequenos povoados no Paraguai. O povo trabalha, vive muito mal e sobrevive com terror. Há medo — um medo entranhado, plasmado com sangue e muita violência. O medo eficiente que Stroessner usa para manter a ditadura. Numi é um exemplo como se faz cientificamente um povo ficar com medo, e perder a vontade de reagir ante a espoliação, a brutalidade de um sistema que se baseia no saque da Nação.

Como o povo de Numi aprendeu a ter medo?

Foi num dia de céu azul, sol quente paraguaio. Pela manhã as crianças de Numi caminhavam para a escola. E, sem que soubessem, os policiais de Stroessner também preparavam-se para dar uma exemplar lição. Os meninos de Numi iriam aprender que nunca poderiam cometer um terrível erro contra a ditadura paraguaia: ser guerrilheiro. Lutar pela liberdade de sua terra.

As aulas foram interrompidas por um sargento do Exército Nacional, naquela manhã azul de Numi. As crianças — de sete a 12 anos — foram dispostas no pátio externo, de chão batido. O sargento, falcando seus óculos *raiban* na luz matinal, dispôs as crianças em U. Formou-as como um pequeno batalhão de pés descalços, roupas pobres, num grande U no pátio escolar. E como sempre acontece quando é um militar que dá as ordens, a obediência foi total. Um silêncio completo, à espera.

Então, o resto da tropa apareceu. Trazia um pequeno homem, jovem de uns 30 anos, aos empurrões. Ele vinha com a cara rota, os braços amarrados às

costas. E o sargento, tão silencioso como o medo que já se estampava na cara das crianças, colocou o prisioneiro na abertura do U. O prisioneiro tremia. Algumas lágrimas já brotavam na cara dos meninos ainda não endurecidos pelo terror da ditadura paraguaia.

O sargento colocou os soldados no interior do U de crianças. E deu as clássicas ordens. Os soldados prepararam seus Ligas fizeram pontaria e ao grito metálico — Fogo! — dispararam. O guerrilheiro caiu morto, furado o peito por dezenas de projéteis.

Isso aconteceu no fim de 1959, quando a ditadura de Stroessner lutava contra a guerrilha do *Movimiento 14 de Mayo*. Os anos 1959 a 1961 marcaram uma série de atos de bárbara repressão, como o de Numi: não é preciso relatá-los todos. (*)

Outro exemplo do ditador: degolaram Silviano Flores na frente de sua família

Mas 15 anos depois, um outro episódio bem característico da ditadura de Stroessner repetiu-se em Misiones, contra um pobre camponês, com um crime perigoso nos tempos atuais do Paraguai: quis formar uma cooperativa para os produtos da terra.

Em 1974, Silviano Flores, com outros companheiros, tentou formar uma co-

operativa na região de Misiones, seguindo o exemplo bem-sucedido das Ligas Agrárias, que eram estimuladas e orientadas por um movimento laico da Igreja Católica. O medo patológico que a ditadura de Stroessner tem por toda organização de camponeses mobilizou novamente seus militares contra Silviano Flores.

Depois das clássicas perseguições — queima de ranchos dos camponeses, destruição das lavouras, roubo do gado, etc. — a ditadura resolveu dar o golpe de misericórdia, que também é um exemplo para o povo.

Sem farda, como um bando de salteadores, os militares cercaram a casa de Silviano Flores e começaram o tiroteio.

Flores já sabia que procuravam matá-lo. E reagiu aos tiros, com a ajuda da família. O rancho de Silviano Flores foi perfurado por balas de todo calibre. Lá dentro, o líder camponês — que nunca esteve envolvido em nenhum movimento político e só pensou em formar uma cooperativa — respondia ao fogo, ajudado pela mulher e filhos. Resistiu até que a munição acabou. Então, a família Flores rendeu-se.

Um dos que cercaram o rancho trouxe a família toda para o pátio. Dois homens seguraram Silviano Flores ajoelhado e o comandante executou mais uma lição da ditadura de Stroessner: levantou a cabeça do camponês com a mão esquerda e, com a faca na direita, degolou o homem indefeso na frente da mulher e dos filhos.

A cabeça de Silviano Flores foi jogada ao chão, seu sangue a esguichar do pescoço formou uma poça de lama. Alguns soldados chutaram a cabeça degolada, que a mulher de Silviano tentava recolher. Os gritos dos filhos impotentes

morriam em grunhidos na garganta, misturando-se a um pranto que só os paraguaios que lutam pela sua liberdade conhecem como esmaga o homem.

Os salteadores militares se foram. Deixaram a sua marca: o terror. Mas esse crime ficou conhecido e era preciso explicá-lo. A ditadura não encontrou dificuldades: difundiu oficialmente que Silviano Flores teria sido degolado pelo Exército Revolucionário Popular (ERP) argentino, porque teria negado ajuda a um grupo de montoneros ou os teria traído. A mentira era clara: o ERP jamais entrou no Paraguai e nunca usou o território guarani como base. Era evidente e grosseira demais a mentira.

Então, arranjaram outra explicação: confirmaram que o rancho de Silviano Flores foi realmente cercado pelos militares. Mas disseram que ele não foi morto pelos soldados. Segundo a nova versão da ditadura, Silviano lutou até acabar-se a munição e, quando seria preso, em frente à mulher e filhos, sacou de uma faca e suicidou-se, degolando-se...

Médicos, juízes, oficiais do Exército: preparando mentiras em nome da Justiça

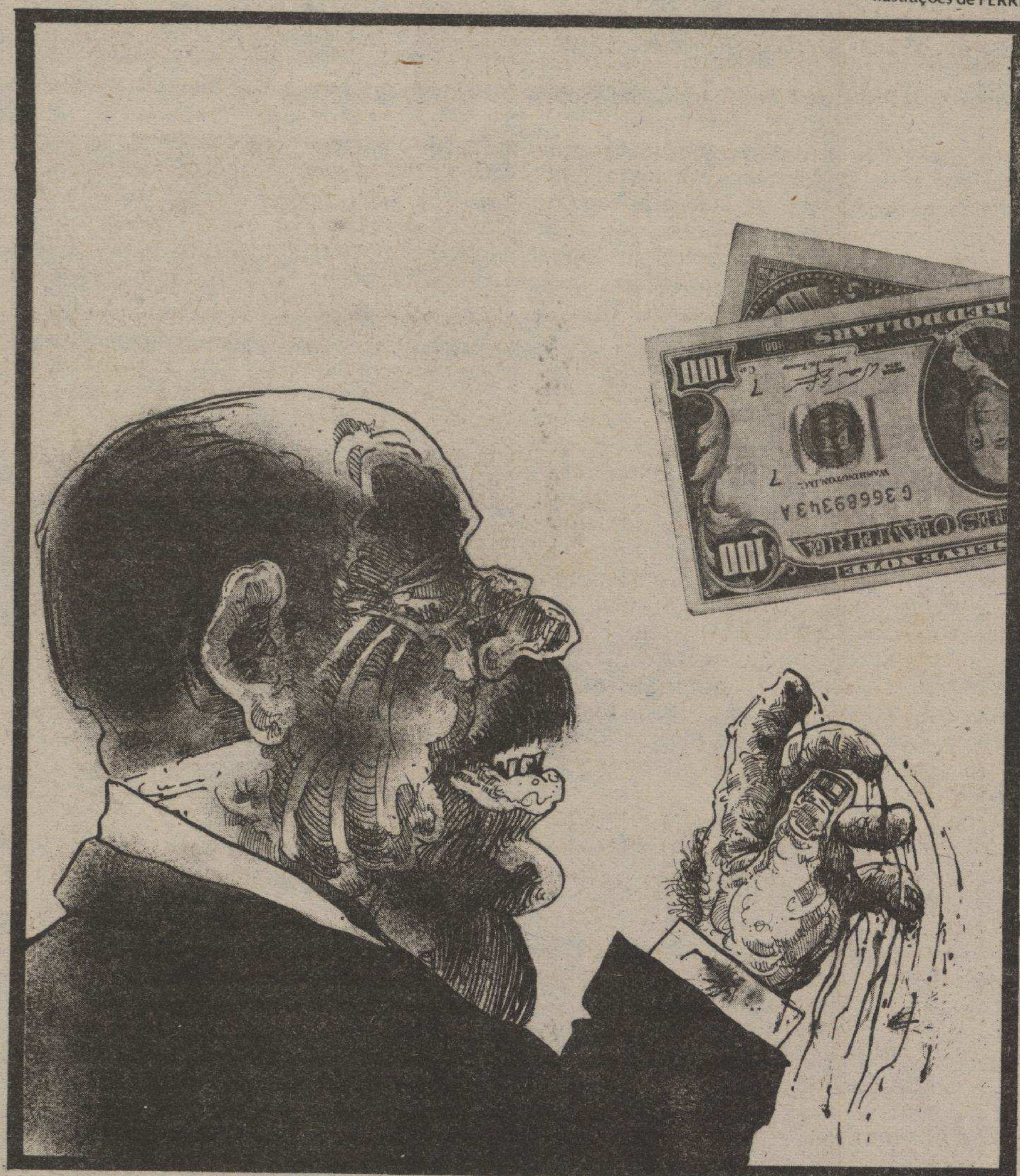
Não importa o quanto sejam tantas mentiras que a ditadura de Stroessner encontra para encobrir seus crimes. Eles são justificados oficialmente por um Poder Judiciário que funciona para legalizar os atos terroristas do governo, por mais cinismo que isso exija.

Como existe um sistema de repressão — que teve seu auge de terror de 1959 a 1962, retornando em 74 até 76 e atuando até hoje com intermitente violência de acordo com a política internacional refletindo no governo de Stroessner — também existe todo um sistema oficial para encobrir os crimes políticos da ditadura. Médicos, juízes, oficiais do Exército, Corte Suprema, etc., funcionam harmonicamente com a repressão e seguem o seu rastro legalizando o terrorismo.

O cinismo chega a tal ponto que, em 6 de abril de 1976, um preso político — Mário Schaerer Prono — foi morto numa Comisaría de Asunción. O médico forense Hernan Godoy, na página 2 do Expediente 186, acusou como causa mortis um tiro no pé direito e "perda da epiderme nos pulsos e nos pés"... Nos expedientes da Justiça paraguaia encontram-se constantes atestados de óbito dos seus médicos forenses que encobrem execuções de forma grotesca, como a dos presos políticos Martin Rolon — executado com um tiro na têmpora direita — e Juan Acoña de Castillo — executado com um tiro no abdômen e deixado morrer lentamente.

(Continua)

(*) Outra história parecida, também em Numi: alguns guerrilheiros foram conduzidos ao pátio da escola, os alunos agrupados e a lição dos militares foi cortar as orelhas dos presos, dizendo que este era o destino dos que lutavam contra Stroessner.



Ilustrações de FERRÉ

O pyrague, alcagüetes que foram transformados em funcionários públicos

O povo paraguaio tem um medo duplo: da repressão e do pyrague. As duas coisas entrelaçam-se e sustentam o regime de Stroessner que, por sua vez, sustenta-se basicamente na corrupção descarada em todos os níveis administrativos.

A primeira fase da repressão paraguaia, em termos mais científicos, começou em 1958, quando Stroessner teve que liquidar alguns companheiros do seu próprio partido, para continuar no poder, que empalmou em 1954. A partir de 58, e depois em 59 e 60 com a luta guerrilheira, a repressão no Paraguai, aliando-se a um doentio anticomunismo que Stroessner vendia no mercado internacional como mercadoria de sustentação do seu governo, adotou métodos descarados. Ao mesmo tempo em que ficava mais bárbara, mais dava publicidade às atrocidades cometidas contra os focos denunciados de oposição ao regime. Matava, torturava, e perseguia; e mandava que esses atos de violência fossem espalhados pela nação, para assustar o povo e desestimular qualquer tentativa de luta contra o governo.

Inventou uma implacável polícia secreta para vigiar o povo. Institucionalizou-se no Paraguai, como funcionário público pago com o dinheiro do estado, o pyrague. Ou *suplón*, em espanhol. Ou bem traduzido para o português: o *dedo-duro*. Só que, no governo de Stroessner, o pyrague — a tradução literal do guarani é *pés leves* — é funcionário público, recebe salários e tem autoridade de juiz muitas vezes. O pyrague está presente em tudo: o paraguaio, na verdade, só tem segurança para expressar-se livremente, dentro da sua casa — quando não tem o azar, o que não é raro, de ter em algum empregado doméstico um pyrague para vigiar sua conversa.

O pyrague, portanto, é um dedo-duro de baixa categoria, vulgar — o que não o impede de quando reconhecido valer-se de sua *posição social* — que é usado para vigiar pequenos funcionários, conversas nas mesas de bares, fiscalizar o comportamento dos vizinhos, estar como uma ameaça constante nas redações dos jornais, amedrontar professores. Não há uma pessoa no Paraguai que não esteja vigiada por pyrague. E, não raro, o pyrague quando não gosta de alguém ou tem uma desavença com vizinhos, denuncia o inimigo como *subversivo*. É uma das pontas da corrupção, também.

Uma espécie de Juventude Nazista controla professores e alunos na Universidade

O mais importante da ação do pyrague como instituição não é a severa vigilância que os dedos-duros exercem sobre o povo. Apesar dessa vigilância, o clima de repressão não resulta dela: ele existe porque realmente a repressão se fez somando assassinatos, extermínio de famílias e povoados inteiros, destruição de comunidades camponesas, torturas, perseguições de todo tipo.

O que é pior na instituição do dedo-duro como funcionário público, ou seja, da elevação a nível de *serviço público* da delação, dando emprego oficial ao alcagüete, é que depois de vinte e cinco anos de ditadura, até os meios universitários foram contaminados pela *psicologia do pyrague*. Não se trata de simples infiltração de um pyrague no meio universitário, mas a sedimentação de um comportamento policialesco de grupos de estudantes, treinados sutilmente dentro do Partido Colorado — nos moldes das Juventudes Nazistas — que denunciam professores incômodos ao regime. Dessa forma, é comum encontrar-se, entre alguns movimentos estudantis dentro da Universidade, uma inquisição colorada

expurgando professores liberais da forma mais abjeta.

Por exemplo, em 1975, um grupo de estudantes da Universidade de Villarica — naturalmente filiado ao Partido Colorado — denunciou um professor como "marxista-leninista" e o acusou de ter recebido 25 mil dólares da União Soviética para "fazer subversão" no Paraguai. Embora não se conseguisse provar que o professor fosse comunista, nem jamais se confirmasse que ele tinha os 25 mil dólares doados pela União Soviética, apesar de outras organizações estudantis reagirem ante a campanha difamatória, este professor — então presidente do Partido Liberal Autêntico, Domingo Laino — perdeu o emprego.

Assim tem sido com outros professores: quando eles não podem ser acusados de comunistas as organizações de universitários ligados ao Partido Colorado apelam para as questões morais: denunciam-nos como alcoólatras, insinuam desvios sexuais, até que eles perdem o emprego. Naturalmente nunca há investigação: a palavra dessas organizações universitárias coloradas, uma espécie de Juventude Hitlerista subdesenvolvida, vale como juízo final.

Um outro exemplo é o comportamento da Federación Universitaria del Paraguay (FUP), que é formada em sua totalidade por universitários do Centro Colorado Ignacio A. Pane. Em outubro de 1978 a FUP começou uma campanha in-

cujo capital inicial foi roubado na Austrália. Esses dois irmãos australianos, que fundaram no Paraguai a Recursos del Paraguay S/A., pretendem fazer negócios com o desenvolvimento das usinas de Itaipu e Yaciretá. Apesar de diplomatas australianos denunciarem os irmãos Barton como estelionatários, eles receberam todo apoio e proteção do governo paraguaio.

Outros delinquentes internacionais que agiram livremente no Paraguai, apesar da insistência da Interpol e dos Estados Unidos em capturá-los, foram Pierre Travers e Auguste Ricord — ambos fabricantes de drogas, o último finalmente entregue à Justiça norte-americana. Estes dois — Ricord estará como o grande personagem no capítulo sobre o tráfico de heroína — eram conhecidos colaboracionistas franceses, durante a II Guerra Mundial. Ricord trabalhou para a Gestapo e tinha a audácia de dizer que era perseguido "por razões políticas". Como foi *anticomunista* na guerra, colaborando com os nazistas — "para os comunistas não tomarem a Europa" —, dizia que era por isso que estava sendo perseguido agora.

A mesma história contaram os irmãos Barton quando começaram as acusações de estelionato: estariam sendo perseguidos pelo governo socialista da Austrália — a quem eles venderam, numa operação fraudulenta, aviões DC-3, destinados a bombardear o Vietnã... A tônica

Stroessner e sua família. O outro é do general Andrés Rodriguez.

O grupo Stroessner dedicou-se à exploração do jogo e negociatas com os bens públicos, utilizando-se naturalmente da influência do ditador. A família Stroessner mantém hoje, no Paraguai, o monopólio de todos os jogos — dos cassinos ao simples jogo do bicho. O grupo de Stroessner não evoluiu empresarialmente e para sua sobrevivência econômica necessita de todo um mecanismo de corrupção e favoritismo governamentais.

O outro grupo, do general Rodriguez, é atualmente muito mais forte economicamente. O general Andrés Rodriguez — comandante da Cavalaria, a única força militar que pode deslocar Stroessner da presidência — é o homem que controla o tráfico de drogas. Ele tem aeroportos particulares e ligações internacionais com toda a organização que abastece os Estados Unidos de heroína. O volume dos seus negócios é altíssimo. Unido a alguns testas-de-ferro brasileiros, ele investiu seus lucros em bancos e financeiras, criando uma nova fonte de renda ao mesmo tempo que *limpava* seu dinheiro. O grupo econômico liderado pelo general Rodriguez chega a dar-se ao luxo de ser considerado *progressista*, com uma visão empresarial técnica e lúcida. Praticamente — ao lado do Banco do Brasil, Banco Real e Bradesco — controla todo o sistema financeiro do Paraguai.

Uma das grandes negociatas de Stroessner beneficiando sua família é o luxuoso hotel Itá Enramada: além de ceder o monopólio do jogo, o governo de Stroessner conseguiu financiamentos para a construção do prédio e o próprio ditador assinou decretos liberando a empresa familiar de pagamentos de impostos. O hotel Itá Enramada, um dos mais luxuosos cassinos do mundo, pertence à empresa Hoteles y Casinos S/A., controlada majoritariamente, pelo sogro da filha de Stroessner, Júlio Dominguez, que no dia da inauguração — 3 de novembro de 1975, coincidentemente, dia do aniversário de Stroessner — agradeceu em discurso a colaboração do governo paraguaio.

Os 25 mil metros quadrados de construção luxuosa do Itá Enramada custaram nove milhões de dólares. Com decretos assinados pelo general Stroessner, a Hoteles y Casinos S/A foi liberada praticamente de todos os impostos de produtos importados para a construção do hotel. Segundo uma extensa lista publicada por Domingo Laino, os decretos liberavam de impostos nada menos que 109 produtos, geralmente mais de uma unidade de cada produto importado. Entre os produtos que foram liberados de impostos e taxas para a empresa do sogro da filha de Stroessner, estavam mármore, lavadoras de roupa, automóveis, ônibus — 28.800 jogos de baralho —, mais 50 máquinas para jogos mecânicos, 20 mesas de roleta, etc.

O lucro do jogo é guardado como um segredo de estado

Enfim, os jogos de azar formam um grande monopólio, controlado pelo grupo de Stroessner. Para avaliar o volume dos seus negócios — naturalmente favorecido pela máquina administrativa do estado — basta destacar alguns dos seus investimentos: 9 milhões de dólares, em 1975, no hotel Itá Enramada; 3,5 milhões de dólares na ICIERSA, uma empresa do filho de Stroessner, em 1976; 2 milhões de dólares na Pilas Paraguaya S/A., outra empresa dos familiares do ditador; 1,6 milhão de dólares para formar o capital da Crown Cork, em 1969. Estes investimentos, oriundos do monopólio do jogo, totalizam 16,1 milhões de dólares. Que, segundo acentua um minucioso estudo de Domingo Laino, representam cerca de 3% do total da dívida externa do Paraguai em 1978. Por esse simples dado percebe-se o lucro da família Stroessner na exploração dos jogos de azar.

Mas, se os lucros permitem entre os investimentos que se podem ter conhecimento mais de 16 milhões de dólares, quanto fatura a rede de jogo controlada monopolisticamente pela família Stroessner? É impossível verificar, porque tudo é mantido obviamente em segredo:



tensa contra professores da Universidad Nacional. Os dirigentes dessa agremiação universitária acusaram 75% dos professores — sem especificar, dando a porcentagem simplesmente — de alcoólatras. Eram alunos da Faculdade de Veterinária, mas, na denúncia, afirmavam que o problema de professores *ébrios* não se restringia à sua escola, mas "pelo menos a 75% dos professores" que, segundo a FUP, precisam ser *expurgados* da Universidade Nacional. Sintomaticamente, a denúncia abrangia todos os professores que não eram filiados ao Partido Colorado: os 25% restantes que, segundo os universitários da FUP não são bêbados, coincidentemente, eram inscritos no partido de Stroessner.

Atenção malandros do mundo inteiro: Uni-vos no Paraguai!

É o caso por exemplo, de Alexandre Barton e Thomas Barton, ambos estelionatários australianos, que fugindo do seu país foram ao Paraguai e tiveram garantias para investirem em negócios

do anticomunismo tem sido uma constante dos estelionatários *perseguidos* que são protegidos pelo governo de Stroessner. A estes, citados apenas como exemplos — e exemplos menores — que, poderiam unir-se outros. Como o estelionatário Vianini, que criou a Indústria Automotriz Paraguaya S/A. (IAPSA), pretensamente uma montadora da Alfa Romeo, que levantou fundos do governo e de particulares e, naturalmente, lesou a todos. Estes e muitos outros estrangeiros que especularam ou roubaram nos seus países e foram empregar dinheiro no Paraguai, nada mais fizeram que dar seqüência a uma tradição inaugurada pelos fugitivos nazistas, após a II Guerra Mundial.

Jogos e contrabando, os subprodutos do poder militar e das negociatas

Dentro do sistema de poder no Paraguai hoje, existem dois fortes grupos que dividem o saque que cometem contra o país, especializando-se em setores diferentes. O primeiro grupo é do general

como o monopólio paga um mínimo de impostos, sonogando a maior parte — com o que conta com a óbvia cumplicidade de funcionários ligados diretamente a Stroessner —, poucos têm acesso ao total do faturamento de toda essa jogatina.

Mas se é impossível descobrir o quanto a família Stroessner fatura com o jogo — desde a loteria, loteria esportiva, roleta, carteados, etc. — é fácil verificar os prejuízos sociais causados à nação. A tal ponto que nem a controlada imprensa paraguaia pôde calar-se. Em julho de 78, o jornal ABC Color, encabeçando uma série de artigos, perguntava: "Somos um grande cassino?" E denunciava:

"(...) Resulta num espetáculo fascinante essas filas intermináveis em qualquer posto onde se joga a loteria esportiva. Há muitos que, como se costuma dizer, tiram o pão da boca dos filhos para ficar numa fila de um posto da loteria esportiva. Convertemos a geografia em uma mesa de jogo; muitos empregados, nesse final de mês, não receberão seu salário, porque retiraram vales para jogar. (...) Quase 250 milhões de guaranis (pouco mais de 2 milhões de dólares) foram extraídos de milhares de pessoas..."

Isso quanto à Polla Paraguaya. Admite-se, por confidências de funcionários da Crown Cork, que essa empresa chega a faturar 17,1 milhões de dólares, por ano, com a loteria simples. Trabalhavam para a Crown Cork cerca de 1.500 funcionários, fora os seus quadros diretos mais organizados.

Porém, há o que não se pode saber: quanto lucro dá Itá Enramada? O que a família Stroessner — através dos seus testas-de-ferro chefiados por Julio Dominguez — lucra com o carteados? Com a roleta?

O ditador assina decretos para beneficiar os negócios da família

Não se pense, porém, que a corrupção do sistema favorece a família Stroessner apenas com os jogos. O ditador e seus parentes tiram proveito de outras formas. Em 31 de dezembro de 1968, o general Stroessner assinou um dos seus característicos decretos, proibindo a importação de arame. No decreto, Stroessner afirmava "que a indústria nacional de arame e seus derivados tem programado o início de sua produção industrial no curso do mês de janeiro de 1969".

Argumentando que a proibição visava proteger a indústria nacional, proibiu-se a importação de arame a partir daquela data. A fábrica — a ICIERSA — foi implantada com as tradicionais isenções de impostos e um investimento de 3,5 milhões de dólares, oriundos do monopólio dos jogos de azar. Sintomaticamente, o presidente de sua diretoria era um genro de Stroessner, Humberto Dominguez. Em 1976, a ICIERSA produzindo 600 toneladas de arame e 800 toneladas de chapas, Humberto Dominguez deixou a presidência, ocupando o seu lugar o filho do ditador: Alfredo Stroessner Filho. Ainda na diretoria da ICIERSA encontram-se Julio Dominguez — que é sogro da filha do ditador — e seu outro filho, Osvaldo Dominguez.

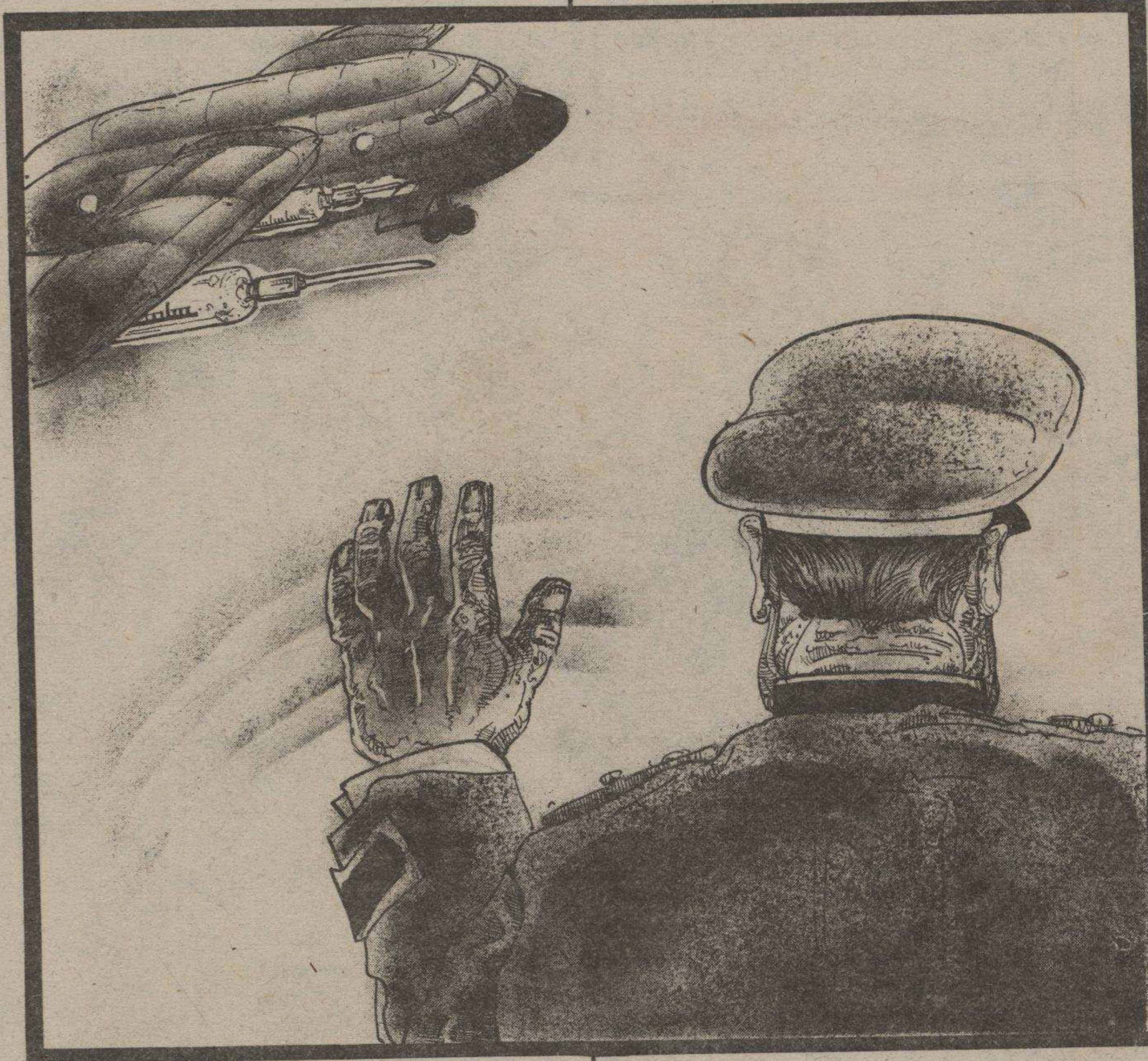
O processo de Stroessner — proibir a importação de produtos que sua família vai produzindo, o que não visa evidentemente proteger a inexistente indústria paraguaia, mas favorecer os monopólios familiares — repete-se em 1975, quando pelo decreto 19.427, de 2 de dezembro, "proibe a introdução no território da República, sob nenhum pretexto, as pilhas elétricas". Logo em seguida surgiu a indústria *Pilas Paraguaya*, de propriedade de Humberto Dominguez, genro de Stroessner.

A Constituição do Paraguai proíbe qualquer monopólio ou medida que os beneficie. A lembrança, porém, é uma ingenuidade: no Paraguai a lei é Stroessner. O argumento de que essas medidas visam proteger a indústria nacional, se não se invalida pela simples evidência de que os donos dessas "indústrias paraguaias" são parentes de Stroessner, des-

trói-se pela constatação de que apenas esses empresários conseguiram este tipo de proteção. No Paraguai há uma fábrica de cerveja: no entanto, vende-se em qualquer lugar cervejas importadas de toda parte do mundo. No Paraguai há fábrica de sapatos: e compra-se em qualquer povoado sapatos importados do Brasil, da Alemanha e do Japão. Mas as pilhas e o arame são nacionais...

No sistema de corrupção, o contrabando é apenas uma parte menor

Existem — de acordo com cálculos das polícias argentina e brasileira — dez mil automóveis roubados circulando no Paraguai. Para que esses carros roubados circulem no país, eles precisam ser limpos. Isto é, receber a legalização, documentos paraguaios, licença, etc. Isso é



De longe, o falso Rommell paraguaio controla o grande tráfico de drogas

Até aqui foi comentada uma parte da rede de corrupção ligada diretamente — mesmo que através dos seus testas-de-ferro — ao ditador Alfredo Stroessner. Chegou a hora de analisar uma interessante figura do subdesenvolvido fascismo paraguaio: o general Andrés Rodriguez, comandante da Cavalaria, o homem que controla o mais importante pólo de contrabando no Paraguai — as drogas.

O general Rodriguez tem várias fazendas espalhadas estrategicamente pelo Paraguai. Várias delas têm estradas internas asfaltadas — que ele percorre de jipe, em pé, como Rommell na África, de quem seus inimigos dizem que ele imita a pose — e todas possuem aeroportos particulares. Nesses aeroportos está a origem de sua fortuna, provavelmente a maior do país. Os aviões que até 1972 pousavam nos seus aeroportos particulares — onde nunca há fiscalização nem controle de voo — traziam grosso contrabando, especialmente em cigarros e calças Lee. Quando subiam, davam começo a viagens milionárias — levando grandes quantidades de heroína, camuflada cuidadosamente, para abastecer o fantás-

firmas — entre elas multinacionais com sede no Japão — para derrubar árvores.

O governo paraguaio nada faz para impedir o saque à sua floresta: a *Federación de Madereros del Paraguay* vem denunciando o contrabando desde 1974. Claro, a Federación — inclusive integrada por autênticos colorados — sabe que a esse ritmo chegará em breve o dia em que a indústria madeireira no Paraguai não terá matéria-prima. A resposta da ditadura de Stroessner foi facilitar o contrabando, autorizando através do Consejo Nacional de Coordinación Económica a instalação de mais 25 indústrias madeireiras — quase todas de capital brasileiro — em torno de Pedro Juan Caballero.

Outro contrabando usual é de alimentos. Sem maiores problemas, em 1973, foram contrabandeados de Loreto, Concepción e Horqueta, em torno de 2,5 milhões de dólares em sementes de tarrago (*), que apenas se carregavam em caminhões brasileiros — que entram sem problema algum no Paraguai — e passavam por Ponta Porã, ao Brasil. É claro que em tudo isso, além dos aspectos a longo prazo — devastação da terra, da floresta, escassez no mercado — ainda o Estado paraguaio sofre com uma enorme evasão de receita.

tico mercado de tóxicos dos Estados Unidos. Com o volume dos seus lucros e a sua grande importância dentro do governo paraguaio, o general Rodriguez tomou cuidados excepcionais. Hoje existem outros aeroportos clandestinos, controlados pela sua *Familia*, para evitar qualquer risco à sua imagem.

Agindo na sombra, o general Rodriguez é um dos principais motivos da manutenção de Stroessner no poder. Simplesmente porque não disputa o lugar do ditador: prefere ganhar dinheiro, manter o monopólio do tráfico de tóxicos e do contrabando pesado. O grupo do general Rodriguez difere radicalmente, no processo de operar, do grupo de Stroessner.

Ao contrário de Stroessner, Rodriguez modernizou sua forma de ação, aplicando seu lucro de maneira empresarial, ligando-se aos tecnocratas da *direita civilizada* e limpando o dinheiro ganho no jogo sujo do tráfico de drogas. De tal forma investiu seu dinheiro que se os Estados Unidos conseguirem terminar o tráfico de heroína, ele pode continuar rico e com a mesma força econômica, porque seu grupo detém praticamente todo o sistema financeiro do Paraguai. Se terminar a corrupção governamental no Paraguai, o grupo de Stroessner pode ir à falência, porque seu *modus operandi* não funciona sem o favorecimento do sistema administrativo. Isso não ocorrerá com a estabilidade do grupo de Rodriguez.

As formas que a ditadura encontrou para lavar a sua "sujeira pessoal"

Há duas formas de ficar limpo no Paraguai. Uma é limpar a si próprio. Outra, limpar o dinheiro ganho de forma ilícita. Stroessner, por exemplo, à frente de um complexo econômico que vive da corrupção do governo, lava sua sujeira pessoal simplesmente com o cargo que ocupa. A presidência do Paraguai livra-o de qualquer acusação formal. Da mesma forma, homens como o general Rodriguez não precisam responder pelas violências e transgressões que cometem o Exército, empresta a patente de general como um escudo para sua vida secreta; que aliás, não é nada secreta: é apenas oficialmente ignorada.

Mas há algo que incomodava os homens da ditadura: como lavar o dinheiro ganho no contrabando, na contravenção?

Um brasileiro — Carlos Barbieri Filho, antigo dono do jornal anticomunista *Expresso* — fundou no Paraguai, em sociedade com Carlos Alum(*), a *Financiera Urunday*, ligada ao grupo do general Rodriguez e usada para lavar o dinheiro sujo que entra no mercado financeiro e volta para as mãos da *Familia* purificado, legalizado e com origem boa. Uma das operações para essa limpeza eram os falsos investimentos. Registravam-se em nome de alguns membros da *Familia* a aplicação forjada de uma quantia de dinheiro e depois — sempre de forma falsa — pagava-se ao investidor o lucro do investimento. Dessa forma, com operações que só apareciam no papel, o dinheiro retornava às mãos das *Familias* absolutamente limpo. Ou seja, o que se ganhava no contrabando, por exemplo, podia ser usado legalmente como fruto de investimentos no mercado financeiro.

Tudo se torna mais fácil quando as casas de câmbio e as financeiras no Paraguai, em grande parte, ligam-se de forma direta ou indireta ao grupo comandado pelo general Andrés Rodriguez. Que é inclusive, dentro da ditadura de Stroessner, o único com melhor gabarito técnico para aplicar empresarialmente o dinheiro sujo depois de limpo.

(Continua)

(*) São várias espécies de mamona, de onde se obtêm óleos finíssimos.

(*) Carlos Alum é chefe da Sección Técnica, órgão do Ministério do Interior para combater o comunismo.

O sistema político institucional é uma fraude completa

É perda de tempo deter-se na análise mais demorada das instituições políticas paraguaias. Elas só existem para convalidar a ditadura de Stroessner, dando-lhe uma débil aparência democrática. O Senado e a Câmara não têm nenhum peso político. Funcionam com uma maioria absoluta de representantes colorados, apenas convalidando os atos do Executivo.

As eleições são fraudulentas em todos os níveis, raramente assumindo um caráter mais honesto quando dois colorados disputam, por exemplo, os Conselhos Municipais. As fraudes acontecem na hora de votar: votam mortos e vivos, quantas vezes forem necessárias para a vitória do partido do governo. Continuam na apuração, onde os votos da oposição são anulados ou simplesmente desaparecem, para que o Senado e a Câmara permaneçam sempre com uma ampla maioria fiel à ditadura.

Na mistificação das massas exercem um papel importante as emissoras de rádio e a de televisão. Formam cadeias durante as campanhas, acessíveis apenas aos representantes do Partido Colorado. Diariamente, às 20 horas, uma cadeia de emissoras transmite a Voz del Coloradismo, com notícias apenas do partido da ditadura, denegrindo a oposição e cultivando a imagem de Stroessner. Os programas anticomunistas são irradiados diariamente, de uma forma ainda mais grotesca que nos tempos da guerra fria — a vítima sempre é Fidel Castro...

Os juízes são corrompidos sistematicamente, até os da Corte Suprema

Qual é o papel do Poder Judiciário? Os juízes paraguaios não têm nenhuma independência para trabalhar. A Justiça é viciada pela base. Nem mesmo os juízes da Corte Suprema — que evidentemente julgam os principais casos — trabalham livres da pressão de Stroessner. E a maioria destes juízes sequer tem em seu favor a desculpa que resistem um pouco, antes de cederem às ordens do Executivo. Isso é fácil de entender.

A corrupção como método de governo não deixou de fora a Justiça. Os juízes no Paraguai ganham em média 60 mil guaranis — cerca de 14 mil cruzeiros, ao câmbio de junho de 79). O governo mantém baixos os salários como meio de obrigar os juízes a aceitarem propinas — e a maioria aceita mesmo, conforme denúncias formais e informações oficiosas de muitos advogados paraguaios.

Além disso, a maioria dos juízes pertence ao Partido Colorado, que recomenda aqueles que devem ser nomeados. Como os salários são baixíssimos, só aceitam os cargos justamente os piores advogados, os que não têm nenhuma chance — pela grande incapacidade — de sobreviverem profissionalmente. Com isso, mantém-se um baixo nível profissional que é cômodo para a futura manipulação da Justiça e, principalmente, cria-se uma elite de magistrados destinada a enriquecer ilicitamente em troca de favores à máquina da ditadura.

A situação ainda é pior com a Corte Suprema. Aí, os juízes são nomeados diretamente pelo Poder Executivo, o que elimina qualquer possibilidade de independência. Além disso, mantém-se os baixos salários: o mais alto salário da Corte Suprema é de 140 mil guaranis — cerca de 34 mil cruzeiros) e, no entanto, alguns dos seus membros estão entre os homens mais ricos do Paraguai.

Além disso, somente uma Justiça castrada e comprada poderia aceitar passivamente leis tão absurdas como a 209 e 294. Estas leis, chamadas de Defesa da Paz Pública e Defesa da Democracia,

podem condenar de um a cinco anos de prisão, entre outras coisas, aqueles que "... imprimam, mantenham em depósitos, distribuam ou vendam folhetos, revistas, cartazes, jornais, películas cinematográficas ou televisivas" de caráter comunista.

Na prática ela resulta no seguinte: qualquer cidadão que tiver em casa um livro considerado subversivo automaticamente é condenado pela Lei 209 — a própria polícia encarrega-se de levar ao juiz a "prova do crime", que apenas sanciona a sentença. Não raras vezes, a polícia introduz literatura considerada subversiva na residência dos inimigos da ditadura para incriminá-los.

Uma tragédia que começou com o genocídio da Tríplice Aliança

Para entender como é possível que a ditadura de Stroessner sobreviva há 25 anos por cima dos interesses do povo, é preciso analisar as suas origens de poder. É preciso entender a tragédia paraguaia desde o genocídio cometido pela Tríplice Aliança, até chegarmos às frustradas lutas sociais dos anos 59/60/61, quando uma desesperada guerrilha do Movimento 14

americanas e argentinas.

É evidente que esse quadro gerou uma crise impossível de ser superada durante muito tempo e causou uma instabilidade política sempre alimentada pela miséria social. O povo paraguaio, que conheceu um alto grau de desenvolvimento social e econômico até a guerra da Tríplice Aliança, de repente ficou reduzido ao mais miserável conjunto humano espoliado pelo imperialismo internacional na América do Sul. O Paraguai de Solano López, independente e ativo, foi transformado num capacho onde o imperialismo inglês limpava os pés depois de saquear o país.

Em 1870, após a derrota, o Paraguai começou um caminho inverso, por exemplo, à revolução norte-americana, feita para libertar-se do colonialismo inglês. Vencido na guerra, o Paraguai adotou uma Constituição democrática, justamente para entregar o país ao imperialismo exercido pela Inglaterra. Isso porque, no Paraguai, não havia a dominação colonialista para expulsar — o país era totalmente livre até antes da derrota. A democratização do Paraguai começou como meio de vender a pátria à especulação internacional.

Vender a pátria, através de leis democráticas criadas pela Constituição de 1870, criou um repúdio primário nos paraguaios pelos processos políticos democráticos. Essa interpretação emocional é a base psicológica para a futura aceitação — que começa a se implantar a partir de 1935, quando o Paraguai sente-

dentro do que tem de mais característico: a corrupção e o terrorismo político.

Depois que a ditadura de Stroessner corrompeu todo o mecanismo do Estado, liquidando a oposição política que tem acesso ao parlamento, contaminando o Poder Judiciário até deixá-lo completamente inerte e à disposição do Poder Executivo, quem pode resistir no Paraguai?

— O povo.

Quem é o povo paraguaio?

O povo paraguaio é a base que levou o Partido Colorado ao poder. Os colorados ficaram fora do poder 42 anos; durante esse tempo foram perseguidos e viveram no exílio. O povo paraguaio, vivendo a opressão dos governos liberais, sem nenhum partido político de massas a organizá-lo, aprendeu a identificar-se com sua única opção: o Partido Colorado. Em 1947, quando houve a rebelião de Concepción, foi o pynandi — o camponês que nada tem — que quase por uma força atávica aliou-se aos colorados para lutar em favor da ditadura de Morínigo.

Depois da vitória, o pynandi estabeleceu uma aliança com os colorados. Foi ainda o pynandi que esperou da ditadura de Stroessner a redenção do Paraguai. Não foi preciso muito tempo, porém, para que o camponês percebesse que o coloradismo de Stroessner não diferia muito do velho liberalismo. E menos tempo ainda, para aprender que Stroessner era mais impiedoso que todos os antigos governos que já oprimiram o povo paraguaio.

Por seu lado, Stroessner usou as aspirações populares apenas para conquistar o poder. Depois de estabilizado no governo, procurou uma série de alianças com a oligarquia latifundiária, a burguesia nacional e os militares que lhe consolidaram a ditadura, independentemente do apoio popular e, até mesmo, contra o povo — como se verifica na guerrilha de 1959 a 1961.

Para os dissidentes, o exílio. No país começa a desorganização até da família

Quando Stroessner sobe ao poder, em 1954, já estavam exilados 500 mil cidadãos — a maioria por questões absolutamente políticas, mas grande parte por não ter condições de sobrevivência econômica no seu país. A ditadura de Stroessner vai aumentar extraordinariamente este número. Hoje, apenas em Buenos Aires estão 800 mil paraguaios; calcula-se que existem 300 mil no Brasil; outros 200 mil estão espalhados pelo mundo. Formam um total de 1 milhão e 300 mil paraguaios no exílio — havendo estatísticas que garantem que esse número chega a 2 milhões, contra uma população interna, no Paraguai, de 3 milhões de habitantes. Ou seja, 43% dos paraguaios estão no exílio — sem contar seus filhos, nascidos na Argentina e Brasil principalmente, que adquirem a nacionalidade desses países. É a maior diáspora que existe no mundo, hoje.

O efeito econômico é devastador; o político não menos: entre esses 43% que a ditadura de Stroessner obriga ao exílio, estão os líderes que podem organizar as massas e os próprios paraguaios mais dispostos à luta. A densidade da população paraguaia é de 3,3 habitantes por quilômetro quadrado. Essa baixíssima densidade caracteriza o Paraguai como um dos países mais despovoados do mundo: no entanto, 43% do seu povo vive no exílio. Além disso, 63% da população paraguaia está na zona central que representa somente 7% da superfície total do país.

O despovoamento do Paraguai tem efeitos desastrosos, que se acumulam desde a derrota na guerra contra a Tríplice Aliança. Um dos seus resultados — aliado à falta de condições dignas de sobrevivência — é que 50% dos matrimônios são ilegais no Paraguai, assim como 50% dos nascimentos são ilegítimos — a família especialmente no campo, onde está 59% do povo é marginal e



de Mayo e da FULNA tentaram fazer a Revolução Paraguuaia.

Quando terminou a guerra contra a Tríplice Aliança, em 1870, o Paraguai estava liquidado. Da sua população de 800 mil habitantes em 1864, restaram 194 mil em 1870; o genocídio conduzido pelo Brasil, Argentina e Uruguai, a serviço do imperialismo inglês, matou 75,75% do povo paraguaio. A dramática situação torna-se mais grave quando se sabe que, da população sobrevivente apenas 2.100 homens tinham mais de 20 anos; 9.800 eram crianças de menos de 10 anos. Dos 194 mil sobreviventes paraguaios, 180 mil eram mulheres. A força de trabalho masculina no país ficou reduzida a 0,5% do potencial de antes da guerra, sem levar em consideração que 50% dessa parcela percentagem era formada por homens de meados de 20 anos, com predominância de crianças de 10 a 15.

Paralelamente ao genocídio, foi destruída a estrutura de organização social e política do país — que era livre dos imperialismos dominantes e tinha uma divisão do trabalho praticamente socialista, muito avançada para a época. As forças brasileiras de ocupação colocaram no poder títeres que entregaram o Paraguai ao saque internacional: destruíram as estâncias de la Patria, onde o acesso à terra era aberto a todo o povo, criando grandes latifúndios improdutivos, que passaram a ser, na sua maioria, propriedades de empresas inglesas, holandesas, norte-

se novamente forte — dos regimes autocráticos que nada mais são que caricaturas subdesenvolvidas dos fascismos europeus.

A Constituição democrática de 1870 promulgou a chamada Ley de Tierras Públicas, em 2 de outubro de 1883, reforçada com outra lei da mesma natureza em 16 de julho de 1885, que praticamente são os arrietas traiçoeiros que deram poderes para o governo vender as terras fiscais — ou seja, todas as terras que pertenciam ao povo, mais de 95% da área cultivável — os estrangeiros. Começa então a nascer o latifúndio paraguaio, dominado especialmente pelas empresas inglesas e argentinas.

As alianças de Alfredo Stroessner: com as oligarquias e o contrabando

Stroessner é ditador do Paraguai desde 1954. Desde então vem se reelegendo — é supérfluo fazer um histórico das eleições e dos golpes que aplica para se manter no poder. Em essência, seu método de manutenção do poder é o que está narrado na primeira parte desse livro,

o matriarcado caracteriza a maioria dos núcleos familiares. Além disso, como denunciam os bispos católicos, os patrões do campo têm direitos sexuais de fato sobre as jovens que vivem em suas terras.

Por falta de condições materiais e nenhuma assistência social, a família já está em processo de desaparecimento na periferia urbana, substituída por ligações ocasionais. Isso resulta um índice de 50% de filhos ilegítimos de fato — não apenas crianças resultantes de uniões não oficializadas, mas filhos de pais desconhecidos mesmo. Um documento dos bispos paraguaios afirma que “os filhos ilegítimos só têm ligações com as mães, de quem recebem apenas, enquanto não podem cuidar-se por si mesmos, alguns cuidados rudimentares”.

Estas crianças rapidamente são despejadas na rua e, por um estoicismo peculiar do povo guarani, transformam-se em pequenos trabalhadores — de 7 anos em diante — em vez de partirem para a delinqüência, como seria de se esperar. No Paraguai, especialmente no campo — e não se pode esquecer que no campo está 59% da população —, essa miséria social permite usar as crianças sem pais e abandonadas pelas mães, como pequenos escravos. Não é difícil encontrar-se grupos desses meninos dormindo ao relento e trabalhando em troca de comida — e trabalhando duro, como escravos mesmo.

Comendo a carne, bebendo o sangue, chupando os ossos

A ditadura chegou ao fundo do poço.

Stroessner já comeu a carne do povo paraguaio; já bebeu seu sangue; começa agora a chupar seus ossos. É um banquete mórbido. Um banquete no fundo do poço da miséria paraguaia. A ditadura cavou fundo esse poço de desgraça — com a corrupção, o terrorismo, as torturas, os assassinatos, a entrega do país — sem escorar as suas paredes. Enquanto o ditador patinando em sangue, lambuzado pelo dinheiro que suas famílias ajuntaram fazendo contrabando, vendendo proteção, traficando drogas, vai chupando os ossos dos paraguaios, pode ser surpreendido pelo desabamento das paredes desse poço. Paredes suando sangue e miséria podem desabar sobre o festim macabro de Stroessner.

A ditadura de Stroessner está no fim.

Paradoxalmente, o governo de Stroessner vai cair por senilidade. Apodreceu. Minado pela própria corrupção e violência, vítima da luta interna entre os que disputam o espólio de Alfredo Stroessner. As famílias dividiram-se em dois grupos — um, unido ainda em torno da *mística* do ditador, que sonha com um stroinismo sem Stroessner. Outro, unido em torno do general Andrés Rodríguez, tentando *purificar* a ditadura para manter a mesma estrutura de poder.

No meio desses poderosos grupos chocando-se pelo espólio do Paraguai, surge uma terceira força organizando-se: o ex-ministro Edgard Insfrán, que comandou a repressão antiguerrilha de 59 a 61 com o general Patricio Cólman, também sonha com a “nova era” da ditadura colorada.

Mas, o que é importante: pela primeira vez em 25 anos de ditadura, as oposições paraguaias uniram-se num *Acuerdo Nacional*, organizando-se numa ampla coalizão para ganhar o poder.

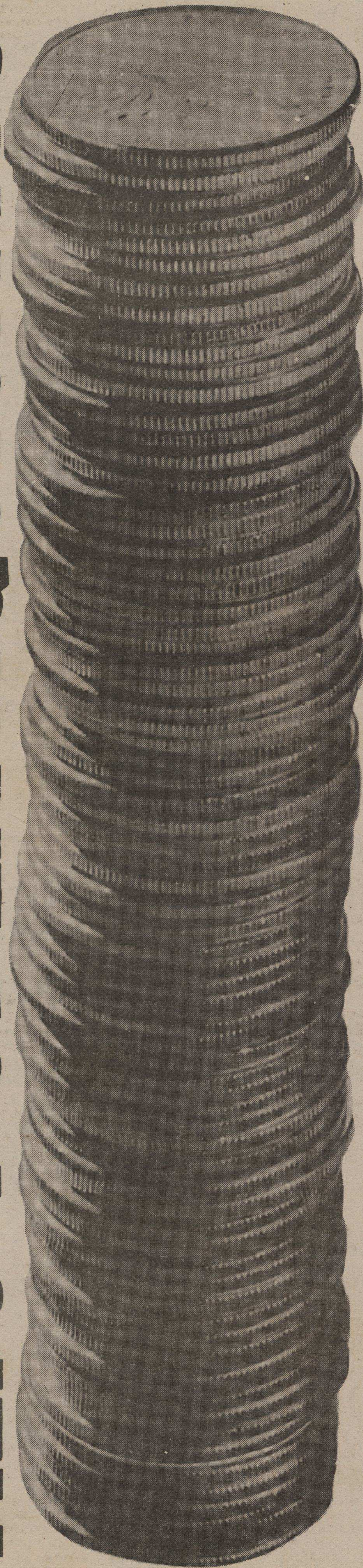
Stroessner não conseguirá passar o governo ao seu filho, Gustavo Stroessner, que vem sendo *treinado* para ser o novo ditador. Seu grupo vai lutar contra o grupo de Andrés Rodríguez — luta aliás que os mais atentos já podem assistir pelos jornais. Provavelmente, desse embate surja uma coalizão colorada — que pode ou não incluir Edgard Insfrán, com muito desejo e pouca probabilidade de voltar como pacificador ao seio das famílias — para tentar o domínio de uma oligarquia colorada que cavou fundo o poço da desgraça paraguaia.

Há no Paraguai um clima de espera.

Quando Stroessner cair, quando o stroinismo lutar definitivamente entre si e definir a partilha do butim feito ao Paraguai, surgirá uma voz popular, cansada, torturada, violenta, faminta — mas plena de esperança:

— **Ahora compañero...**

ALTO PODER AQUISITIVO



*Se o produto
ou serviço que
sua empresa
vende é
destinado ao
público
classe “A”,
utilize uma
emissora que
convive com a
classe “A” nas
24 hs. do dia.*

RADIO UNIVERSAL FM STEREO

*Peça sem compromisso
a presença de nosso
contato pelos fones:
23.80.11 ou 23.07.53 e
multiplique suas vendas
na classe “A”.*

Onde você está investindo sua energia efetiva? Em contatos que lhe darão prazer real ou em meros substitutivos consumistas? (Transcritos da Revista Psicologia Atual)

Dentro da visão de mundo fundada por Wilhelm Reich, é fundamental a constatação de que não existe neutralidade científica; toda ciência está comprometida com certos valores, certos pontos de vista a partir dos quais observa os fenômenos da vida. Não gostaria de chamar o vértice teórico reicheano de uma escola, mas é verdade que depois dele muitas pessoas compartilham sua visão de mundo e suas críticas, a começar pela denúncia da inexistência da neutralidade científica.

Reich também é responsável por outra mudança na prática da Psicanálise, que agora pode mesmo parecer óbvia para muitos de nós: a introdução da *visão* como um dos aparelhos fundamentais de análise. Antes dele Freud, em seu trabalho com associação livre, havia descoberto que nada do que o analista ouve seu cliente dizer é gratuito; cada palavra da cadeia de associações está conectada com todo um significado ou uma rede de significados da qual a palavra dita é apenas uma ponta emergente. Reich vai adiante: não só as palavras, mas também cada gesto feito, ou não feito, tem sua conexão com o significado total. O que não é dito, o que verbalmente não se expressa tem importância maior do que o expresso.

Em Psicanálise o paciente emite um discurso e o psicanalista tem o papel de descobrir os buracos, o não-dito por esse discurso. Depois, deve ler o discurso a partir do ponto de vista destes buracos. Vai buscar o não-dito, e continuamente romper com a coerência de algo que surpreendentemente para o paciente, parecia completo. O psicanalista vai buscar o que o paciente não disse e nem pensa que importa, até o momento em que escuta sobre si algo que não esperava escutar e que reformula sua maneira de olhar para si mesmo. Para Reich, a leitura principal que o psicanalista deve fazer não é dos conteúdos do discurso, mas da forma como ele se dá. Uma pessoa silenciosa também está dizendo alguma coisa.

Como estabelecer então um código de leituras do que não está dito? Aí, Reich propõe a leitura do corpo, que é a leitura afetiva de um personagem escondido no paciente. Se o que aconteceu em meu passado pudesse ter sido dito por mim, não estaria guardado em meu corpo. O que está no corpo é o que não pode ser psicologicamente digerido. Trata-se então, metaforicamente, de tentar permanentemente ver as dores do outro, as

cólicas causadas pelo que não foi digerido pela vida afora. Se uma pessoa não pode eliminar uma dor mas, também, não consegue conviver com ela, ela a empurra para alguma parte do corpo e o corpo a conserva, como um enorme depósito de experiência não metabolizada.

Uma criança recém-nascida, por exemplo, é submetida a contínuas frustrações e, dependendo de sua relação com a mãe, pode aprender tolerá-las ou não. A criança rejeitada, tratada com indiferença ou violência, essa criança depende dos pais para sobreviver, mas sente que os dois querem matá-la, e então passa a achar que vai morrer. Se ela consegue eliminar da consciência essa dor — de sentir que os pais querem matá-la — ela conseguirá pelo menos sobreviver, mas ficará evidentemente marcada. Ela mobiliza uma extraordinária quantidade de energia para repelir essa experiência dolorosa e "empurrá-la para baixo".

Aqui entra o conceito central de *economia*, para Reich. A criança que consegue sobreviver afastando uma experiência traumática da consciência sai lucrando, mas a energia que ela mantém para sobreviver nessas condições, passa a não estar mais disponível para ela, está toda ocupada naquela tarefa. A leitura do corpo é a leitura das situações de bloqueio, das experiências impedidas de aflorar e da energia mobilizada para afastá-las. Essas experiências vão constituir uma constelação *fantasma* incorporada na realidade, na vivência das pessoas. E a primeira consequência desse conceito reicheano de economia energética é que, se eu entro em contato com uma pessoa a partir da compreensão de fatos como os descritos acima, eu percebo que estou em contato com uma desgraça do outro. Esse é um contato deprimido e depressivo com o outro que Reich manteve pelo resto da vida, absolutamente rebelado contra esse estado de coisas a ponto de vir a morrer numa prisão, ele próprio assassinado.

Outro conceito que deriva da abordagem da economia energética é o conceito de estase, que é o processo de repressão e desvio de energias vitais. Uma experiência como a do exemplo da criança que se sente ameaçada de morte pelos pais é uma experiência muito solicitante, que exige muita energia, e para isso ela desenvolve uma carga energética. Essa energia não está mais disponível para os contatos neces-

sários com o mundo e com o outro. O contato com o outro fica debilitado, e essa energia, mobilizada para outra atividade. A ideia de *auto-regulação* vem por aí: os conceitos de Reich sobre economia não se detêm no âmbito da psicologia e da psiquiatria — eles se expandem para todo um sistema de pensar a sociedade, a partir da pergunta básica de por que toda sociedade está estruturada de maneira a gerar neuroses e psicoses. A conclusão é que interessa às sociedades a produção de neuroses e psicoses, justamente em função da produção de estase. A repressão ou desvio de energia mantém as coisas em ordem.

Uma revolução de dentro para fora

Quando uma pessoa tem as energias bloqueadas para seu próprio uso, suas forças e disponibilidades não estão mais às suas ordens: ela deixa de ser plenamente senhora de si. A partir daí o próprio conceito de neurose e psicose sai do âmbito exclusivo da psicologia para o âmbito de uma explicação mais ampla das razões pelas quais interessa manter uma pessoa sem o domínio das próprias forças e das próprias energias. A leitura do corpo se transforma aqui num instrumento de visão de toda a sociedade. Vai denunciar o fato de que estamos todos vivendo num estado de desvio metabólico. Este é um fato do âmbito da biologia também: é a própria essência da matéria viva que define sua orientação vital, para qualquer tipo de ser vivo. A regulação é própria do que é vivo, é o que separa o vivo do morto. O ser vivo é auto-regulado. A fome, o sono, a sede são *fatores de auto-regulação*.

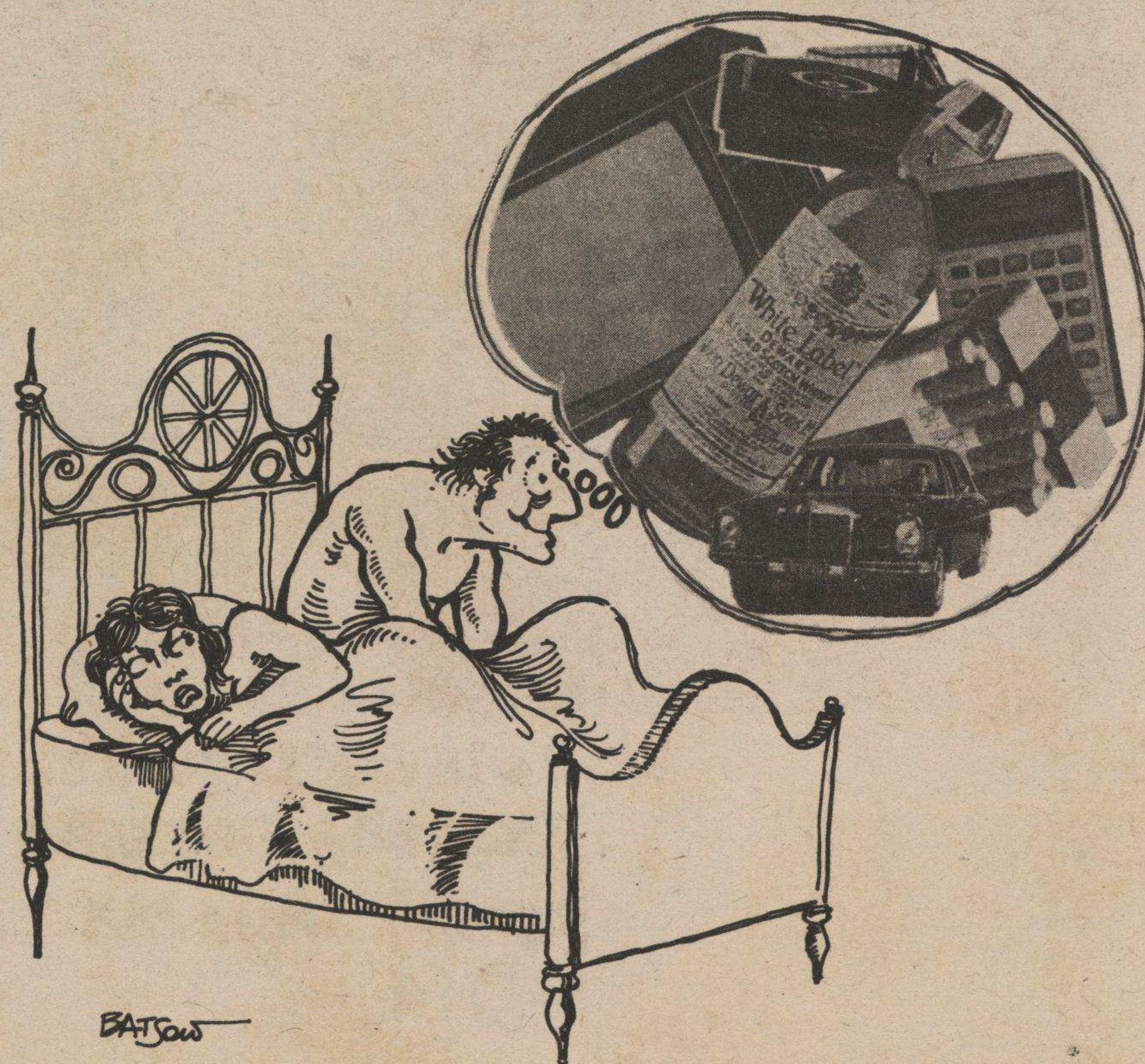
Mas seguindo por aí, vamos topar com a regulação sexual, que é onde se estabelece o desvio metabólico principal na vida dos homens, um desvio da auto-regulação sexual, que é o caminho por onde as pessoas se relacionam e entram em contato para se manterem vivas. E se o comer, o beber, e o dormir, por exemplo, estão mais ou menos sob domínio das pessoas, por que justamente a vida sexual é reprimida, regulada a partir de normas externas às suas necessidades vitais? É porque esse é o ponto através do qual se promove a estase e se mantém a estase: a partir da interdição do encontro entre seres humanos.

Para a psicanálise, o contato com outros homens é o que mais importa para um ser humano. A partir dessa leitura proposta acima, funda-se uma visão menos ingênua da sociedade e dos fatos sociais. Começo a perceber que as pessoas que estou tentando compreender são *personagens* que, se deslocados para fora desse sistema, teriam possibilidades de ser *outra coisa*. Mas à minha volta, o que vejo são personagens muito bem delimitados dentro de uma gama de desvios que não pode mais deixar de me chamar a atenção.

Reich foi expulso da Associação Internacional de Psicanálise, expulso do Partido Comunista alemão e do próprio país — tudo por causa de conceitos tão simples. Mas é que a descoberta da auto-regulação introduz mudanças profundas na maneira de se encarar o homem em sociedade. Muda o pólo a partir do qual costumamos encarar historicamente a regulação do homem, instaura uma revolução de tipo copernicana de mudança total do eixo das coisas: trata-se agora de pensar de *dentro para fora* um fenômeno que sempre foi pensado de *fora para dentro*; sempre foi encarado como "muito natural" que os homens em sociedade não devessem ser auto-regulados. Reich simplesmente descobriu que não é o sol que gira ao redor da terra e sim o contrário. Não mudou nada, mas muda tudo: propõe a auto-regulação social.

No mundo político tradicional, não costumamos nos perguntar por que é que o rei deve viver no palácio, e nós na periferia. Assim age a estase: na medida em que é interdita uma regulação pessoal das minhas energias afetivas, dos meus impulsos, daquilo que estou fazendo de mim mesmo — minha força mecânica passa a agir em função de uma superestrutura que eu não construí mas que paira sobre mim, e me parece óbvio que eu deva empregá-la num determinado tipo de trabalho, de produção de

REICH E A ENERGIA AFETIVA



* Fábio Landa é psiquiatra, formado pela Faculdade Paulista de Medicina. É especialista em Reich. A psicóloga Maria Rita Kehl colaborou no texto de Auto-regulação.

objetos, de produção de um certo tipo de conhecimento, etc. Eu trabalho sem me questionar sobre o significado do que estou fazendo. Para que serve por exemplo o saber que produzimos? A Física pode servir para muitas coisas, a Química também, mas são usadas para produzir a bomba atômica, a guerra bacteriológica... e nós trabalhamos com isso sem nos questionarmos sobre a neutralidade da ciência, por exemplo. Não questionamos porque não somos nós mesmos que nos regulamos.

E o que é que muda com a auto-regulação? Historicamente, parece óbvio para a humanidade que se os homens passassem a viver de acordo com sua sexualidade, seria uma catástrofe. Hoje a sexualidade livre nos é apresentada sob a forma de violência, de caos total — e isso talvez seja parcialmente verdadeiro, pois a sexualidade humana hoje já é fruto de várias gerações cuja regulação sexual foi imposta de fora para dentro, e portanto, já se tornou uma sexualidade completamente pervertida. Mas não é só por isso que nos assusta a perspectiva da liberdade e da auto-regulação; ela ameaça também a ordem social, tal como nos é imposta.

Sem prazer pessoal, resta invejar

Reich uma vez teve uma paciente extremamente depressiva, com idéias de suicídio, e descobriu que ela permanecia virgem muitos anos depois de casada. Mas lhe foi recomendado explicitamente que tentasse melhorar o estado de ânimo da mulher, sem tocar ou abalar seu casamento. Ora, não destruir um casamento desse tipo e ao mesmo tempo curar essa mulher, seria impossível: se ela passasse a se regular sexualmente a partir das próprias demandas, o casamento desabaria. Sob as condições impostas, Reich desiste do tratamento e pouco tempo depois a ex-paciente se mata.

Ao focalizarmos na auto-regulação individual, tocamos inevitavelmente na regulação social. O indivíduo "cumpridor de seus deveres" é um tipo socialmente regulado. As pessoas cumprem disciplinadamente os deveres que lhes são impostos sem questionar a sociedade, mas internamente se rebelam, até o ponto em que se desconectam afetivamente do próprio trabalho e passam a cumprir tarefas automaticamente. São pessoas que invejam muito o prazer, as relações sexuais e amorosas dos outros.

São pais que não consideram imoral, por exemplo, levar seus filhos para assistir a uma luta de box, mas se escandalizam se os filhos observam duas pessoas se beijando. Esses indivíduos invejam quem tem relações sexuais e ao mesmo tempo as consideram imorais porque não conseguem ter satisfação, eles próprios. Regulam-se por solicitações externas e, assim, não obtêm prazer.

As descobertas de Reich abrem caminho para as idéias de um filósofo que morreu este ano, Herbert Marcuse. Marcuse acha que o complexo de Édipo, na civilização ocidental, traz duas consequências que compõem a própria base desta civilização: os sentimentos de culpa e a repressão sexual. Mas nós vivemos numa sociedade aparentemente mais liberada, menos culposa, menos pudorosa. Para Marcuse isso não significa que nossos sentimentos de culpa tenham baixado, mas sim, que talvez tenham sido também reprimidos, e tenha ocorrido uma descentralização dos sentimentos de responsabilidade do indivíduo em sociedade. Além disso, ele recoloca a questão da solidariedade que, à parte de todas as suas conotações moralistas, cristãs etc., talvez tenha um fundamento biológico mais profundo do que supomos. Os seres unicelulares, por exemplo, se agrupam em unidades cada vez maiores para sobreviver, até um salto qualitativo em que se transformam num ser mais complexo. A sexualidade e a solidariedade são as principais possibilidades de vinculação entre seres humanos.

Então, a repressão e a manutenção da estase pode ser interessante para os sistemas políticos que se alimentam desse bloqueio de energia nos indivíduos, porque na medida em que as relações sexuais são frágeis e os sentimentos de

solidariedade destruídos, as relações entre as pessoas podem ser rompidas a qualquer momento e os grupos são facilmente governáveis de fora para dentro: eles não criam vínculos suficientemente fortes para mantê-los coesos e impor a satisfação de suas necessidades. Portanto, podem ser dirigidos por um poder externo que regula a vontade dos homens por fatores alheios às suas características individuais e grupais.

O fascismo: onde tudo vem de fora

Vivemos numa sociedade de consumo em que o desperdício é extraordinário e, ainda assim, o depauperamento de enormes faixas da população não nos parece imoral. O poder político se mantém nessas bases, sobre a diminuição/repressão de nossos sentimentos de culpa social (fundada no enfraquecimento da solidariedade) e sobre a oferta de possibilidades cada vez maiores de gratificações substitutivas oferecidas pelo sistema, como, por exemplo, a venda, de maneira degradada, da sexualidade. Nessa base, a "liberação dos costumes" não significa nada. Os alemães de classe média preferem atualmente comprar um carro novo do que casar-se. Uma pesquisa feita na Inglaterra concluiu que os londrinos sentem-se tão sós, que costumam beijar os rostos que aparecem no vídeo da televisão. Claro que o sistema está preparado para suprir este tipo de carências: o número de closes nos programas de televisão foi logo aumen-

tado, depois da pesquisa... Tudo isso significa um aumento galopante da conexão sexual estabelecida entre os homens e os objetos, os homens e os aparelhos, em detrimento da conexão entre as pessoas mesmas.

Então essa não é uma sociedade mais liberada: é uma sociedade cada vez mais consumista cujos membros se preocupam com um número cada vez maior de idiotices. Os americanos, por exemplo, maiores mestres na arte de comercializar qualquer coisa, desenvolveram a partir de Reich a moda da bioenergética; um tal de Alex Lowen, por exemplo, deve estar vendendo milhares de exemplares de seu livro *95 exercícios para bem viver* — e mais, além disso, há um enorme mercado de consumo de apetrechos bioenergéticos se desenvolvendo. Na última página do livro de Lowen, por exemplo, o autor fornece uma lista com nome e endereço de fabricantes e lojas, para maior comodidade dos leitores... Evidentemente, qualquer coisa pode ser transformada em objeto de consumo.

Marcuse descobre que as pessoas em nossa sociedade compram cada vez mais substituições para seus objetos amorosos: na medida em que aceitam a demagogia do "compre e será feliz", estabelecem conexões amorosas com seus automóveis, por exemplo, *comprando uma parte de si mesmas*, comprando aquilo que já é seu (ou deveria ser), que é a possibilidade do prazer. E assim, oficializando o circuito. A estrutura caractereológica pessoal passa a ser a materialização, a concretização da estrutura ideológica da sociedade, e as pessoas passam a agir de acordo com essa estrutura, sem se perguntar mais nada, sem mesmo se perguntar se estão se sentindo bem ou então já perderam a capacidade de distinguir claramente o que estão sentindo, porque perderam a co-

nexão com suas necessidades instintivas, vitais. A partir daí, as maiores contradições podem ser vividas pela sociedade sem que ela seja destruída ou modificada. Um exemplo disso é a existência dos campos de concentração nazistas na Segunda Guerra, sob uma filosofia fascista, a filosofia dos super-homens erigida a partir do rompimento da solidariedade fundamental entre os homens.

O indivíduo que acredita na "grandeza do homem" e é simultaneamente capaz de torturar seu semelhante em cumprimento à uma ordem superior, está simplesmente reproduzindo uma psicose social cuja origem está na destruição da vida sexual, a destruição da auto-regulação e da regulação das relações sociais entre os homens em favor de uma regulação social de cima para baixo, de fora para dentro, da qual o fascismo é um exemplo máximo. No fascismo, a auto-regulação está absolutamente negada, e substituída por uma ordem rigidamente imposta a partir de fora.

Ou seja: na medida em que eu tenho que comprar uma parte de mim mesmo, o que se vincula a essa compra é: em primeiro lugar, minha energia sexual; em segundo, minha força de trabalho. O trabalho é também uma atividade social que produz minha vinculação com a sociedade. Se minha vinculação é de tipo consumista, meu trabalho passa a ser dirigido em função dessa escalada de consumo que é minha maneira de me vincular a essa sociedade. Uma escalada sem fim porque minha solidão e minha carência aumentam sempre na medida em que eu produzo cada vez mais para ter um carro novo, um apartamento maior, objetos e símbolos de status nos quais tento investir o que resta de minha energia sexual e de minhas demandas afetivas.

RIBALTA PROMOÇÕES Apresenta ★ ★ ★ ★ ★ ★ ★ ★ ★

"JOAQUINA" EM NASCENTE



CANTORA REVELAÇÃO
1979

De 12 a 16 de MARÇO às 21:00 hs

TEATRO LEOPOLDINA

Ingressos: Local e PANVEL



O bispo à frente do povo: uma Diocese com três milhões de pessoas, uma cidade de 1,5 milhão de habitantes pobres.

UM PROFETA NA TERRA DA VIOLÊNCIA

Dom Adriano Hipólito, bispo de Nova Iguaçu: "Não é por capricho que se cumpre a missão"

Perseguido, humilhado, sequestrado e espancado, ameaçado de morte várias vezes por cartas e telefonemas anônimos e até mesmo com bombas, o bispo de Nova Iguaçu, dom Adriano Mandarino Hipólito, sergipano de Aracaju há 62 anos, passou a ser, dentro da Igreja, o alvo principal da violência dos grupos de extrema-direita. Pastor da Baixada Fluminense há 14 anos, ele não recua: "Não é por um capricho do bispo que se cumpre a missão profética da Igreja", diz.

Em sua defesa milhares de pessoas já saíram às ruas de Nova Iguaçu e houve até quem quisesse sair no tapa para que o nome de dom Adriano Hipólito não continuasse sendo difamado em Nova Iguaçu como foi o caso de "seu" Edmundo, empregado da Cúria da Diocese da Baixada há 20 anos, que ameaçou brigar com um deputado federal do PDS, Darcílio Aires, que denegria a imagem do bispo de 3 milhões de pessoas, recentemente.

Voz mansa, de corpo avantajado, sem ser gordo, de largo e expressivos gestos, dom Hipólito tem a alegria pura de menino. Defensor da justiça social, homem cordial e justo, o bispo da sétima cidade do país — mais de 1,5 milhão de habitantes, a maioria marginalizada, sem direito a água, luz, esgoto e escolas — luta a favor de quem vive dentro de uma realidade hostil e brutal — a Baixada Fluminense.

Sempre de batina — "o progressivismo

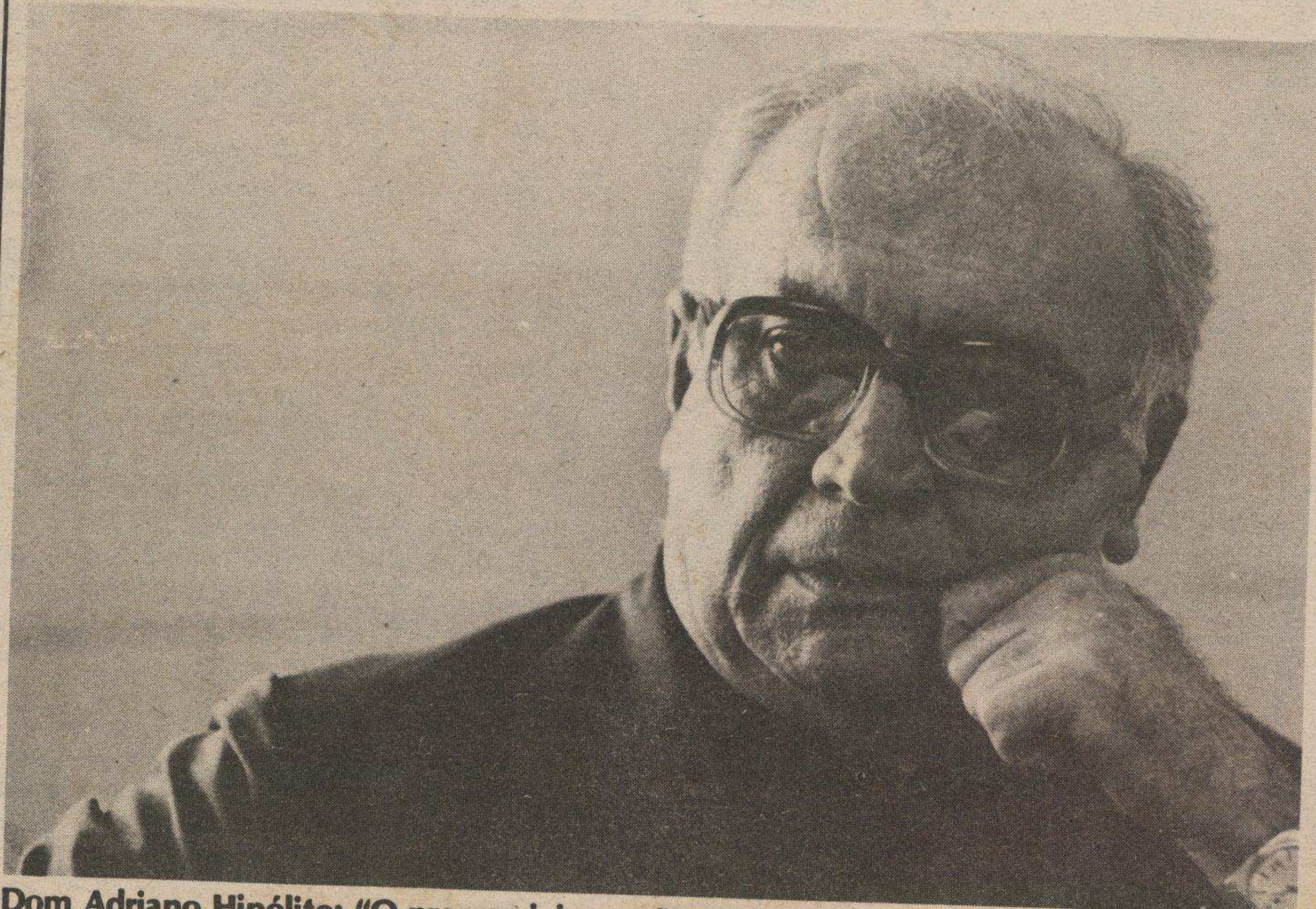
não está em tirar a batina" —, ele acorda por volta das 5h. Dom Hipólito mora no alto de uma colina, no Parque Flora, a 15 minutos do centro nervoso de Nova Iguaçu, um bairro inseguro e de moradores pobres, gente humilde como ele. Depois de celebrar, às 7h, a primeira missa, ainda na capelinha de sua residência, ele vai para o Centro de Formação de Líderes, em Moquetá, para discutir problemas que lhes são trazidos pelo clero; e à tarde, na Cúria, ele pode ser encontrado conversando com líderes comunitários, religiosos, jornalistas, professores e com gente do povo.

Ele não gosta de subir em palanques oficiais e detesta gabinetes atapetados. No início deste ano, ao ser perguntado se compareceria, caso fosse convidado, à inauguração do novo prédio da Prefeitura de Nova Iguaçu, para juntamente com

políticos do PDS recepcionar o presidente João Figueiredo — que acabou mandando o ministro Eliseu Resende representá-lo —, respondeu negativamente, acrescentando: "Ali não é o meu lugar".

Professor de Português, Literatura, Música, dom Adriano tem brigado muito na terra da violência, da qual ele tem sido uma vítima constante, protestando contra a existência do Esquadrão da Morte — só no ano passado, em apenas uma das cinco delegacias de polícia, foram registrados mais de 500 homicídios, dos quais apenas 20 por cento foram apurados pelas autoridades.

O verdadeiro pugilato deste homem que gosta de fotografar seus operários festejando o final de mais uma obra da Diocese de Nova Iguaçu e com eles senta à mesa sem qualquer cerimônia, com os inimigos do povo, também pode ser ex-



Dom Adriano Hipólito: "O progressivismo não está em tirar a batina"

plicado pelo apoio irrestrito que deu a professores e a metalúrgicos grevistas que se reuniram no ano passado no Centro de Formação de Líderes pertencente à Diocese, que também abriu suas portas para os parentes de presos políticos que faziam greve de fome por uma anistia ampla, geral e irrestrita.

Aos que o acusam de comunista, ele respondeu com a defesa que vem fazendo de 16 mil famílias que vivem ameaçadas de despejo por financeiras do Banco Nacional de Habitação. Em 1978, foi dom Hipólito quem comandou a reação de 3 mil famílias do Conjunto Residencial Monte Líbano contra a ordem judicial de despejo. Liderados pelo bispo os moradores conseguiram uma de suas primeiras vitórias: o despejo em massa foi suspenso e o caso ganhou repercussão nacional.

Aos que o acusam de agitador, ele responde com o apoio de sua Diocese ao Movimento Amigos de Bairro, entidade que reúne 96 associações de moradores e que tem como meta principal reivindicar junto às autoridades melhores condições de vida. No mês de novembro do ano passado, por exemplo, milhares de manifestantes protestaram, em frente ao gabinete do prefeito Rui Queirós — afilhado da Revolução de 31 de Março, contra o descaso de Queirós com suas reivindicações feitas há um ano. Os moradores protestavam ainda contra o fato de o prefeito possuir vários colégios, enquanto seus filhos continuam dependendo das vagas distribuídas a políticos do PDS — só em Nova Iguaçu existem mais de 80 mil crianças em idade escolar sem ter onde estudar.

Justiça e paz. São dois bens e são direitos extremamente escassos em Nova Iguaçu, onde a certeza da impunidade tem enriquecido da noite para o dia os homens que têm poder decisório. São alguns destes homens que fomentam, nos bares de maior concentração e nos gabinetes refrigerados, críticas ao trabalho pastoral de dom Adriano, acusando-o de "bispo vermelho e pederasta", protegidos pelo anonimato e pela escuridão das noites desertas e despolicadas do município.

Catorze anos de pastor vive dom Adriano na Baixada Fluminense. Numa área de mais de 1.850 quilômetros quadrados em que se localiza sua Diocese, vivem quase 3 milhões de pessoas, a maioria com medo. A população aumenta com a chegada, a cada ano, de novas levas de imigrantes, na proporção de 10 a 15 por cento vindos principalmente do nordeste. Aumenta a população, aumentam os problemas, as carências e o índice de mortalidade infantil — mês passado em apenas dois dias morreram 15 crianças de desidratação em um único hospital de Nova Iguaçu.

Acostumado com os dissabores do autoritarismo — seu pai foi preso, casado na Revolução de 1924 como prefeito interino de Aracaju e secretário de Intendência —, ele se chamava Fernando quando, aos 11 anos, foi com a família para a Bahia. Era 1929. Lá, ele fez o curso ginasial. Foi quando manifestou o desejo de ser franciscano. Em 1932, foi para um seminário na Paraíba, onde ficou até 1934, e em 36 estudou no Paraná.

Formado em Olinda (Filosofia) e na Bahia (Teologia), no princípio sua opção foi meio carregada pela família, "mas eu tinha certa clareza a respeito. Nunca tive dúvidas de que meu caminho é este". Quando não existia nada desse movimento de renovação na Igreja, em 1942, Fernando tornou-se padre. Ordenado, padre Fernando achava que tudo estava perfeito, que tudo estava no seu lugar, e que a Igreja, bem-organizada, era dona da verdade.

Essa dúvida e angústia — recorda hoje dom Hipólito — só começou no Vaticano II, do qual participou. Ele era bispo-auxiliar de Salvador, junto de dom Augusto, que estava com 84 anos, e "não se pensava em métodos ou procura de aproximação com o povo". Ficou lá até 66, quando foi designado pelo Papa Paulo VI para a Diocese de Nova Iguaçu.

Quando chegou à Baixada Fluminense, substituindo dom Honorato Piazzera, transferido para Santa Catarina, dom Hipólito recebeu pesâmes e alguns parabéns misturados com pesâmes. Diziam que seria a Diocese mais difícil do Brasil. "É a fama que a Baixada continua tendo

“Os inimigos da Igreja são os que procuram privilégios”

áreas de atrito, mas se vêem colocadas dentro de áreas de atrito. O engajamento do cristão significa um comprometimento com a esperança. Mas a esperança implica necessariamente numa crítica do que está aí aos nossos olhos. Daí, desta atitude crítica e deste apontar para novos rumos, nascem incompreensões e outros problemas. Creio que vale a pena correr este risco. Aliás um risco já previsto por Jesus Cristo mesmo.

— Na Diocese de Nova Iguaçu existem quase 100 núcleos de Movimento de Amigos de Bairros. Esta é a solução, já que os vereadores e os deputados nada fazem pelo povo?

— O Movimento de Amigos de Bairros, como eu o entendo, não quer esvaziar os partidos políticos nem afastar a influência dos políticos. Nem isto seria possível. O Movimento de Amigos de Bairro quer ser um instrumento de participação das bases no processo social. É um instrumento de ação solidária, comunitária. Quem mais sente as dores é o povo. Quem está no contato imediato, dia-dia, com os problemas que afligem a população, é o povo. Daí o seu valor complementar para a política sobretudo municipal. Para os políticos mesmos, que se interessam pelo povo e no povo querem basear a sua sobrevivência, o MAB oferece pistas e sugestões apreciáveis. Importante para o MAB é preservar-se de uma identificação comprometedoras com determinado partido político, pois assim se afastaria de sua finalidade: defesa, reivindicação dos direitos da comunidade, acompanhamento/fiscalização/cobrança das promessas e deveres dos políticos. Atributo ao MAB — ou instituição semelhante — um papel de grande importância para a consolidação da democracia, para integração das massas, para participação consciente do povo na vida nacional.

— Qual é a sua opinião sobre a legalização do Partido Comunista?

Continuo pensando que os partidos políticos, mais do que expressão política das elites, deveriam corresponder às correntes do pensamento político que alimentam o povo. Aqui seria possível perguntar: até que ponto o Marxismo está presente nas elites do Brasil, justificando assim um partido próprio? Outro problema sério: nos países onde o Marxismo atingiu o poder através de um partido político — no caso o Partido Comunista —, logo impôs pela força a ditadura de um partido único, disfarçado em partido do proletariado. Deixando de lado os caminhos tortuosos pelos quais chegou ao poder, o Partido Comunista que domina a Rússia, a Polônia, a Alemanha Oriental, a Romênia, a Bulgária, e também a Iugoslávia e a Albânia, eliminou toda a possível concorrência democrática de outros partidos, tornou-se partido único, ditatorial, absoluto. Não é isto que desejamos nem para o Brasil nem para qualquer outro país.

O partido que se apodera definitivamente do poder, como direito seu, e que, para garantir esse pretensão direito, julga as Forças Armadas, a Justiça, a Cultura, a Religião, a Economia, e a Fé um bloco monolítico, do poder, nega totalmente a democracia.

— Depois da morte do senador Petrônio Portela, ministro de Justiça do governo Figueiredo, quais são agora as perspectivas das relações entre o estado e a Igreja? O político Petrônio Portela realmente fará falta dentro do atual quadro político?

— O Senador Petrônio Portela era um hábil negociador, praticava com bons resultados o instrumento social que é o diálogo. Coube-lhe um papel importante no esforço e na prática da abertura política e na democratização do sistema. Assim estavam-se afastando certos problemas que dificultavam as relações da



Procissão de desagravo ao atentado que destruiu o altar da Igreja

Igreja com o Estado. Agora, o que estava — ainda está e sempre estará — em jogo no relacionamento entre a Igreja e o estado são os valores mais profundos da pessoa humana e da comunidade. A Igreja sabe de sua própria experiência que as realidades humanas são imperfeitas e frágeis. Por isso sua missão profética será sempre atual, despertar sempre reações e atritos. A Igreja nunca se identificará com o estado, nem com um regime de governo, nem com um sistema econômico, nem com um tipo de cultura, nem com um partido político.

— A propósito da anunciada visita do Papa João Paulo II: até que ponto a visita de um Papa contribui para uma melhor relação entre o Governo e a Igreja? Podemos esperar uma tal melhora no Brasil?

— A visita do Papa é em primeiro lugar um acontecimento de Igreja. Tem um aspecto pastoral e não político, embora repercuta politicamente de algum modo. Qual a repercussão? Vai depender muito do desenrolar da visita do Papa. Creio que o Santo Padre também falará das injustiças sociais que desfiguram a face de nosso povo. Creio que se dirigirá aos católicos, cobrando deles uma contribuição válida para a solução dos problemas. Estamos num país de maioria católica. Com isto se admite implicitamente que os católicos são responsáveis pelo que aí está e, se tiverem consciência de sua missão, também são responsáveis pela transformação social necessária para a construção da Paz.

— Qual a saída para a atual crise institucional brasileira?

— A crise institucional brasileira é complexa: são fatores acumulados faz muito tempo; uns importados, outros produzidos pela nossa fantasia criadora; uns anteriores, outros posteriores à revolução de 64. Há uma grande confusão. Parece-me que uma primeira etapa seria a grande conciliação ou reconciliação nacional. Depois um esforço sério para criar instituições políticas sólidas e dinâmicas, instrumento, expressão e garantia de uma autêntica Democracia. Creio

que a Igreja, pelo seu contato fácil e constante com as bases, tem uma tarefa muito importante, muito grata e muito evangélica na conscientização do Povo. Sem que isto signifique comprometimento ideológico ou político-partidário.

— Quais são os inimigos da Igreja?

— Em sentido rigoroso a Igreja não tem inimigos. Pode ser que certas pessoas se julguem inimigas da Igreja e procedam assim. Num sentido mais lato os inimigos da Igreja podem ser: a procura de vantagens e privilégios; a identificação com grupos do poder; a preocupação com os problemas humanos sem o alimento profundo da Fé; um espiritualismo alienado das realidades concretas; o clericalismo; a intolerância e o fanatismo; o desequilíbrio entre a tradição e a renovação; a sedução do espírito do mundo que é negação do evangelho, em especial negação do sermão da motanha, etc. Nesta colocação é fácil compreender por que o Igreja é perseguida.

— Por que o senhor é tão perseguido?

— A resposta anterior vale aqui também. Pode ser ainda que a situação concreta de nossa Baixada — abandono, pobreza, insegurança, impunidade, elitismo, domínio e manipulação — contribua também para se rejeitar a ação pastoral da Igreja. Certos grupos manipuladores gostariam de uma Igreja que se acomodasse, que sustentasse os poderosos, que dependesse dos riscos. Uma Igreja que na sua pastoral procure assistir somente, — asilos, orfanatos, sopa dos pobres, — ou somente rezar — festas litúrgicas, procissões, administração dos sacramentos, culto — pouca resistência desperta, a não ser por questões pessoais. Uma Igreja que reza mas de oração, isto é: da Fé tira motivo, força, criatividade para melhor servir os irmãos pela assistência e sobretudo pela promoção/conscientização, aí está a causa mais profunda da incompreensão, da oposição, da perseguição, tanto na Baixada Fluminense como em Santana do Araguaia, tanto em João Pessoa como em São Paulo, tanto em Propriá ou Bacabal como em Juazeiro ou Teófilo Ottoni ou Volta Redonda ou

Crateús ou no Recife. Tanto no Brasil como em outros países.

— Em sua opinião qual é o problema principal da Baixada Fluminense? O que mais lhe chamou a atenção quando chegou a Nova Iguaçu em 1966?

— Senti logo de início que a Baixada Fluminense era a grande enjeitada do estado do Rio. Como se tratava de uma população enorme mas pobre, não merecia a atenção dos governantes e dos grandes políticos. Tive a sensação de um povo abandonado, entregue à própria sorte. Outro aspecto: a inchação de nossas cidades, tudo atropelado, tudo caótico, tudo confuso. Quase terra de ninguém. Aqui o problema é o mesmo do Brasil, embora agravado pela proximidade dos grandes centros que são o Rio, São Paulo, Belo Horizonte: a marginalização. Um Povo humilde, ordeiro, trabalhador, sacrificado, mas colocado à margem do processo social, objeto e não sujeito da História. Outro aspecto que chama a atenção: o crescimento demográfico, sobretudo graças à imigração de pessoas vindas das áreas agrícolas do Brasil, lavradores simples que são jogados dentro da problemática urbana, industrial sem perderem os seus traços fundamentais de camponeses. Outro problema — que aqui se agrava por ser quase terra de ninguém — é a insegurança, a violência, a impunidade. O povo vive inseguro: insegurança econômica, insegurança policial, insegurança jurídica, também insegurança religiosa. Basta acompanhar durante uns dias os passos da população na direção da Igreja, do INPS, do trabalho, do hospital, da escola, do divertimento para se ter uma noção, embora fraca, do peso, da sobrecarga emocional que esmaga o povo da Baixada Fluminense. Acho que a fusão trouxe perspectivas de melhora para a Baixada. A Igreja de Nova Iguaçu procura dar uma contribuição decidida aos esforços de conscientização, ela mesma procura conscientizar o povo, vendo na conscientização um aspecto importante da evangelização e do serviço pastoral. Neste sentido se estende o apoio que a Diocese de Nova Iguaçu deu a alguns movimentos populares — a uma greve dos professores e dos metalúrgicos por exemplo e que dá ao Movimento de Amigos do Bairro. Para a Igreja não se trata de atividade política mas social, ética, humana, por isso mesmo pastoral. A Igreja de Nova Iguaçu não procura nem quer o poder. Quer somente conservar-se fiel à mensagem libertadora de Jesus.

— Para que setor está voltado o trabalho pastoral da Diocese de Nova Iguaçu? O senhor fala muito em conscientização do povo, no esforço da Igreja neste sentido. Gostaria que estendesse o assunto.

— Conscientizar é fazer, tornar consciente. Consciente é aquele que tem consciência, isto é: conhecimento mais ou menos claro, percepção mais ou menos clara dos fatos, dos fenômenos. Ter consciência, ser consciente é um aspecto básico do ser humano. A criança como o cachorrinho sente dor mas não tem consciência da dor: sofre, alegra-se sem saber jamais o quê e por quê. Quanto mais ampla e profunda for a consciência de nossas ações, das causas e efeitos dos fenômenos, mais nós mesmos seremos. Se quisermos analisar um pouco melhor o processo da conscientização, diremos que inclui, suponho, a Fé cristã como dado indispensável ao nosso esforço de conscientizar: a) a certeza de que somos filhos de Deus e sujeitos de nossa libertação; b) conhecimento sempre mais profundo, sempre mais claro da realidade: fatos, causas, conseqüências, inter-relação; c) atitude crítica que analisa, discute, contesta, sugere, assume; d) participação nos diversos momentos do processo social; e) solidariedade e espírito comunitário; f) inserção no plano de amor do Pai; g) fraternidade cristã. Aí está o ponto de partida, fonte alimentadora, o específico da Igreja e de sua ação. No mundo a Igreja dá preferência ao pequeno, ao fraco, ao pobre, ao marginalizado, ao perseguido. Como na vida histórica de Jesus Cristo haverá sempre na vida da Igreja — corpo misterioso de Cristo — uma tensão dialética entre a luz e a treva, entre o pecado e a graça. Na história muitas vezes a vitória é da treva e do pecado. Nossa Fé porém nos garante que a vitória definitiva é da luz, da graça e do Amor.

"INTELECTUAL TAMBÉM É POVO"

Um filósofo e crítico de arte analisa o posicionamento dos intelectuais brasileiros

Carlos Nelson Coutinho, baiano, 36 anos, vivendo no Rio há muito tempo, é hoje um dos maiores expoentes da nova geração de intelectuais brasileiros. Filósofo e crítico de arte, é autor de *O Estruturalismo e a Miséria da Razão*, de *Literatura e Humanismo* e participa da coletânea *Realismo e Anti-Realismo na Literatura Brasileira*. Recentemente publicou na revista *Encontros com a Civilização Brasileira* um texto bastante polêmico. *A Democracia como Valor Universal*, que vai fazer parte agora de um livro que está para ser lançado no início de 80, *Via Prussiana e Democracia no Brasil*.

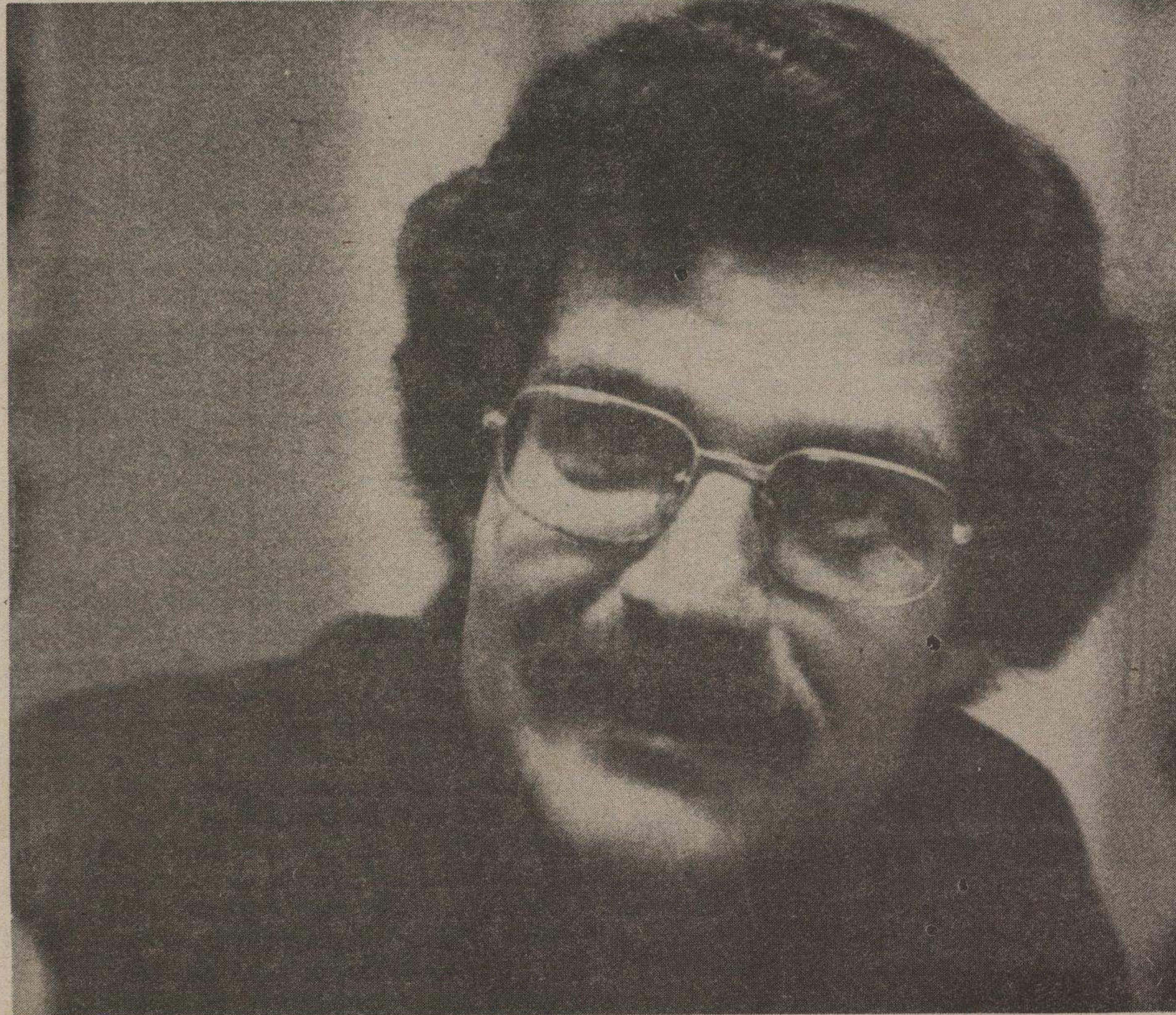
Coutinho é também tradutor e foi um dos introdutores no Brasil de Gramsci, Lukács, Lefebvre, Luciano Gruppi, entre outros.

Na entrevista que se segue, ele discute questões muito importantes para a compreensão da evolução cultural do país.

Você costuma afirmar que o processo de formação da sociedade brasileira afastou os intelectuais do povo, mas que hoje já existem os pressupostos econômicos para uma reconciliação entre ambos. Explique como isto se verifica na prática?

— Houve no Brasil uma tendência à identificação entre os intelectuais e as classes dirigentes que não decorria, digamos, de um mau-caratismo dos intelectuais. Provenientes em geral das camadas médias livres, mas não proprietárias, os intelectuais dependiam do favor dos poderosos para a sua sobrevivência. Eles eram cooptados por essas classes dirigentes, tornando-se funcionários do aparelho do estado ou até mesmo, num segundo momento, dos aparelhos ideológicos das classes dominantes. Isto não quer dizer que os intelectuais fossem obrigados a defender ideologias diretamente a serviço das classes dominantes. Apenas, para criar cultura, eles se colocavam numa situação de intimismo à sombra do poder. E podiam cultivar esse intimismo sem maiores problemas, contanto que não defendessem ideologias contrárias aos interesses das classes dominantes. Mas, à medida que se cria um mercado para o trabalho intelectual, vai desaparecendo o caráter de favor de que se reveste a cooptação. Isto tende a criar no intelectual uma nova consciência da sua situação. Eles não são mais mandarins, membros de um estrato privilegiado que se valoriza através da posse exclusiva da cultura. São trabalhadores que vendem sua força de trabalho. Para mim, esse é o pressuposto para que o intelectual deixe de se sentir membro de uma classe privilegiada, para que deixe de experimentar sua possibilidade de subsistência como um favor vindo do alto. Portanto, é um pressuposto, mas apenas um pressuposto, para que o intelectual se identifique com as massas assalariadas, que passe a viver os problemas da grande maioria do povo. Agora, se isto vai levar este ou aquele intelectual a adotar uma posição participante, a desligar-se de ideologias intimistas ou escapistas, é outra questão.

Você afirma que com o desenvolvimento do capitalismo tende a desaparecer o caráter de favor de que se



Coutinho: "O intelectual é um trabalhador, não é mais um mandarim"

reveste a cooptação. Mas não parece que as formas de cooptação também evoluem, que o intimismo assume um caráter novo?

— Certamente e, por isto, eu insisto que havia uma tendência no sentido de superar o espírito de cooptação e da posição intimista. Formas de cooptação continuam existindo: há tecnocratas ganhando milhões que devem sentir-se cooptados e que agem como tal. Há também muitos intelectuais desempregados ou obrigados a trabalhar fora de sua especialidade ou ainda ganhando muito mal. E estes, me parece, são a maioria hoje. Por outro lado, não creio que uma simples mudança de tendência leve, mecanicamente, a um desaparecimento da cultura intimista. Talvez se possa dizer que venha a ocorrer uma perda de hegemonia das correntes intimistas. Mas seus representantes vão continuar existindo. Há outros fatores que geram o intimismo e, enquanto eles existirem, expressões de cultura intimista certamente continuarão surgindo. A crítica, a liberdade de criticá-las. Mas aos criadores que se sintam identificados com esse tipo de cultura, toda liberdade para expressá-la através de suas obras. Não devemos absolutamente lutar pela eliminação do que não seja, ou do que a gente não considere, nacional-popular. A cultura nacional-popular é algo diversificado, que pode comportar as mais variadas orientações de pensamento, os mais variados estilos artísticos e temas. Não se trata de um clube fechado, zelosamente protegido por patrulheiros ideológicos. É um movimento, uma tendência sem fronteiras rígidas. Pode-se traçar limites nos extremos, comparando a poesia de Ferreira Gullar com a de Haroldo de Campos. Mas entre esses limites há uma faixa imensa, variada, pluralista.

Já que você entrou nas patrulhas ideológicas, como entende a formulação de Carlos Diegues?

— Eu acho que o Cacá Diegues deu uma formulação infeliz a um problema real. O problema real é de liberdade de criação. Depois de 15 anos de repressão e censura, é natural e justo que os artistas reivindicuem o máximo de liberdade para sua criação. Toda autêntica criação é, num certo sentido, algo novo, inédito. Lukács disse que toda verdadeira obra de arte continua as leis do seu gênero, ao mesmo tempo que as amplia. Então, a liberdade de criação tem dois aspectos, evidentemente interligados. Em primeiro

lugar, o criador não pode ser coagido por imposições legais, por regulamentos nem pela censura. E, em segundo, não pode ser limitado por critérios estéticos prévios. Deve ser de sua exclusiva responsabilidade a escolha dos temas e métodos, da maneira como vai construir sua obra.

Mas então por que, ao falar em patrulhas ideológicas, você afirma que o Cacá formulou mal a questão?

— Porque ao defender a liberdade de criação ele está indo contra a liberdade de crítica. Ao analisar uma produção estética, o crítico também deve ter completa liberdade para dizer dela o que bem entender. Ele pode dizer tolices incríveis, mas também pode dizer coisas muito lúcidas e, deste modo, contribuir para desenvolver a consciência estética dos leitores e dos próprios criadores. É preciso lembrar que quando o crítico formula um juízo sobre uma produção estética, ele está empenhado apenas sua responsabilidade individual. É a opinião dele e nada mais. Não creio que nenhuma formação política no Brasil de hoje pretenda ter juízos definitivos e rigorosos sobre como deva ser a arte em geral e, muito menos, sobre cada obra concreta, em particular. Eu acho que qualquer formação política que tenha uma visão efetivamente democrática, só pode ter esta posição: defender, ao mesmo tempo, a mais completa liberdade de criação e de crítica, que não me parece correto é confundir liberdade de crítica com difamação: quando deram a Caetano Veloso o prêmio Simonal de Ouro — ou qualquer tolice assim — não estavam fazendo crítica, mas caluniando um artista da maior seriedade, cujo trabalho criativo é da maior importância para todos nós, porque nos ajuda a compreender melhor a realidade brasileira de hoje.

Você afirma, apoiando Roberto Schwarz, que apesar das condicionantes negativas, houve uma relativa hegemonia das correntes nacional-populares no Brasil, a partir de 1964. Que correntes seriam estas?

— No período imediatamente posterior a 64, quando as contradições internas do regime e dele com a sociedade civil eram ainda bastante intensas e encontravam formas de se manifestar, houve uma certa continuidade com o período anterior, marcado pela influência dominante do Iseb e do CPC. Basta lembrar que, no final de 64, aparecia no Rio o espetáculo musical *Opinião*, que

teve extraordinário sucesso e é, em última instância, um claro prolongamento do CPC. Depois foi *Liberdade Liberdade*, veio a época do grande florescimento da música popular de protesto.

Muita gente já chamou a atenção para o caráter paradoxalmente escapista desta música: a canção substitui a ação concreta, a esperança no futuro é comparada, fatalisticamente, ao amanhã que vai nascer. Concorda?

— Tiago de Melo resumiu isto na frase "Faz escuro mas eu canto", que por sinal também virou canção. Mas é preciso lembrar o aspecto, digamos, positivo: Gramsci disse que a versão fatalista do materialismo histórico tem uma função positiva em épocas de reflexo do movimento operário, quando a crença meio mística na fatalidade do socialismo ajuda as pessoas a enfrentarem suas dificuldades objetivas. Acho que a música popular de protesto no período de 64 a 68 teve também este papel. Mas também é claro que tinha seus limites. E quando irrompeu o Tropicalismo, com toda a sua ambigüidade ideológica, essa música popular de protesto ruiu como um castelo de cartas. Depois, veio o período do vazio cultural, ou da cultura esvaziada, quando as correntes nacional-populares refluíram para uma posição semimarginal, e não apenas na música. Acho que é neste período de vazio cultural que, paradoxalmente, se prepara a passagem do populismo ao nacional-popular. Uma música como *Sinal Fechado*, de 1970, mostra isto muito bem: do protesto abstrato e muitas vezes retórico contra a injustiça, a música popular evolui — com Paulinho da Viola, com Chico Buarque — para uma crítica radical do cotidiano, para um tipo de colocação que contesta muito mais profundamente que antes o modelo capitalista dependente que estava sendo instalado pelo regime. O próprio Tropicalismo muda de qualidade: seus principais representantes — estou pensando em Caetano — passam da construção alegórica, do Brasil como absurdo, para a crítica do cotidiano capitalista. A coisa não ocorre só na música, embora aqui ela se registre com maior intensidade. Basta pensar nos romances de Antônio Torres, nas peças de Gianfrancesco Guarnieri, em *Dentro da Noite Veloz*, de Gullar. Assim, por volta de 74, quando o regime sofre uma derrota eleitoral de que não mais se recuperaria inteiramente, quando a sociedade civil começa a existir como força viva, a hegemonia do nacional-popular tende a se restabelecer, mas num outro nível, com uma maturidade bem maior. O populismo — doença infantil do nacional-popular — já é um fenômeno marginal. O que predomina é a crítica concreta da nova realidade do capitalismo selvagem brasileiro e seu impacto sobre a vida cotidiana nas grandes cidades. O artista tende agora a falar em seu nome, já não se sente o porta-voz abstrato do povo.

Mas você não concorda que tudo isto são apenas tendências?

— Resultados definitivos já podem ser vistos na música popular, no teatro e na poesia. No romance a coisa é mais difícil: estamos assistindo uma floração de depoimentos de grande valor humano, mas sem a adequada elaboração estética. Na medida em que avançar a renovação democrática no país, avançará também a hegemonia de uma cultura e uma arte nacional-populares, de elevado valor ideológico e estético. É claro que não se trata de um processo mecânico, mas de grandes linhas de tendência. E, de qualquer modo, há um vínculo muito estreito entre renovação democrática e renovação cultural. Somente na medida em que a participação do povo, na vida política minar as bases do elitismo e destruir a via prussiana do autoritarismo, será possível destruir também o elitismo na arte e criar as condições concretas para a superação do intimismo.

A QUESTÃO SOCIAL NO CAMPO

AGRICULTURA E CAPITALISMO, de Manuel Correia de Andrade. Livraria Editora Ciências Humanas, 1979, 115 páginas.

DITADURA E AGRICULTURA, de Octávio Ianni. Civilização Brasileira, 1979, 249 páginas.

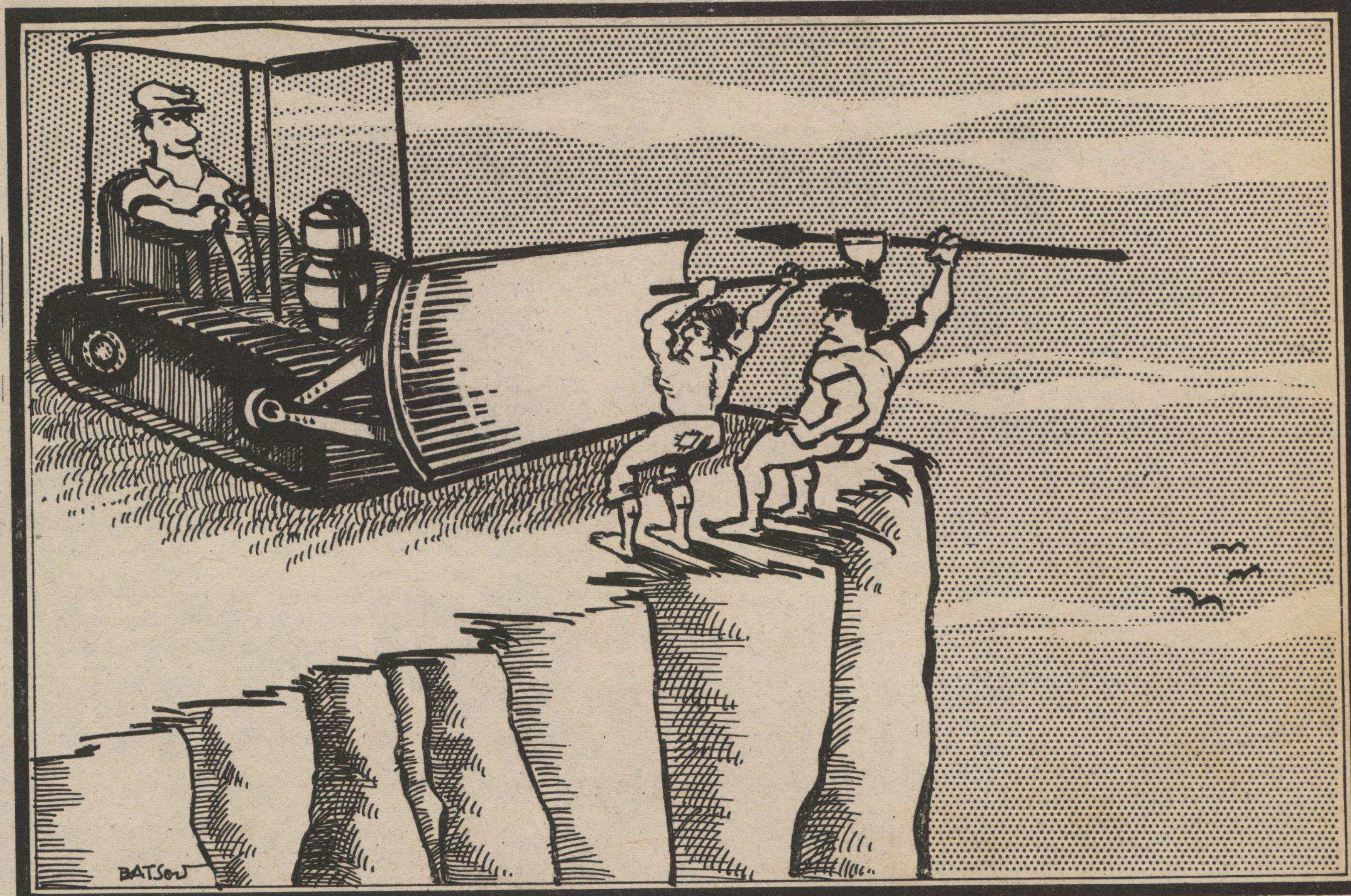
ETNICIDADE, INDIGENATO E CAMPE-SINATO, ensaio de Darcy Ribeiro. Na Revista de Cultura Vozes, volume LXXIII, páginas cinco a 18.

CAMPONESES: SUA PARTICIPAÇÃO NO BRASIL, de Shepard Forman. Paz e Terra, 1979, 340 páginas.

O livro de Manuel Correia de Andrade é uma coletânea de ensaios sobre o desenvolvimento das relações sociais no campo, privilegiando a tese dominante, no meio dos cientistas brasileiros do ramo, que definem a formação social do país como *voltada para fora*, desde a colonização, a partir da sua base agrária. Este enfoque tem uma abordagem definitiva, a de Caio Prado Júnior, no clássico *A Revolução Brasileira*, reeditado há alguns anos pela Brasiliense. Mas o livro de Andrade não é dispensável. Nem gratuito, em que pese algumas repetições que são feitas nos diferentes ensaios, já que os mesmos foram redigidos pelo autor em épocas e para apresentação em momentos diversos.

O mais importante dos trabalhos, *Processo de Modernização Agrícola e Proletarização do Trabalhador Rural no Brasil*, talvez possa ser considerado um clássico ao nível universitário, num sentido não-depreciativo. É evidente que os ensaios levantam questões bastante discutíveis, tais como a defesa da existência de um modo de *produção escravista* no Brasil. Na página 56 o autor fala na articulação deste modo de produção, com a mecânica da acumulação capitalista.

Andrade denuncia a destruição das condições naturais de existência, a agressão à natureza e o uso indiscriminado de recursos para extrair o máximo de rentabilidade do solo, ligados a uma política de crédito e incentivos aos grandes latifundiários e empresas nacionais e internacionais. Como decorrência desta política, além da proletarização do camponês e da destruição de suas economias de subsistência — nas quais os excedentes são levados ao mercado —, verifica-se o engrossamento dos cinturões de miséria nas grandes cidades, o surgimento de uma espécie de *ultra-explorados* do campo, os bóias-frias, e a concentração de renda, logo de poder, nas mãos dos gran-



des proprietários, como pessoas físicas e jurídicas.

Este quadro aterrador deverá jogar um importante papel no processo de transformação da sociedade brasileira. Foi necessário, por exemplo, que os guerrilheiros de Osvaldão, no Alto Araguaia, empunhassem armas para que o estado, pelo menos, desenvolvesse um de seus ridículos programas de assistência aos camponeses da região. Isto vem demonstrar, mais uma vez que o estado brasileiro não joga, pela composição de suas classes dominantes, com a possibilidade de uma reforma agrária séria, profunda e radical, nem com uma meia-sola reformista.

A propósito deste assunto, *Ditadura e Agricultura*, de Octávio Ianni, defende o seguinte ponto de vista: o estado brasileiro foi definitivamente capturado pelo capital monopolista nacional e internacional e tratou, inclusive, de bloquear uma *reforma agrária natural* que a imigração em direção à Amazônia legal estava processando no país. Esta reforma natural de que fala Ianni, tinha a seguinte base: a migração provocava a ocupação, naquela área, de terras devolutas ou de proprietários que as possuíam, apenas, para renda de valor, sem explorá-las.

A médio prazo, mesmo dentro de nossas estruturas capitalistas, esta ocupação proporcionaria um processo de legitimação das posses, em que camponeses passariam a ser médios e pequenos proprietários rurais, produtores de

alimentos. O processo aliviará a tensão e esticaria um pouco mais a nossa precária paz social. Nem por isto o estado permitiu. Ele preferiu ampliar de forma extensiva as fronteiras agrícolas, estabelecendo programas de apoio aos grandes latifundiários, empresários nacionais e internacionais, desenvolvendo uma produção agropecuária voltada para a exportação e dando aos posseiros, índios, moradores e pequenos proprietários, um tratamento típico: repressão policial, proteção aos grileiros e violência cultural e econômica.

Ianni reúne, para quem quiser ver, nos quadros estatísticos que apresenta, não só uma enorme soma de conflitos sociais reprimidos a ferro e fogo pelas forças policiais unidas aos jagunços, como também demonstra, pelos mesmos quadros, o tipo de ocupação que vem se desenvolvendo na Amazônia. Trata-se, como conclui o autor, na página 249, "de desenvolvimento das relações capitalistas no campo, juntamente com a acumulação primitiva como processo estrutural". Atrás de siglas como *Polamazônia*, *Sudam*, *Banco da Amazônia*, está na verdade a articulação organizada do capital monopolista, abrindo novas fronteiras de investimentos e novos mercados.

O que menos conta, neste processo, é o homem brasileiro, sua família, seus interesses materiais e espirituais. E o que mais conta é a confiança a ser conquistada no estrangeiro, dos credores e investidores, já que o objetivo é integrar a Amazônia na economia capitalista internacional através das exportações para equilibrar a balança de pagamentos, cada vez mais desfavorável, e a dívida externa, cada vez maior — outra obra indiscutível dos que detêm o poder desde o golpe de 64. É um livro para ser lido, pensado, discutido. Coloca na ordem do dia — de forma bastante direta — uma das questões fundamentais para uma oposição democrática e popular no país e que, para ter, pelo menos, possibilidade de poder, necessita uma estratégia correta para a região.

DARCY RIBEIRO

O volume LXXIII da *Revista de Cultura Vozes* integra o ensaio *Etnicidade, Indigenato e Camponato*, de Darcy Ribeiro. Não é tarefa fácil ler um texto de Darcy Ribeiro. É preciso saber extrair de suas recaídas poéticas o que ele apresenta de ciência e do seu sociologismo petebista o que ele tem de rigorismo dialético, o que sempre torna cansativo seus escritos. Neste, ele começa dizendo (página cinco), que o camponato "é uma condição humana de base sociológica, ainda que, em geral, só o vejamos como uma carência". Será que não é ele, em particular, que vê assim o

problema? Diz, ainda, que os camponeses "não são feitos só de carências, mas também de presenças". Darcy Ribeiro começa seu ensaio fazendo poesia e sociologia vulgar.

O texto foi apresentado no México durante os debates de um seminário sobre integração camponesa, no 30º Congresso Internacional de Ciências Humanas. Daí, talvez, os brilharecos que se justificam como técnica para atrair a atenção dos ouvintes. Mas Darcy levanta importantes questões. A mais urgente deste texto é a que ele articula na página 16, ao abordar o desenvolvimento das lutas étnicas no continente, quando concluiu que "a antiga confusão de indigenato e camponato, ou de etnia e classe, era oriunda de um enfoque supostamente marxista, fundado na noção de que a luta de classes seria o *único* motor da História. Esta abordagem desconhecia, porém, o fato de que as etnias e os conflitos interétnicos são muitos anteriores às classes, uma vez que as sociedades estratificadas terão, no máximo, seis mil anos de existência e as etnias vêm de tempos imemoriais".

SHEPARD FORMAN

Bolsista de inúmeras universidades americanas e com vários vícios dos *brazilianists* que nos assolam, Shepard Forman analisa a participação dos camponeses no Brasil. Seu livro não é inútil, embora o autor recheie o texto com obviedades. Como autor universitário, ele talvez tenha um número mínimo de páginas para escrever. Mas o trabalho é válido, não pela metodologia, que é quase descritiva, um pouco funcionalista e subjetivista, substituindo quase sempre a análise das relações de produção pela análise das relações de troca (em economia, isto é puro subjetivismo), mas pela seriedade com que trata o material que acumulou e por uma imensa vontade de acertar.

Dos vários livros de *brazilianists* editados no Brasil, o de Forman destaca-se por um fator importante: é um livro de *partido*, onde o autor não quer apenas constatar relações de dominação. Ele se esforça por mostrar sua desumanidade e em apontar a necessidade de uma alteração profunda nas relações sociais do campo brasileiro. Não é apenas o livro de um bom democrata kennediano. Parece, isto sim, o estudo de um universitário sinceramente preocupado com o sistema de opressão política e econômica vigente na América Latina. A falta de *totalidade* em sua análise é compreensível pelas limitações de método já apontadas. Poderia ser um excelente livro de 100 páginas.

TARSO FERNANDO GENRO



COMPRE OS SERVIÇOS DA COOJORNAL

Compre os serviços da Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre. A Coojornal é a maior equipe de profissionais-jornalistas de todos os setores de imprensa. Além disso, tem um dos melhores núcleos industriais do estado para a produção gráfica e jornalística.

Conte com a Coojornal em:

Serviços fotográficos
Departamento fotográfico, com laboratório próprio e fotógrafos com formação jornalística e publicitária.
Arquivo a cores e P&B e serviço de audiovisuais.

Serviços industriais
Nosso núcleo industrial está operando com modernos equipamentos de fotocomposição e fotolitagem, uma completa unidade preparada para atender a necessidade de fotolitos P&B e seleção de cores.
Produção e impressão off-set de material jornalístico, em qualquer tiragem, formato e padrões gráficos.

Serviços gráficos e visuais
Arte, lay-outs, produção de capas de livros, logotipos, folhetos, prospectos, cartazes, programação visual, malas-diretas, etc...

Serviços editoriais
Planejamento, execução e produção de jornais, revistas e boletins de empresas e entidades de classe.
Edição de revistas, livros, jornais, anais, relatórios e quaisquer outras publicações, especializadas ou não.

Consulte hoje mesmo a Coojornal sobre preços, prazos e condições.

COOJORNAL

COOPERATIVA DOS JORNALISTAS DE PORTO ALEGRE LTDA.
Rua Comendador Coruja, 372
Fones: 33.5990 e 33.5099 — Telex (051)1605
90000 — Porto Alegre — RS



LUIS FERNANDO VERISSIMO

O PROGRAMA

— O que você acha disto? “Todo cidadão brasileiro tem direito à habitação, educação, saúde e uma vida digna”.

— Não sei. Está faltando alguma coisa...

— O quê?

— Bota aí: “E roupa lavada”.

— Boa, boa. “Habitação, educação, saúde, uma vida digna e roupa lavada”.

— Acho que agora está melhor. Mas devia ser mais, sei lá. Incisivo.

— Você acha que está meio chocho?

— Experimenta assim: “Todo cidadão brasileiro deve ter assegurado pelo estado, habitação, educação, etc.”

— Espera aí. Roupa lavada, também?

— E por que não?

— Você acha que a roupa lavada deve ser atribuição do estado?

— Sim. Não. Sei lá. É só pra ficar uma coisa bem abrangente, entende?

— Você quer dizer, com lavanderia estatais? Sei não...

— Esquece a roupa lavada! Isso é detalhe. A gente vê depois.

— Acho meio radical. Roupa lavada pelo estado, pra mim, é socialismo.

— Esquece! Esse negócio de socialismo não tem mais sentido. O nosso programa é de um capitalismo social, ou que outro nome queiram dar. Os rótulos não importam.

— Sei não, sei não. Teria o problema do serviço de urgência. Lavagem a seco. Goma. Essas coisas. O estado asseguraria tudo ou só a...

— Você quer fazer o favor? Vamos adiante. O que mais você tem aí?

— Bom. “Todo brasileiro deve ter direito a um emprego com remuneração compensadora”.

— Esse ponto é importantíssimo. Repete.

— “Todo brasileiro deve ter direito...”

— “Deve ter direito”, não. Terá assegurado, pelo estado.

— O governo vai dar emprego pra todo mundo?

— Claro que não. Toma nota: “Todo brasileiro terá assegurado pelo estado o seu direito ao trabalho com remuneração compensadora, ou uma compensação que garanta sua subsistência em caso

de desemprego”. O que você acha?

— Ficou meio empolado.

— O estilo a gente vê depois. A essência é esta. Salários compensadores, o fim do subemprego e um salário desemprego pago pelo estado.

— Quer dizer que, mesmo o brasileiro estando desempregado...

— Não faltaria dinheiro para a média, o cigarro e a Loteria Esportiva.

— Puxa. Bacana isso. Acho que o pessoal vai gostar.

— Eu estou dizendo. Nosso programa vai ser um estouro. A esquerda vai morrer de inveja.

— Essa média é simples ou com pão e man...

— Vamos em frente.

— Certo. Eu botei aqui, “educação gratuita em todos os níveis”.

— Boa. Acrescenta. “Valorização da cátedra. Incentivo à pesquisa universitária. Mais vagas. Nenhum brasileiro sem escola.”

— Já ganhou! Já ganhou!

— O que é isso?

— É que eu me entusiasmei. Que partido!

— Quero ver a esquerda fazer

um programa melhor.

— Ensino gratuito. Professores bem pagos. Vagas para todos. Q. mais?

— Incentivo à pesquisa, para o desenvolvimento de uma tecnologia genuinamente nacional que nos livre da dependência das multinacionais.

— Boa, boa.

— Fim à espoliação. Fim ao imperialismo científico. Rigor com as multi.

— É o petróleo?

— O petróleo é nosso!

— Grande.

— Bota aí: “A riqueza natural do solo pátrio é patrimônio comum a todos os brasileiros e o seu uso deve servir ao bem comum. Fim ao modelo espoliativo!

— Que partido!

— Escreve, escreve. “O modelo econômico deve ser reavaliado. A prioridade deve ser a eliminação a curto prazo dos bolsões de miséria absoluta e o desenvolvimento de um mercado interno. Por uma melhor distribuição da renda! Por uma sociedade menos desigual e mais justa!

— Por amor de Deus! E ainda

tem gente contra este governo!

— Escreve, escreve.

— Qual é a nossa posição com relação aos sindicatos?

— Queremos sindicatos livres e atuantes.

— E as greves, serão permitidas?

— Serão permitidas, dentro de certos limites.

— “Greves permitidas, dentro de certos...”

— Não, não. O que é que eu estou dizendo? As greves serão obrigatórias.

— Obrigatórias?!

— Isso. Todo trabalhador brasileiro terá uma greve anual obrigatória. Se ele preferir, pode receber a greve em dinheiro.

— E a co-gestão?

— Os trabalhadores administrarão as suas fábricas. Os executivos só serão usados nas recepções oficiais e para entrevistas à Rede Globo, porque usam gravata. Todos participarão dos lucros. Você não está escrevendo.

— É que me ocorreu uma coisa.

— O quê?

— Este programa...

— Você está achando muito conservador?

— Não. É que é o programa do partido do governo, certo?

— Certo.

— Desse governo que está aí.

— Esse mesmo.

— Que é uma continuação do regime que está aí há 15 anos.

— Isso.

— Nesses quinze anos, em pelo menos doze, o regime teve o poder absoluto. Podia fazer o que bem quisesse.

— Correto.

— E não fez nada do que está neste programa.

— Bem...

— Na verdade, fez o contrário.

— E daí?

— Como, e daí? O programa do governo é contra o governo!

— Lá vem você com detalhes. Isso a gente vê depois. Agora, põe aí: “Pela industrialização e contra a poluição”

— Mas...

— Pelo amor materno e contra o câncer.

— Mas...

— Pela semana de três dias.

— Sim, mas...

— TV colorida para todo mundo!

— Que marca?

